

Manifestação Rossio-S. Bento

Hoje às 18 e 30

Todos temos razão de queixa da política do Governo! Impostos, Saúde, Emprego, Segurança Social, Educação, todos os sectores sofrem com a acção de Cavaco. A USL/CGTP convoca a manifestação de hoje.

Págs. 10 e 11

Comité Central prepara Congresso

O Comité Central aprovou o Regulamento e a nova estrutura de direcção do PCP a propor ao XIV Congresso.

Págs. 4, 5, 6 e 7

congresso
ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



13.º aniversário da JCP foi comemorado com um convívio no Centro de Trabalho Vitória em que participou Álvaro Cunhal

Pág. 9

Maastricht Não!

27 de Novembro data limite para recolha de assinaturas

Numa sessão pública realizada na passada 2.ª-feira, no Hotel Roma, em Lisboa, os promotores do abaixo-assinado pelo Não a Maastricht apelaram para que até 27 de Novembro esteja concluída a recolha de assinaturas a nível nacional, com vista à sua entrega ao Presidente da AR em 9 de Dezembro, data em que se iniciará o debate parlamentar sobre a ratificação do tratado.



Orçamento do Estado agrava recessão

— Em debate
na Assembleia da República

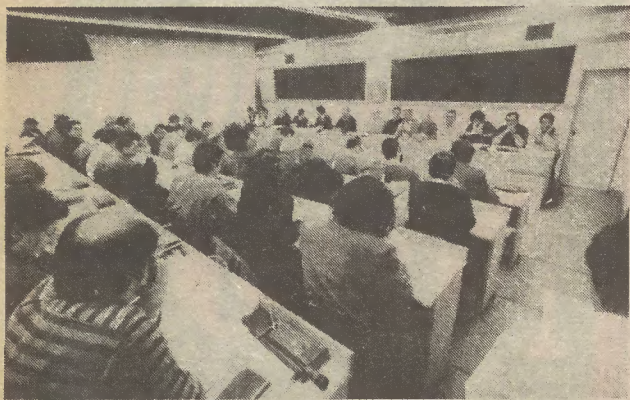
Págs. 12 e 13



DROGA

PCP exige intervenção mais profunda

Pág. 20



Reuniu, em Lisboa, o Comité Central do PCP

RESUMO

11 Quarta-feira

O coordenador da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, Machado Caetano, apresenta a sua demissão ao ministro da Saúde, Arlindo Cunha. O Tribunal Constitucional deixa passar a lei do Orçamento, mas chumba uma norma que autorizava o Governo a aprovar o código das aviações de propriedade urbana e rústica. O ministro das Finanças afirma que o crescimento do Produto Interno Bruto no próximo ano deverá situar-se entre os dois e os três pontos percentuais. Comissão de inquérito ao urânio afirma que não houve irregularidades na comercialização e exportação do minério. O cargueiro japonês «Akatsuki Maru», que transporta 1,7 toneladas de plutónio, entra nas zonas económicas exclusivas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

12 Quinta-feira

Reúne o Comité Central do PCP. A Associação Socio-Profissional da Polícia exige, em Coimbra, que o Governo corrija o projecto de reestruturação da PSP. É violado mais um cessar-fogo declarado ontem na Bósnia. A AR aprova na generalidade o projecto de lei do PS sobre a candidatura de independentes às autarquias. Assinala-se o 1º aniversário do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Dfili. O líder da Unita acusa o Governo português de querer a guerra para Angola, o que é considerado por Cavaco Silva como um «disparate». A afirmação merece igualmente críticas do Presidente da República. Os novos membros do Governo, um ministro, seis secretários e dois subsecretários de Estado, são empossados em Belém, pelo PR.

13 Sexta-feira

Uma greve geral paralisa a administração pública, central e local, em todo o país, em sinal de protesto contra os aumentos de 4,5 e 5,5 por cento que o Governo quer impor ao sector. Álvaro Cunhal anuncia formalmente a sua saída do lugar de secretário-geral do PCP. Nunes Liberato, actual secretário de Estado da Administração Local, é designado secretário-geral do PSD, durante o congresso deste partido. O deputado Ion Andronov acusa o presidente russo de se preparar para a governação presidencial directa. A justiça alemã suspende o julgamento do antigo primeiro-ministro da RDA, Willi Stop, de 78 anos, depois de ter sofrido um ataque cardíaco. Um pequeno grupo de oficiais na reserva tenta tomar o palácio governamental do Peru, o quartel-general do Exército e assassinar o presidente Alberto Fujimori.

14 Sábado

O presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Luís Noronha Nascimento, acusa o poder político de querer «do-

mesticar os tribunais». A Associação Portuguesa de Médicos de Carreira Hospitalar defende, em Coimbra, a adopção de uma posição conjunta de todas as estruturas representativas da classe sobre o novo estatuto de Saúde. Um alto dirigente militar da Unita, o general Peregrino Wambu, anuncia que Jonas Savimbi ordenou um cessar-fogo em todo o país.

15 Domingo

Termina, no Porto, o congresso do PSD. Cerca de uma centena e meia de agricultores protestam na Batalha durante uma reunião promovida pela Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura, contra a reforma da política agrícola comum. O Partido Democrático do Trabalho da Lituânia (ex-comunistas independentes) consegue a maioria absoluta na segunda volta das legislativas. Milhares de palestinianos manifestam-se para assinalar o quarto aniversário da proclamação do Estado Palestino. Um acidente ferroviário na Alemanha provoca 11 mortos e 52 feridos. Realiza-se a segunda volta nas eleições locais brasileiras.

16 Segunda-feira

Braga de Macedo propõe pagar aumentos salariais em certificados de aforro. O ministro Couto dos Santos garante aos reitores das universidades o desbloqueamento de um milhão de contos de dívidas do ensino superior. O presidente da CM de Valença é condenado pelo Tribunal, por corrupção, a uma pena de dois anos e meio. Sirenas da maioria dos quartéis de bombeiros ecoam em Lisboa em protesto pelo atraso do pagamento ao Serviço de Ambulâncias pelo Ministério da Saúde. O Panamá vota contra no referendo sobre 58 alterações à Constituição. O julgamento do antigo chefe de Estado da RDA, Erich Honecker, volta a ser interrompido, após o principal réu ter tido uma recaída. O Partido Social Democrata alemão inicia o seu congresso extraordinário para debater as leis do asilo político. Líderes militares das facções beligerantes na Bósnia reuniram-se para analisar um cessar-fogo.

17 Terça-feira

A Comissão Política do PCP, em comunicado acerca da sua reunião de ontem, critica os projectos e declarações autoritárias de Cavaco Silva e do PSD. A Finimper, do grupo Mello, adquire 70 por cento das acções da Companhia de Seguros Império. O SPGL denuncia o despedimento pelos CTT de 30 docentes. Na AR, PSD e PS fazem aprovar a revisão extraordinária da Constituição para permitir a ratificação do Tratado de Maastricht. O Conselho de Segurança da ONU decide reforçar o embargo à Jugoslávia. É apresentado em Paris o novo «Catecismo Universal» da Igreja Católica. Vêm a lume na imprensa alguns episódios da «guerra das telenovelas» ontem à noite travada pela RTP e a SIC.

Ameaça para todos resposta de todos

O Comité Central do PCP prosseguiu, na reunião de 12 de Novembro, a preparação do XIV Congresso. Desta vez, as atenções do plenário do CC concentraram-se na apreciação de questões relativas à estrutura da Direcção Central, culminando com a aprovação de uma Resolução, e sobre a matéria do Regimento do Congresso, com a aprovação da proposta que será apresentada à deliberação do órgão supremo do PCP, quando iniciar os seus trabalhos, no próximo dia 4 de Dezembro.

A proposta do Regimento do Congresso é publicada, em primeira mão, na presente edição do «Avante!».

A Resolução sobre a estrutura da Direcção Central (que o «Avante!» também reproduz na íntegra) contém propostas (algumas das quais poderão ter consagração estatutária), opiniões e recomendações respeitantes a todos os órgãos e instâncias da direcção do PCP, as actualmente existentes e as de que defende a criação, nomeadamente: Comité Central, Comissão Política, Secretariado, Comissão Central de Controlo e Quadros e futura Comissão Central de Controlo, Comissão Executiva Nacional e futuro Conselho Nacional e Secretário-Geral do Partido.

Com a aprovação e publicação desta Resolução, cuja grande importância para o futuro do Partido é por de mais evidente, o Comité Central dá cumprimento ao que anunciou ao tornar público o Projecto de Alteração dos Estatutos, que era omissivo nesta matéria.

Como foi anunciado pelo camarada Álvaro Cunhal, na conferência de imprensa em que apresentou as conclusões do CC, a próxima reunião deste órgão da direcção do Partido, prevista para 25 e 26 de Novembro, irá aprofundar e concretizar as linhas gerais aprovadas em 12 de Novembro.

Juntamente com as Teses e os Projectos de Alteração ao Programa e aos Estatutos, esta Resolução sobre a estrutura da Direcção Central é um avanço de especial significado para o sucesso do XIV Congresso do PCP. Com ela tem-se em vista garantir que a linha política aprovada no órgão supremo do Partido seja concretizada na vida com o reforço do PCP e da sua influência na sociedade portuguesa a caminho de uma alternativa democrática.

Além da preparação do Congresso, o Comité Central voltou a apreciar a evolução da situação

económica, social e política, desigualmente as perversas orientações das Grandes Opções e do Orçamento de Estado para 1993, os novos ataques na área social, os novos passos no processo de perversão do regime democrático e a aliança PSD/PS para a ratificação do Tratado de Maastricht.

Com plena razão, o Comité Central chamou a atenção para «os perigosos desenvolvimentos que se verificam ao nível da situação política e institucional». A realização do Congresso do PSD, especialmente as intervenções de Cavaco Silva, ultrapassaram em arrogância autoritária o que já se anunciava nas peças preparatórias.

Ao designar por «forças de bloqueio» os partidos da oposição, os movimentos reivindicativos de carácter social e o próprio Presidente da República, todos, enfim, que se opõem ou discordam da sua política, Cavaco Silva revela a incomodidade com que convive com

*A manifestação de hoje,
19 de Novembro, convocada
pela USL, como jornada de
convergência destes
diferentes caudais de luta,
apresenta uma especial
importância para forçar o
Governo a recuar e deve
concentrar, por isso, a mais
ampla participação dos
trabalhadores de todas as
profissões.*

a oposição e a discordância e como gostaria de poder silenciá-las.

Ao fazer daquilo a que chama as «forças de bloqueio» uma espécie de «inimigo interno» apontado à execução pública por «impedir o progresso e a modernização do País», o presidente do PSD (e Primeiro-Ministro, o que é especialmente grave), não só procura arranjar um «bode expiatório» para os fracassos da sua política e o descontentamento que alastra no País, mas está a pregá-lo de uma forma muito próxima dos comportamentos totalitários.

É agradável ouvir, ao lado do protesto e dos alertas dos comunistas contra os projectos e a oratória antidemocráticas que ribombaram no Congresso do PSD, os protestos e as queixas do PS.

É preciso dizer, no entanto, com todas as letras, que é com os promotores destes projectos e oratória que o PS se entende e faz aliança em questões capitais, como a revisão da Constituição para ratificar Maastricht, a ratificação do Tratado, sem debate nacional nem referendo, e não se sabe se também na revisão da legislação eleitoral.

Estes entendimentos e alianças dão cada vez mais força à arrogân-

cia autoritária ao PSD e ao seu plano de absolutização do poder.

O que sucedeu na passada terça-feira na Assembleia da República foi, a este respeito, especialmente chocante e revelador. De manhã, o PS insurgiu-se contra os ataques do PSD ao Presidente da República e, em geral, ao regime democrático-constitucional; à tarde, de braço dado com o mesmo PSD, impôs à viva força todas as soluções do acordo entre ambos antecipadamente contratado e frustrou as tentativas do PCP e outros partidos para que fosse dada aos portugueses a possibilidade de se pronunciarem sobre um tratado que vai comprometer gravemente o seu futuro.

Mais uma vez se revelou, em contrapartida, a grande clareza das posições do PCP, na firme e intransigente oposição à direita, na crítica frontal à inconsequência e ao oportunismo do PS, na sustentação de propostas capazes de assegurar ampla intervenção e participação popular.

Com igual clareza e determinação se desenvolve a solidariedade, o apoio e o incentivo do PCP às lutas reivindicativas em curso, com destaque para as dos trabalhadores da Administração Central e Local, enfermeiros, professores, médicos, estudantes, à luta de todos os trabalhadores que protestam e contrariam a política orçamental e a redução dos salários reais.

O período de debate do Orçamento de Estado na Assembleia, agora iniciado, é muito apropriado para a intensificação da movimentação reivindicativa de massas.

As manifestações estudantis, de quarta-feira 18, contra um brutal considerado aumento das Propinas do Ensino Superior constituem uma inequívoca afirmação da sua firme disposição de continuar a resistir e a lutar.

A manifestação de hoje, 19 de Novembro, convocada pela USL e a CIL, como jornada de convergência dos diferentes caudais de luta, apresenta uma especial importância para forçar o Governo a recuar e deve concentrar, por isso, a mais ampla participação dos trabalhadores de todas as profissões.

O Comité Central fez um significativo apelo à mobilização dos comunistas.

A proposta cínica do ministro Braga de Macedo, no último round das negociações no CPCPS, de pagar aumentos de salários com certificados de aforro é emblemática e reveladora da natureza da política de austeridade que o Governo se propõe impor a todos os trabalhadores. A ameaça é para todos. A resposta tem que ser de todos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18399. Fax: 796 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Gufões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93. Compósto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27. Venda Nova — 2700 Amadora. Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

A mentalidade autoritária do PSD

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida a 16 de Novembro de 1992, analisou a evolução da situação política nacional e o estado de preparação do XIV Congresso.

1. A Comissão Política do PCP sublinha o grave significado dos explícitos ataques lançados por Cavaco Silva no Congresso do PSD à acção do Presidente da República, na sequência da campanha lançada pelo PSD com vista a contestar, desacreditar outros os órgãos de soberania, bem como órgãos de defesa da constitucionalidade, da legalidade e dos direitos dos cidadãos.

O Primeiro-Ministro e o PSD revelam e manifestam, não só apenas uma clamorosa hostilidade a valores, regras e princípios fundamentais do regime constitucional e do Estado de direito democrático, mas uma chocante mentalidade autoritária e autocrática e um intolerável projecto de poder absoluto.

Dir-se-ia que o Governo PSD/Cavaco Silva quanto mais anos leva de estreito relacionamento com a legião dos cortesãos do seu poder e as suas vorazes clientelas, mais raiva tem à independência de opinião e de acção e a tudo que não se acomode à sua vontade, medidas e projectos.

Dir-se-ia que quanto mais anos leva de domínio absoluto do Governo e da Assembleia da República, mais o Primeiro-Ministro e o PSD tendem a esquecer que a única legitimidade de que lhe advém do sufrágio popular é para governar, não contra o regime constitucional e em contestação aos poderes dos outros órgãos de soberania, mas no estreito respeito de um e de outros.

Denunciando as concepções e os projectos de cariz autoritário e antidemocrático que estas posições do Primeiro-Ministro e do PSD mais uma vez desvendam, o PCP declara entretanto que, pela sua parte, não colaborará nos eventuais objectivos do PSD, sejam o de, assim, no actual momento desviar o debate político e a atenção da opinião pública das restrições da política orçamental e da ofensiva em curso contra as condições de vida da população, sejam o de, assim, oferecer ao PS uma nova oportunidade para mais uns agitados duelos verbais que disfarcem designadamente a sua aliança com o PSD na reescrita da Constituição às ordens de Maastricht e na precipitada ratificação deste Tratado.

2. A Comissão Política do PCP salienta que a ridícula insistência do Primeiro-Ministro e do PSD em apresentarem as forças da oposição, a movimentação reivindicativa dos trabalhadores e de outros sectores sociais e o legítimo exercício dos respectivos poderes por outros órgãos de soberania como forças de bloqueio à modernização do país constitui, por um lado, uma mistificação e desonestidade política e, por outro, a indirecta confissão das dificuldades e do nervosismo que o fracasso da sua política e o descontentamento que ela está crescentemente suscitando projectam sobre o Governo.

Enorme mistificação porque, em Portugal, é o Governo e a sua política que, como mais ninguém, bloqueiam uma verdadeira modernização ao efectivo serviço do povo e do país, bloqueiam a realização de importantes aspirações e direitos sociais, seja à estabilidade e segurança no emprego, seja à justa remuneração do trabalho, seja no acesso ao ensino, à saúde e à habitação, seja a reformas e pensões dignas.

Confissão de dificuldades e de fracasso porque é da tradição do PSD e de Cavaco Silva sempre arranjar "bodes expiatórios" e "inimigos internos" para quem possa sacudir as responsabilidades dos seus próprios erros.

3. A Comissão Política considera grave a conclusão do processo de revisão constitucional com base num acordo do PSD e PS que visa abrir caminho à ratificação do Tratado de União Europeia, tentando legitimar as importantes transferências de soberania previstas no Tratado.

É completamente destituída de fundamento, neste quadro, a tentativa de o PS apresentar como uma grande conquista as normas acerca da competência da Assembleia da República de acompanhar e apreciar as questões comunitárias. Com efeito, os termos desta consagração não garantem eficazmente a intervenção da Assembleia da República na definição das posições do Estado português, nem o combate ao esvaziamento das competências que decorre da integração na CEE. O PS malbaratou a sua capacidade negocial, coincidindo mais uma vez com o PSD em todos os aspectos fundamentais, em particular na tentativa de viabilizar as limitações de soberania e na ausência de consagração de soluções capazes de diminuir um pouco a gravidade do impacto do Tratado de União Europeia nas competências parlamentares.

O PCP chama a atenção para o facto de este processo ter decorrido sem qualquer debate público sério e profundo, e designadamente tendo o PSD e o PS alargado o seu entendimento à inviabilização do referendo acerca do Tratado de União Europeia.

O PCP prosseguirá nas novas condições o firme combate ao Tratado de Maastricht, à alienação da soberania e independência nacional e à degradação da democraticidade das instituições.

4. A Comissão Política aprecia muito negativamente a reedição das propostas de alteração das leis eleitorais, algumas abertamente inconstitucionais, que o PSD apresentou na passada semana na Assembleia da República. Destaca-se a adulteração profunda da proporcionalidade na eleição da Assembleia da República, a criação de maiorias artificiais nas câmaras municipais à revelia dos resultados das eleições e a insistência na consagração em nova revisão constitucional do voto dos emigrantes nas eleições presidenciais, em termos que visam a viabilização de uma gigantesca fraude eleitoral.

Não pode deixar de merecer referência o facto de o PS, no momento de grande intensidade da luta popular e social contra gravosas medidas do Governo, incluindo contra o Orçamento de Estado para 1993, ter dado a oportunidade de retomar tal ofensiva ao marcar para esta altura a discussão de um projecto de lei sobre candidaturas de independentes nas câmaras municipais.

O PCP apela para que todas as forças democráticas se empenhem no sentido de combater estas propostas de adulteração da democracia representativa, através das quais o PSD se pretende eternizar no poder com eventuais complicitades do PS.

5. A Comissão Política do PCP considera que a demissão do Coordenador da Comissão de Luta Contra a SIDA e designadamente as razões por si invocadas para tal decisão - designadamente o "bloqueio" do ministro da Saúde à administração do AZT a seropositivos e doentes com SIDA - não podem ser rapidamente esquecidos como um qualquer incidente irrelevante. O PCP considera indispensável um rigoroso apuramento das responsabilidades governamentais por orientações e atitudes que não podem deixar de causar revolta e indignação e renova a sua chamada de atenção para que, neste como em muitos outros aspectos da política de saúde do Governo, os cidadãos e o país se arriscam a pagar um alto e dramático preço pela prevalência de critérios economicistas e de rentabilidade financeira sobre a primordial preocupação com o bem-estar e os direitos essenciais da população, no quadro de uma política de saúde em que o comércio se tende a substituir à ética, em que o negociismo ameaça soterrar o respeito pela pessoa humana, em que os cortes orçamentais subsequentes à ruinosa gestão dos comissários políticos destacados pelo PSD para os serviços de saúde ameaçam substituir-se à solidariedade e aos valores humanistas.



Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, apresentou aos jornalistas as principais conclusões da reunião de dia 16

6. A Comissão Política analisou os resultados da Greve Geral Nacional dos trabalhadores da Administração Pública central e local, realizada no passado dia 13 de Novembro e que envolveu quase meio milhão de trabalhadores - administração central e local, professores, médicos, enfermagem - tendo concluído que, pelos muito elevados índices de adesão, pela ampla unidade alcançada, esta jornada de luta confirmou o profundo repúdio dos trabalhadores pela política lesiva dos seus interesses e uma grande determinação em defenderem as suas condições de vida e de trabalho.

A Comissão Política, considerando que só a continuação e intensificação da luta dos trabalhadores pode obrigar o Governo a recuar nos seus objectivos, apela aos trabalhadores, a todos os membros do Partido a uma activa participação no reforço da unidade e na preparação das jornadas decididas para as próximas semanas, bem como a dar toda a atenção à manifestação do dia 19, organizada pela União dos Sindicatos de Lisboa, contra a política orçamental. E sublinha a importância e manifesta o seu apoio à luta massiva dos estudantes do ensino superior público, contra o aumento das propinas, por uma efectiva melhoria da acção social escolar e por condições para um ensino melhor, que vão amanhã realizar uma manifestação nacional junto à Assembleia da República.

7. A Comissão Política analisou e deu um balanço positivo ao andamento dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, nomeadamente o debate em curso e a realização das Assembleias Plenárias, considerou a ultimização dos documentos finais a serem presentes ao Congresso depois de aprovados pelo Comité Central na reunião que terá lugar nos próximos dias 25 e 26.

Demissão do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas é insuficiente

A propósito da política para a emigração seguida pelo Governo e da recente demissão do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP emitiu, terça-feira passada, o comentário que transcrevemos na íntegra:

«A recente alteração de secretário de Estado das Comunidades Portuguesas merece pela parte da Comissão para o Trabalho entre a Emigração - CPTEE - do PCP o seguinte comentário:

«Desde há muito que o secretário de Estado, Correia de Jesus, agora substituído, era indesejado pelas comunidades portuguesas. A CPTEE do PCP regozija-se pelo seu afastamento. Alerta, no entanto, para as tentativas de procurar dissociar a política de emigração, levada a cabo pelo Governo, do secretário de Estado que lhe dá o rosto, que sendo enganadoras criam expectativas erradas.

«Relembramos, aqui, que o PSD está no Governo desde 1980, que desde então detém a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Mais do que uma mudança de nomes, é necessária uma outra política que ponha termo à situação que se vive hoje na emigração e que a CPTEE do PCP caracteriza de descalabro, sendo de referir:

« - a constante degradação, dos serviços oficiais de apoio às comunidades (consulados e delegações do IAACP);

« - a redução de apoios e desresponsabilização por parte do Governo em matéria de ensino do português e da divulgação da língua e cultura portuguesas junto das comunidades;

« - o desmantelamento da única estrutura representativa e eleita pelas comunidades (Conselho das Comunidades), revelador do cariz autoritário do Governo;

« - a ausência de legislação de protecção aos trabalhadores que emigram

com contratos temporários, frequentemente vítimas de empregadores sem escrúpulos;

« - as medidas pontuais e de propaganda, em sinal de ausência de uma real política de apoio aos emigrantes que atingem a idade da reforma, aos jovens e às mulheres.

«A CPTEE do PCP reafirma a necessidade urgente de romper com a actual política de emigração e exige ao Governo que inicie uma verdadeira política de diálogo com todas as estruturas representativas das comunidades portuguesas, nomeadamente, o movimento associativo.

«Desafiámos os deputados do PSD eleitos pela emigração assim como o seu Grupo Parlamentar a aceitar a realização de um verdadeiro debate na Assembleia da República sobre política de emigração».

Lisboa, 17 de Novembro de 1992
CPTEE do PCP



Álvaro Cunhal, acompanhado de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, e José Soeiro, da Comissão Política e do Secretariado do CC, na conferência de imprensa de dia 13

Álvaro Cunhal na conferência de imprensa

Os comunistas não correm por cargos

Respondendo a perguntas dos jornalistas, depois de ter apresentado as principais conclusões da reunião do Comité Central, o secretário-geral do PCP adiantou, na conferência de imprensa de sexta-feira de manhã, alguns detalhes e opiniões, nomeadamente sobre as responsabilidades que deverá ter quando o CC a eleger no Congresso decidir não o reeleger para o cargo que ocupa desde 1961.

Remetendo em várias ocasiões para o texto da resolução do CC sobre estruturas de direcção, Álvaro Cunhal afirmou que «o actual secretário-geral nunca foi nem será um corta-fitas. Poderá ser um militante com qualquer responsabilidade, maior ou menor, como comunista que é e membro do PCP».

Não é uma questão de cargos que está na ideia de um comunista quando intervém na luta política, pelo menos na mentalidade existente neste partido. As responsabilidades serão definidas ulteriormente. Neste momento, há apenas uma indicação genérica do CC no sentido de que sejam definidas as responsabilidades do actual secretário-geral, admitindo que possam ter expressão estatutária.

Explicitou que o que se afirma na resolução «significa que será eleito um novo secretário-geral» e, confrontado com a possibilidade de o CC decidir reelegê-lo, lembrou que «a recomendação do actual CC é que não o faça».

Quer em relação às responsabilidades futuras do actual secretário-geral, quer quanto a outras recomendações do Comité Central, Álvaro Cunhal adiantou que na reunião do CC marcada para 25 e 26 de Novembro «certamente já se avançará mais no sentido da sua concretização, já mais à beira do Congresso».

A resolução aprovada no dia 12 contém «uma definição das recomendações do CC ao trabalho que está a ser feito, fundamentalmente pelos organismos executivos actuais, para que nos dias 25 e 26 já apresentem uma proposta concretizada, elaborada na base dessas recomendações», precisou.

O Comité Central em fun-

ções «apresentará ao Congresso uma proposta de lista para o CC futuro e encara-se uma renovação, talvez de umas dezenas de camaradas», adiantou Álvaro Cunhal. Interrogado sobre se o cargo que lhe for atribuído poderá retirar poderes ao futuro secretário-geral, Álvaro Cunhal respondeu: «De nenhuma forma. Uma das recomendações do CC é que o novo secretário-geral assuma todas as funções que o actual secretário-geral tem assumido no Partido, em pleno. É uma recomendação que não foi aqui lida, mas está contida nas discussões e no exame desta questão.»

O secretário-geral do PCP recordou que «já tive no meu Partido muitas responsabilidades», considerando que «o trabalho mais modesto é tão digno como o trabalho mais responsável. Sempre foi a minha posição como secretário-geral, e será com qualquer outra responsabilidade, maior ou menor, que venha a ter.»

Várias questões suscitaram esclarecimentos sobre o novo órgão que se propõe criar, o Conselho Nacional, definido por Álvaro Cunhal como «uma reunião conjunta» da Comissão Política, do Secretariado, de um membro da Comissão de Controlo e de responsáveis de organizações regionais, organismos inter-regionais e principais sectores de actividade do Partido, para «coordenação e articulação, dinamização, do trabalho partidário, no respeito pelas decisões do CC, da Comissão Política, do Secretariado».

O secretário-geral revelou ainda o resultado da votação no CC da resolução sobre as estruturas de direcção: nos membros efectivos do CC, foi aprovada com uma abstenção, no que respeita aos suplentes (voto consultivo),

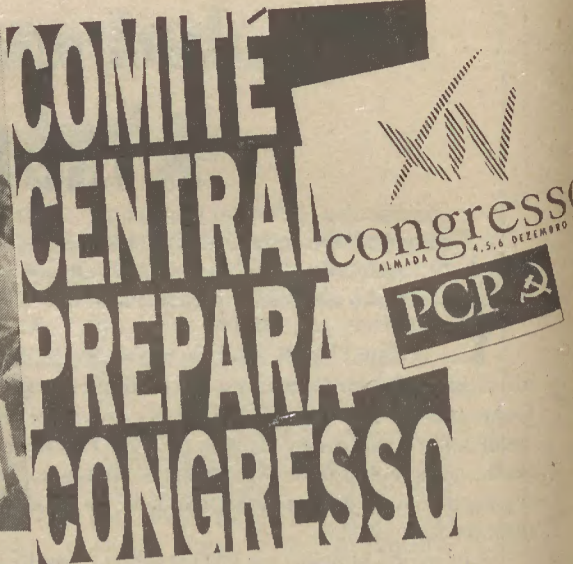
com 4 abstenções e um voto contra.

Honecker e Dr. Savimbi

Solicitado a comentar o julgamento de Erich Honecker, Álvaro Cunhal afirmou: «É uma violação de princípios sempre admitidos em Direito Internacional, não respeita direitos humanos fundamentais e é, na verdade, um escândalo em termos de política interna e externa da Alemanha. Não é digno de um país democrático este julgamento a que se está a proceder. Julgar o dirigente do Estado por aplicação de leis do Estado, quando esse dirigente foi recebido como grande dirigente de um Estado alemão na própria Alemanha, pelos próprios dirigentes que hoje animam o seu julgamento, é uma indignidade.»

A solicitação de um comentário às «acusações do Dr. Savimbi» ao Governo português suscitou ao dirigente comunista um aparte: «A palavra fica bem, e, em geral, fala-se em Honecker e no Dr. Savimbi, e até já se falou no presidente Savimbi...»

O comportamento do chefe da Unita foi assim comentado por Álvaro Cunhal: «Savimbi ataca tudo quanto não seja a seu jeito e segundo as ocasiões. Já se viu qual é o procedimento dessa personalidade sinistra na vida do povo angolano: primeiro era o terrorismo, não resultou; depois, eram acordos, não resultaram; as eleições não resultaram porque as perdeu; a tentativa de golpe de Estado não resultou; portanto, agora, volta-se contra tudo e contra todos, com uma desorientação e um nervosismo que mostram como está a sentir o peso da derrota.» Depois de recordar a moção aprovada pelo CC (e que publicamos nesta página), o secretário-geral do PCP lamentou «que haja forças tão responsáveis em Portugal que desde há muito animam e apoiam Savimbi, mesmo quando por vezes fingem o contrário.»



Moção sobre Angola

O Comité Central do Partido Comunista Português exprime a sua viva preocupação em face das operações de desestabilização interna e intriga internacional contra Angola na sequência da derrota da Unita nas eleições de 29 e 30 de Setembro, internacionalmente reconhecidas como «livres e justas».

O CC do PCP reafirma ao MPLA e ao povo angolano a activa solidariedade dos comunistas portugueses à sua luta para derrotar as manobras e conspirações, internas e externas, que contestam os resultados das eleições, põem em causa a autoridade legítima do governo angolano e violam a soberania da RPA. Tais manobras e conspirações visam claramente alcançar pela força aquilo que a reacção e o imperialismo julgavam poder alcançar com as eleições, ou seja, o afastamento do poder do MPLA, a força política que conduziu a heróica luta do povo angolano pela independência e a construção de um novo Estado independente e progressista em solo angolano.

O CC do PCP condena firmemente as acções de desestabilização, violência e terror praticadas pela Unita no quadro de um projecto de assalto armado ao poder e que provocaram já a perda de numerosas vidas humanas, ameaçando mergulhar de novo Angola no dramático ciclo de guerra, sofrimento e destruição que há longos anos atingem o povo angolano.

O CC do PCP denuncia a hipocrisia, o sectarismo e a irresponsabilidade patentes nas atitudes e posições de diversos órgãos de comunicação social e de conhecidos elementos do «lobby» pró-Unita em Portugal. As suas campanhas de mistificação da opinião pública e de branqueamento e

desresponsabilização da Unita, não só constituem um incentivo ao prosseguimento da acção ilegal e violenta do movimento de Jonas Savimbi, como são susceptíveis de causar sérios prejuízos ao relacionamento entre Portugal e a RPA, e entre o povo português e o povo angolano.

O CC do PCP considera fundamental para garantir a paz em Angola que sejam respeitados os resultados eleitorais e os acordos de Bicesse, nomeadamente no que respeita ao desarmamento da Unita e à formação do exército angolano único e quanto à extensão a todo o território da administração central angolana.

Portugal deve empenhar-se activamente e sem quaisquer ambiguidades, no plano político e diplomático, para que tais objectivos sejam efectivamente alcançados.

O CC do PCP formula ao MPLA, ao Presidente José Eduardo dos Santos, ao Governo e ao povo angolano os melhores votos nos seus esforços em prol da paz, pela reconstrução nacional do seu país devastado pela guerra, na defesa da independência e da soberania da sua pátria.

O CC do PCP apela ao pronto desenvolvimento de iniciativas e acções que expressem uma firme solidariedade dos trabalhadores e dos democratas portugueses para com as forças progressistas e o povo de Angola e para com as suas aspirações de liberdade, paz, progresso e independência.

Lisboa, 12/11/92

O Comité Central do Partido Comunista Português

Moção sobre Timor-Leste

Reunido no dia em que passa o primeiro aniversário do massacre de Santa Cruz, em Timor-Leste, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente todos os combatentes da liberdade em Timor-Leste, a juventude e o povo timorense, e presta sentida homenagem a todos os que tombaram pela independência da pátria maubere ocupada pela ditadura indonésia desde 7 de Dezembro de 1975.

A ocupação militar só tem podido manter-se à custa do terror e do genocídio do povo timorense. Enquanto tal ocupação se mantiver, são sempre previsíveis novos massacres perpetrados pelos ocupantes.

Nem o genocídio de 200 mil timorenses, nem o massacre de Santa Cruz fizeram deter a vontade do povo timorense de conquistar os seus direitos nacionais, incluindo o direito à independência.

O Comité Central do PCP condena a ocupação militar indonésia e considera fundamental reforçar o amplo movimento de solidariedade nacional e internacional com a luta do povo maubere a fim de não deixar cair no esquecimento esta luta heróica e tão cheia de dificuldades nesta «nova» ordem mundial, favorável ao imperialismo mundial.

Neste sentido, o CC do PCP considera

que grandes responsabilidades, incluindo constitucionais, incumbem aos órgãos de soberania portugueses no sentido de se empenharem activamente no plano político e diplomático para que o povo de Timor-Leste veja reconhecido o seu direito à autodeterminação e à independência. O CC do PCP relembra e sublinha a actualidade da sua proposta, aprovada na Assembleia da República, de realizar uma Conferência Mundial de Parlamentares, a fim de dar maior apoio à luta do povo maubere e isolar os ocupantes indonésios.

O CC do PCP considera possível e necessário um largo consenso nacional em torno do problema de Timor-Leste, com base no respeito pelo direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste.

O CC do PCP apela a todos os portugueses e portuguesas, e em particular aos jovens que se têm destacado por uma generosa atitude de solidariedade, para prosseguirem com confiança no desenvolvimento de acções de apoio à corajosa luta do povo maubere.

Lisboa, 12/11/92

O Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Resolução do Comité Central sobre Estruturas de Direcção Central

Na sua reunião plenária de 12 de Novembro, o Comité Central examinou as questões relativas à estrutura de Direcção Central, com vista tanto a eventuais propostas a submeter ao XIV Congresso para efeitos de consagração estatutária, como a eventuais opiniões e recomendações a transmitir ao novo Comité Central a eleger pelo Congresso.

Tendo tomado conhecimento do trabalho realizado nesta matéria pelos organismos executivos e das propostas por estes feitas para sua apreciação, o Comité Central decide as seguintes linhas de orientação para a elaboração, pela Comissão Política e Secretariado, de propostas concretas a apreciar na sessão plenária do Comité Central marcada para 25 e 26 de Novembro.

I Comité Central

1. O Comité Central deverá manter como sua competência a assunção da responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior do trabalho político ideológico e de organização do Partido.

A concretização de tal competência implica que sejam aprofundadas pelo Comité Central as análises e as decisões sobre a orientação relativa aos grandes problemas o que exige uma preparação mais cuidadosa das reuniões, sempre que possível com informação e documentação e mesmo propostas sujeitas previamente à reflexão dos membros do Comité Central. Mantendo-se como está previsto que os intervalos das reuniões do Comité Central não deverão exceder 4 meses (artº 33º dos Estatutos) poderá ser recomendável que em alguns casos as reuniões do Comité Central ocupem 2 ou mais dias.

2. A prestação de contas dos organismos executivos ao Comité Central deverá efectivar-se através de uma informação regular sobre aspectos fundamentais do exercício das respectivas competências.

3. Embora se possa considerar que o elevado número de membros do Comité Central actualmente existente torna mais difícil os debates com intervenções da generalidade dos participantes nas reuniões e com a consequente redução dos tempos de intervenção individual, considera-se que, em contrapartida a tal inconveniente, a amplitude do Comité Central comporta o real valor da participação na direcção central de um grande colectivo de quadros do Partido responsáveis pelos sectores mais importantes da actividade e portadores de múltiplas e variadas experiências e reflexões.

Considera-se assim que o critério dominante para a determinação do número de membros do Comité Central deverá ser a consideração de um processo de renovação com o exame atento e ponderado de membros do actual Comité Central que não serão propostos para o futuro Comité Central, e de membros do Partido a propor em resultado da cuidada e larga auscultação e de opiniões estatutariamente previstas para tal efeito e às quais se está presentemente a proceder.

A composição social correspondente à natureza de classe do Partido deve também constituir um critério presente nas propostas a fazer.

4. Mantendo-se um número de membros do Comité Central aproximado ao actual, é de manter a caracterização de membros efectivos e membros suplentes com direito a voto consultivo, em conformidade com o artº 32 dos Estatutos em debate no Partido.

II Comissão Política

1. Considera o Comité Central que, conforme com os Estatutos do Partido na versão em debate no Partido, a Comissão Política deverá continuar a ter a responsabilidade da direcção política do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central.

2. Sublinhando-se que, após as modificações da estrutura central decididas por ocasião do XIII Congresso (Extraordinário) se verificou um importante progresso na regular, pronta e qualificada resposta do Partido por parte da Comissão Política aos acontecimentos da vida nacional e internacional, o Comité Central considera ser de garantir, pela composição e funcionamento da Comissão Política, a continuação desse aspecto positivo do exercício das suas competências.

3. No referente ao estatutariamente previsto controlo directo de organizações e sectores pela Comissão Política

ca no âmbito das suas funções, o Comité Central considera necessário que na composição e renovação da Comissão Política, admitindo-se um moderado aumento do número dos seus membros, deverá ser assegurada uma maior participação de camaradas que assumam directa responsabilidade pelas mais importantes Organizações Regionais e por organismos de coordenação ou direcção inter-regional ou de frentes de trabalho. Considera também necessário que seja estabelecida uma estreita conexão de tal controlo com a regular e necessária ligação do Secretariado com as mesmas organizações e sectores para efeito do trabalho corrente no âmbito das suas funções.

III Secretariado

1. O Comité Central considera que continua a ser necessário que o Secretariado, pela sua composição e funcionamento, assegure o exercício das suas competências definidas pelos Estatutos (artº 34, nº 3) orientando e dirigindo o trabalho quotidiano do Partido, a distribuição de quadros e o controlo de execução das tarefas indicadas pelo Comité Central.

2. Estas tarefas exigem um elevado grau de operacionalidade colectiva e individual dos seus membros, de coordenação e articulação com os outros organismos executivos do Comité Central, assim como com as Direcções Regionais e sectores de actividade. Considera o Comité Central que estas exigências devem ser tidas em conta na futura composição do Secretariado.

3. As funções eminentemente executivas do Secretariado implicam que a ligação do Secretariado com as Organizações Regionais e frentes de trabalho tenha um carácter expedito e flexível e seja coordenada com as relações da Comissão Política com as mesmas organizações e frentes.

IV Comissão Central de Controlo e Quadros

1. O Comité Central verifica, pela experiência do trabalho da Comissão Central de Controlo e Quadros, que as actividades deste organismo executivo tenderam a separar-se (em termos organizativos e de responsabilidade individual dos seus membros) nas suas duas vertentes de quadros e de administração e finanças. A experiência indica a necessidade de se considerar uma nova estrutura relativamente a tais competências e funções.

2. Considera o Comité Central que, na estrutura da Direcção Central, o organismo actualmente designado como Comissão Central de Controlo e Quadros deve ter como suas tarefas específicas a fiscalização da legalidade estatutária das actividades do Partido, a intervenção como instância de recurso de qualquer organismo ou militante, a fiscalização, quando necessária, das contas do Partido e a intervenção na solução de problemas de quadros mais complexas. Este organismo executivo do Comité Central passaria a denominar-se Comissão Central de Controlo.

3. Uma Comissão Administrativa e Financeira e uma Comissão Central de Quadros (cujas composições deverão ser constituídas por decisão conjunta da Comissão Central de Controlo e pelo Secretariado e ratificadas pelo Comité Central) e tendo, respectivamente, como competências a administração do património e dos recursos financeiros e o acompanhamento e tratamento das questões de quadros funcionarão em estreita ligação com o Secretariado. Deverão ser definidas as competências da Comissão Administrativa e Financeira, de maneira a assegurar que, em circunstância a definir, possa contrariar decisões ou propostas que impliquem graves inconvenientes ou riscos em matéria de património e de recursos financeiros do Partido.

V Comissão Executiva Nacional e um organismo coordenador e dinamizador

1. O Comité Central considera que a experiência da actividade da Comissão Executiva Nacional, criada pelo

Comité Central por ocasião do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido, revelou por um lado virtualidades e potencialidades para a coordenação e dinamização do trabalho do Partido a nível nacional que devem ser consideradas na estruturação do trabalho de Direcção e mostrou por outro lado a inviabilidade da concretização dessas virtualidades e potencialidades pelo seu carácter meramente consultivo e pela insuficiente articulação da sua actividade com a actividade da Comissão Política e do Secretariado.

2. Tendo em conta essa experiência e tendo também em conta a necessidade de uma melhor coordenação e articulação da actividade da Comissão Política e Secretariado, o Comité Central pronuncia-se por uma solução orgânica que possa responder à necessidade de uma efectiva coordenação da actividade dos organismos executivos com vista à dinamização da actividade de todo o Partido segundo as orientações traçadas pelo Comité Central, pela Comissão Política e pelo Secretariado.

Ou seja, reuniões periódicas conjuntas da Comissão Política, Secretariado e responsáveis dos organismos regionais e frentes de trabalho.

Uma tal solução teria três pressupostos: a extinção da Comissão Executiva Nacional; a criação de um novo organismo (Conselho Nacional) de cuja composição fariam parte os membros da Comissão Política e do Secretariado, um membro da Comissão Central de Controlo e responsáveis de Organizações Regionais, organismos inter-regionais e principais sectores de actividade do Partido; e um funcionamento que não só não esvazie mas reforce na prática o exercício das competências do Comité Central e dos outros organismos executivos.

VI Secretário-geral do Partido

1. No seguimento de um processo de renovação há muito atentamente estudado e preparado, o Comité Central deverá transmitir ao Comité Central a eleger pelo XIV Congresso a recomendação para que use da faculdade conferida pelos Estatutos e eleja o Secretário-geral do Partido, não mantendo o cargo de Secretário-geral Adjunto que foi considerado útil e necessário por circunstâncias conjunturais.

2. Em relação ao actual Secretário-geral do Partido, considera o Comité Central que na estrutura de Direcção Central a aprovar no XIV Congresso ou pelo Comité Central no âmbito do Congresso, devem ser definidas e institucionalizadas a sua responsabilidade e atribuições, admitindo-se que essa institucionalização possa ter expressão estatutária.

VII Prazos de reuniões

Na linha das recomendações anteriores, devem ser considerados prazos das reuniões do Comité Central, Comissão Política, Secretariado, Comissão Central de Controlo e Conselho Nacional de forma a assegurarem e facilitarem o pleno exercício das respectivas competências.

VIII DORs e organismos de coordenação inter-regional

O Comité Central considera necessário que seja concluído com brevidade o exame e sejam tomadas decisões no sentido de uma definição flexível da estrutura das DORs e constituição de organismos de coordenação ou direcção inter-regional, assim como da sua ligação orgânica e articulação com organismos de coordenação ou direcção de frentes de trabalho.

Lisboa, 12 de Novembro de 1992

O Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Comunicado do Comité Central do PCP

O Comité Central do PCP efectuou uma reunião plenária, a 12 de Novembro, dedicada à preparação do XIV Congresso e ao exame da situação política, económica e social do País.

O Comité Central aprovou uma Resolução sobre a Estrutura do Trabalho de Direcção e a Proposta de Regulamento do Congresso.

O Comité Central aprovou também uma Moção de solidariedade para com o povo de Timor-Leste por ocasião do primeiro aniversário do massacre de St^a Cruz e uma Moção de solidariedade com o povo angolano e o MPLA por ocasião do 17^o aniversário da independência de Angola e na sequência dos sangrentos acontecimentos decorrentes da tentativa de golpe de Estado da Unita.

Em relação à situação nacional, o Comité Central deu destaque às apreciações e conclusões que se abordam a seguir.

1

O Comité Central analisou as orientações e aspectos essenciais das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1993, tendo concluído que estes documentos basilares da política económica e social do Governo para o próximo ano se caracterizam, fundamentalmente, pela inadequação à realidade e necessidades actuais da economia, pela orientação da convergência monetarista de Maastricht, contra a qualidade de vida e os direitos dos trabalhadores e pela fuga acrescida do Estado ao exercício das funções sociais que constitucionalmente lhe incumbem.

No quadro da recessão que atinge já a generalidade dos sectores de produção material, a natureza restritiva do Orçamento do Estado e as orientações monetaristas e deflacionistas da política económica terão como efeito inevitável a aceleração e acentuação da crise económica, com pesados custos para o País, para as empresas nacionais e para os portugueses.

Manter, como se afirma no relatório do OE, uma política cambial com o escudo sobrevalorizado e uma política monetária de elevadas taxas de juro activas reais, não deixará de afectar o investimento produtivo criador de emprego e a capacidade económica, financeira e concorrencial de muitas empresas e em especial das pequenas e médias.

O Orçamento do Estado pretende, expressamente, transferir os custos da política recessiva do Governo para os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas, nomeadamente através da limitação das actualizações salariais a níveis inferiores ao da inflação previsível, o que significa uma redução dos salários reais, do aumento do desemprego, da redução real do valor das pensões e reformas e da diminuição dos encargos do Estado nomeadamente com a Educação e a Saúde.

Neste âmbito se inserem as inaceitáveis propostas governamentais de actualização salarial para os trabalhadores da administração pública central e local e a implementação da legislação relativa aos "disponíveis" (antecâmara do despedimento), as "ameaças" às entidades patronais que aceitem negociar aumentos salariais superiores a 7%, a redução real das dotações orçamentais para os sectores da educação e da saúde e as tentativas de imposição do aumento das propinas e do seguro de doença, e bem assim as actualizações de miséria dos valores das prestações sociais e a diminuição dos trabalhadores abrangidos pelos subsídios de doença e de desemprego.

Em contraste flagrante com esta política de agravamento dos sacrifícios impostos aos trabalhadores, aos pensionistas e idosos e aos jovens estudantes, o Orçamento do Estado pretende alargar os benefícios fiscais aos rendimentos de capital, aumentar as indemnizações aos ex-monopolistas e latifundiários para 270 milhões de contos, e transferir para o capital francês que se apropriou da Petrogal parte do actual imposto sobre os combustíveis.

Neste quadro insere-se ainda a venda ao desbarato de riquíssimo património público — empresas rentáveis, básicas e estratégicas do SEE — abrindo as portas ao seu aposamento pelo capital estrangeiro.

Este Orçamento é mais uma demonstração de que a política do Governo de Cavaco Silva (com o apoio tácito ou explícito do PS) tem como objectivos prioritários e determinantes a restauração do capital monopolista e o favorecimento do grande capital, assente num sistema fiscal estruturalmente injusto e numa distribuição de despesas que afecta áreas vitais e prioritárias para o desenvolvimento social.

Este Orçamento mantém a linha da asfixia financeira das autarquias com uma lógica partidarizada, com desprezo pelas necessidades das populações e do desenvolvimento regional.

O Comité Central reafirma a frontal e inequívoca opo-

sição do PCP à desastrosa política económica do Governo e ao Orçamento do Estado para 1993.

2

O Comité Central salienta que o Governo PSD prossegue e aprofunda uma política de injustiça social centrada na intensificação da exploração dos trabalhadores, na redução do poder de compra dos salários, na abdicação do papel do Estado no cumprimento de obrigações em matérias de natureza social e na transferência das suas responsabilidades para as populações em questões vitais como sejam a segurança social, a saúde e o ensino.

Para a implementação desta política, o Governo volta a escolher, como instrumento privilegiado, um novo "acordo económico-social", para o que conta com a conivência da UGT, através do qual pretende estabelecer um novo tecto salarial, dificultar a luta reivindicativa dos trabalhadores e dar novos golpes nos seus direitos e condições de vida.

A política do Governo em relação à Administração Pública caracteriza-se por uma acentuada desvalorização dos recursos humanos, bem expressa na proposta de aumentos de vencimentos de 4,5 a 5,5% (que na prática se traduziria num aumento de cerca de 2,5%) e na criação de uma instabilidade generalizada dos postos de trabalho através da perspectiva de aplicação da «Lei dos disponíveis».

Tal política não prejudica apenas os trabalhadores da função pública. Lesa também a generalidade da população porque conduz à degradação dos serviços e se insere numa política de corte das despesas públicas com sacrifício maior dos direitos económicos, sociais e culturais constitucionalmente consagrados.

Ao mesmo tempo, a necessária reforma democrática da Administração Pública permanece protelada, em particular a participação nas decisões, a desburocratização, a descentralização e desconcentração, o reforço dos direitos dos cidadãos e a abertura e transparência dos actos administrativos. Em vez disso, são concentrados e centralizados poderes, verbas e recursos, tenta-se eliminar formas de fiscalização política, jurídica e financeira da Administração, não se garantem direitos dos cidadãos e não se avança de forma sistemática e coerente na via da desburocratização.

Neste quadro, o Comité Central manifesta a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da função pública pelos seus direitos e pela estabilidade dos postos de trabalho.

O Governo do PSD continua a agravar as já dramáticas condições em que sobrevivem hoje mais de 2 milhões de portugueses reformados e pensionistas.

Ao decretar valores de 6 a 8% para as reformas, pensões e outras prestações de Segurança Social, valores que não cobrem sequer os da inflação, o Governo põe a nu toda a hipocrisia do seu discurso de "solidariedade social", assim como a falsidade e demagogia das suas promessas eleitorais de elevar "as pensões mínimas de velhice para o valor do salário mínimo nacional".

Os valores das reformas, pensões e outras prestações de Segurança Social agora decretados, depois de tantos "sucessos", "éxitos" e "progressos" constantemente proclamados e propagandeados pelo Governo, constituem uma verdadeira afronta do PSD a todos aqueles que, depois de uma longa vida de trabalho, se encontram confrontados com reformas e pensões cujos valores, de miséria, lhes não assegurem as condições dignas de vida a que têm direito.

O CC do PCP condena energeticamente esta política, reafirma a solidariedade do PCP à luta dos reformados, pensionistas e deficientes e garante a determinação dos comunistas em prosseguir com persistência a sua acção pela melhoria significativa das condições de vida deste importante e vasto sector da população portuguesa que a política de direita marginaliza e lança na mais gritante e condenável pobreza.

O CC do PCP insiste no necessário alerta aos portugueses para a gravidade da alteração radical que o Governo do PSD pretende provocar na filosofia e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ao introduzir através do "novo Estatuto do SNS", recentemente aprovado, o princípio do pagamento dos cuidados de saúde prestados no âmbito do mesmo e até agora assegurados gratuitamente.

Trata-se da mais grave decisão tomada após o 25 de Abril contra os interesses dos portugueses na área da saúde.

O PCP rejeita em absoluto esta política que visa desresponsabilizar cada vez mais o Estado das suas obrigações constitucionais e considera absolutamente imoral e inaceitável que hospitais, Centros de Saúde e respectivos equipamentos, que custaram ao Estado milhões e milhões de contos, possam ser entregues a interesses privados, como pretende o Governo Cavaco Silva/PSD com o seu "novo Estatuto do SNS", transformando uma área social estraté-

gica, como o é a saúde, num campo de desenfreado negócio e tráfico de influências.

O Governo Cavaco Silva está a empurrar o País para um sistema de saúde que, além de implicar custos incompressíveis para a maioria dos portugueses, irá fazer disparar os gastos do País em saúde para valores insustentáveis sem que tal signifique mais e melhores serviços prestados.

O CC do PCP reafirma a disposição dos comunistas em prosseguir a sua luta por um Serviço Nacional de Saúde universal, geral, gratuito, descentralizado e efectivamente participado que considera indispensável para garantir com um mínimo de gastos um máximo de eficiência e de qualidade.

Face à profunda crise a que a política do PSD vem conduzindo desde há treze anos o sistema educativo, uma vasta e massiva frente de intervenção e de luta está em movimento.

É a vaga estudantil contra o aumento das propinas no ensino superior público e contra o "protocolo social" laranja, e as tomadas de posição adoptadas por senados universitários e assembleias de representantes de muitas escolas do ensino superior público com os mesmos objectivos e de protesto contra o estrangulamento financeiro das universidades. É a luta dos professores, em que aos objectivos comuns a toda a função pública se somam os objectivos específicos relativos às carreiras e às condições para a concretização de uma verdadeira reforma educativa democrática. É o protesto contra o corte brutal de 34 milhões de contos nas verbas para a educação previstas na proposta de Orçamento do Estado para 1993. São as reclamações das associações de pais, em torno de inadiáveis problemas concretos e a intervenção de muitas autarquias locais contra os planos do Governo de lhes atribuir mais responsabilidades no domínio da estrutura escolar sem as correspondentes e indispensáveis dotações orçamentais.

É, finalmente, a convergência numa vasta frente, com dinâmicas e objectivos próprios, das lutas dos estudantes, dos professores, dos pais, da intervenção das autarquias locais e de um crescente movimento da opinião pública, que se estão a unir contra a política educativa do Governo do PSD e pelo cumprimento dos objectivos e o respeito pelos princípios e valores da política educativa democrática consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O desenvolvimento da luta social abarcando sectores e camadas muito diversificadas, confirma que a política anti-social do Governo fere os interesses de um cada vez maior número de portugueses, confirma igualmente que cresce a sua compreensão de que só pela luta, pelo protesto, pela resistência poderá ser combatida a política governativa.

O Comité Central manifesta todo o apoio e a activa solidariedade do PCP à luta corajosa dos trabalhadores, dos estudantes, dos professores, dos médicos, ..., dos pensionistas e reformados e de outras camadas sociais contra a política do Governo do PSD.

O Comité Central, sublinhando o papel determinante da luta de massas, a sua indispensabilidade para a satisfação de reivindicações concretas dos trabalhadores e das populações e para a transformação positiva da situação actual, apela ao progressismo e intensificação da luta e ao empenhamento dos membros do Partido em todas as acções e muito particularmente as próximas jornadas da Administração Pública Central e Local, as acções dos estudantes do ensino superior e nas lutas contra a política orçamental.

O Comité Central apela igualmente à intervenção activa dos militantes comunistas na mobilização para a manifestação de 19 de Novembro promovida pela USL e a CIL por melhores salários, pela defesa do emprego e pela defesa dos direitos.

3

O Comité Central chama a atenção para perigosos desenvolvimentos que se verificam ao nível da situação política e institucional.

Dando nova confirmação às apreciações das Teses do PCP para o XIV Congresso sobre o processo de perversão do regime democrático, o PSD e o seu Governo preparam-se para intensificar o ataque a importantes órgãos de fiscalização do Estado, como são o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas, o Procurador Geral da República e o Provedor de Justiça.

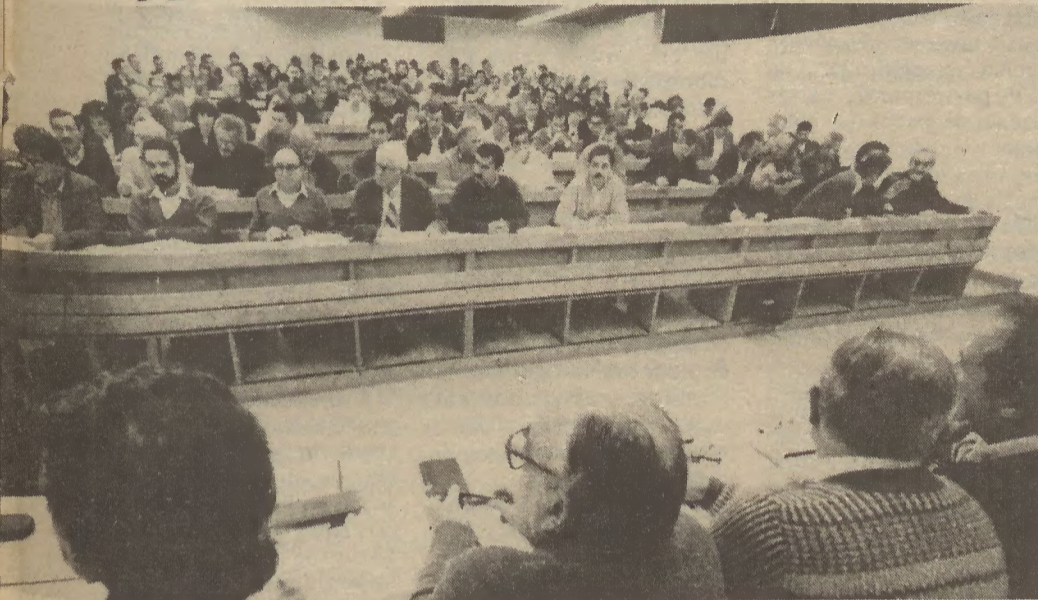
O pendão desta nova ofensiva é levantado pelo próprio Cavaco Silva na sua moção ao Congresso do PSD. Aí acusa estes órgãos de fiscalização de terem demasiada autonomia, campo de manobra e poderes, nega-lhes legitimidade electiva, defendendo que a sua intervenção seja reduzida a aspectos meramente formais.

O objectivo é claramente o de abater e silenciar ou con-

PCP

COMITÉ CENTRAL PREPARA CONGRESSO

ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992
PCP



trolar e condicionar instâncias e dispositivos de fiscalização da acção governativa, atribuindo esta exclusivamente à Assembleia da República ferreamente controlada pela maioria do PSD. Isto é, o poder cavaquista quer assegurar-se de plena impunidade em relação aos seus abusos e escândalos.

A ofensiva lançada por Cavaco Silva comporta uma outra perigosa vertente que conduz à contestação do papel dos Tribunais, na sua qualidade de órgãos de soberania, designadamente, a sua competência de fiscalizar o Estado, como, na pegada do Primeiro-Ministro, tem sido defendido por vários dirigentes do PSD.

O partido do Governo volta também ao ataque com a alteração de todas as leis eleitorais, incluindo com a revisão antecipada da Constituição.

O ensejo (e não se sabe se não haverá acordos por trás) foi-lhe oferecido desta vez pelo PS, ao agendar para apreciação da Assembleia da República um projecto de alteração à lei eleitoral para as autarquias locais.

A predisposição do PS para os entendimentos e os acordos com o Governo não pode deixar de encorajar o PSD na tentativa de cativar o PS para uma alteração total do sistema eleitoral, que beneficie por processos antidemocráticos os dois partidos, em detrimento dos outros, em especial do PCP, mas em que o PSD seria sempre o primeiro e o PS naturalmente o segundo.

A não haver uma clara e definitiva recusa do PS a entrar neste conluio, o PSD disporá de um permanente factor de diversão política (incluindo com a colaboração do PS como aconteceu agora) sempre que se agudize o descontentamento popular e as dificuldades do Governo se acentuem.

Apreciando os projectos do Ministério da Administração Interna (MAI) relativos à reestruturação das Forças de Segurança, o Comité Central considera que não visam a resolução dos problemas de segurança das populações, mas sim a contenção das despesas do Estado à custa da segurança dos cidadãos.

Nas cidades de Lisboa e Porto, o encerramento das esquadras de bairro e a opção pelas "superesquadras" afastará a polícia das populações, nas áreas suburbanas continuará a verificar-se falta de meios e de eficácia das forças policiais, nas dezenas de vilas e cidades onde se verificará a substituição da P.S.P pela G.N.R. e é previsível a deterioração das relações entre as autoridades policiais e as populações.

Com esta reestruturação, o Governo visa também reforçar as suas capacidades repressivas, mantendo o dispositivo de reserva da G.N.R., a sua estrutura e natureza militar e reforçando substancialmente os seus efectivos, meios e missões. O Governo pretende transformar a GNR na sua "guarda pretoriana" desrespeitando a legalidade constitucional e o sentir das populações e dos profissionais.

O PCP, que desde há muitos anos preconiza uma efectiva reestruturação das Forças de Segurança, está contra a reforma agora iniciada pelo Governo, considera precipitada a extinção da Guarda Fiscal e defende uma ponderada e eficaz reorganização e optimização das Forças de Segurança e da sua capacidade operativa, com base na definição do seu carácter civilista e judicializado e no reconhecimento dos direitos dos seus profissionais.

Em matéria de defesa, o Governo prossegue uma política

que está a conduzir ao avolumar de factores de crise nas Forças Armadas e é geradora de um ambiente de desmotivação e insegurança entre os militares do quadro permanente.

A propósito da aplicação da chamada Lei de redução de efectivos, o Governo vem prosseguindo nas últimas semanas a divulgação quase diária de números que alegadamente atestariam a correção da sua política.

Esta sistemática e pouco séria campanha de propaganda através da qual o Governo insiste em desacreditar os militares perante a opinião pública, deve ser denunciada como uma manobra que visa, não apenas esconder o agravamento da situação e problemas organizacionais, financeiros, de gestão de recursos materiais e humanos, que são o dia-a-dia da instituição militar, mas sobretudo procura assegurar as condições para a prossecução do desmantelamento do actual modelo de Forças Armadas.

Num momento em que o PSD se debate com dificuldades em levar à prática tal objectivo, designadamente, e no que toca ao serviço militar, pelo fracasso que está a constituir a angariação de jovens voluntários, o Secretário-Geral do Partido Socialista vem propor o fim do Serviço-Militar Obrigatório, numa posição tão demagógica quanto irrealista mas que facilita mais uma vez o caminho ao Governo, animando os seus propósitos de total profissionalização das Forças Armadas.

O Comité Central do PCP insiste na necessidade urgente de um debate nacional, responsável e clarificador, que frontalmente encare e defina as grandes opções em matéria político-militar no quadro de uma política nacional de defesa, independente e soberana.

4

A consumação do acordo PSD-PS de revisão da Constituição, tendo em vista a adaptação da Lei Fundamental do País ao texto do Tratado de Maastricht é um acontecimento de extrema gravidade.

É muito grave pelas consequências que o Tratado acarreta para o nosso país se vier a vigorar, designadamente, as drásticas limitações à soberania nacional, a acentuada subalternização económica e as pesadas repercussões sociais, bem visíveis já na última proposta de Orçamento do Estado.

É muito grave, também, porque mostra como o PS foi capaz de se entender com o PSD para impedir que o povo português tivesse oportunidade de se pronunciar, através de um referendo, numa questão que compromete seriamente o seu futuro e, ainda mais, porque os dois partidos se entenderam no silenciamento das mais graves consequências do Tratado, sonhando informação ao País e fazendo abortar todas as tentativas de um verdadeiro debate nacional.

O PS tenta agora salvar a face propagandeando que através do seu acordo com o PSD foram introduzidas na Constituição disposições que reforçam os poderes da Assembleia da República em matéria de integração europeia.

É falsa esta propaganda. Se o Tratado vier a vigorar, a Assembleia da República terá uma tão severa quebra de

poderes, designadamente, no campo da competência legislativa, que nenhum reforço do seu papel no acompanhamento do processo poderá verdadeiramente compensar. Acresce, além disso, que o PS, que podia ter forçado, pela indispensabilidade dos seus votos para a revisão da Constituição, uma solução que conferisse reais poderes à Assembleia da República, acabou por aceitar uma solução genérica e imprecisa, dependente de uma lei que o PSD pode aprovar sozinho.

Na sequência destes compromissos com o Governo e o PSD, o PS também aquiesceu ao apelo do Primeiro-Ministro para a antecipação do processo de ratificação pela Assembleia, de forma que ele possa apresentar-se na Cimeira de Edimburgo com a ratificação no bolso.

O PS não foi ainda capaz de explicar esta nova cedência tanto mais absurda, quando o processo de entrada em vigor do Tratado está comprometido pelo Não da Dinamarca, quando a Grã-Bretanha já anunciou ter adiado o seu processo de ratificação para a Primavera de 93, quando as massas trabalhadoras de vários países da Comunidade - Espanha, Itália, Grécia, Bélgica, Inglaterra - se insurgem contra as políticas anti-sociais decorrentes da convergência nominal imposta pelo Tratado.

Neste quadro de envolvimento em acordos e compromissos com o PSD e o Governo, o PS renunciou objectivamente a uma atitude de oposição para agir como parceiro negocial do Governo.

Num momento em que está em ascensão no nosso país o descontentamento e a luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas contra a política económica e social do Governo, a atitude do PS não aparece a favorecer esta dinâmica de luta, aparece a facilitar a posição do Governo.

O Comité Central do PCP salienta que a experiência deste último período confirma, assim, duas ideias essenciais:

- a primeira, é a de que, como o PCP sempre afirmou, a propaganda da chamada «bipolarização PS-PSD», como certos espalhafatosos opositoristas do PS, nunca passaram de uma cortina de fumo destinada a encobrir um processo de crescente consenso entre o PS e o PSD em questões fundamentais e decisivas e nunca tiveram nem têm em vista favorecer uma alternativa democrática à política de direita mas sim facilitar a sua eternização;

- a segunda, é a de que, no quadro político-partidário nacional, a existência, a actividade, a luta, a capacidade de intervenção, as propostas e o projecto do PCP são não apenas um importantíssimo obstáculo ao avanço da política de direita e um elemento de travagem de uma trajectória do PS no sentido de uma sua ainda maior subordinação à política do PSD e do grande capital. São também o principal factor de confiança e de esperança numa nova política ao serviço do povo e do País, a mais empenhada contribuição para a luta por uma real alternativa democrática, a grande força da resistência e do combate à resignação, conformismo e abdicção e de renovada afirmação dos ideais, valores, soluções e propostas de esquerda.

Lisboa, 12 de Novembro de 1992

O Comité Central do Partido Comunista Português

NACIONAL

COMITÉ CENTRAL
PREPARA
CONGRESSO

XV CONGRESSO
PCP

Regulamento

1. O Congresso é constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias das organizações que representam, na proporção geral de um delegado por 100 membros do Partido, de acordo com normas estabelecidas pelo Comité Central.

2. São também delegados ao Congresso por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes, os membros do Partido no Executivo da Direcção Nacional da JCP e camaradas a que o Comité Central, tendo em conta a importância ou o carácter das tarefas que desempenham, atribuiu a qualidade de delegado, não ultrapassando estes 1% do número total de delegados.

II

1. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

2. O Congresso funciona estando presente a maioria absoluta dos delegados.

3. No início do Congresso os delegados preenchem uma ficha de presença que entregam durante a primeira sessão.

III

1. Membros dos organismos executivos do Comité Central, por estes indicados, assumem, no início dos trabalhos do Congresso, a mesa da Presidência.

2. O Congresso elege de seguida, de entre os seus delegados, os membros da Presidência.

3. O Congresso aprova o Regulamento, a Ordem de Trabalhos de acordo com os objectivos definidos para a sua convocação e o Horário.

4. O Congresso elege, de entre os delegados, o Secretariado do Congresso, a Comissão de Verificação de Mandatos, as Comissões de Redacção e a Comissão Eleitoral.

5. A Mesa de Presidência orienta e dirige superiormente os trabalhos do Congresso cabendo-lhe:

- receber o pedido de inscrição dos oradores;
- estabelecer a sucessão das intervenções e dar a palavra aos oradores;
- receber as propostas de alteração aos documentos em debate e encaminhá-las para as respectivas Comissões de Redacção ou para a Comissão Eleitoral;
- pôr à votação os documentos, propostas e moções sobre os quais o Congresso deva tomar decisões e apurar os respectivos resultados.

6. Cabe ao Secretariado do Congresso:

- dirigir o funcionamento de todos os serviços do Congresso;
- assegurar a recolha de todas as intervenções, documentos e textos relativos ao Congresso (arquivo, gravação, filmagens).

7. Compete à Comissão de Verificação de Mandatos:

- verificar a validade dos mandatos dos delegados;
- apresentar ao Congresso um relatório sobre a validade e a composição dos delegados.

8. Compete às Comissões de Redacção:

- analisar as propostas recolhidas e propor as alterações, emendas, cortes, acrescentos, que considerem justificadas para introduzir nos documentos-base (Propostas de alteração ao Programa e aos Estatutos e Projecto de Resolução Política), que serão submetidos à aprovação do Congresso;
- apresentar ao Congresso um relatório sobre as propostas feitas pelos delegados e as propostas finais dos documentos que deverão ser aprovados pelo Congresso.

9. Compete à Comissão Eleitoral:

- examinar todas as questões que os delegados coloquem relativas à proposta apresentada pelo Comité Central cessante, nos termos do ponto IV deste Regulamento, bem como outras propostas sobre a composição do Comité Central, para posterior apreciação no Congresso;
- apresentar ao Congresso um relatório e eventuais propostas sobre a matéria.

IV

1. O Comité Central cessante apresentará ao Congresso uma proposta de composição do novo Comité Central.

2. A proposta de composição do novo Comité Central deverá ser acompanhada de uma informação quanto aos critérios que presidiram à sua elaboração.

V

1. A inscrição dos delegados para uso da palavra é feita através da Mesa da Presidência do Congresso.

2. Os delegados têm direito a apresentar propostas de emenda aos documentos em discussão e propostas de alteração à proposta de composição do novo Comité Central apresentada pelo Comité Central cessante.

3. Sem prejuízo de outros artigos deste Regulamento e do direito de expressar a sua opinião, cabe aos delegados que usarem da palavra transmitir ao Congresso a opinião do Organismo ou Organização que representam, se porventura for diferente da sua própria opinião.

4. Por exigência dos horários, os tempos e o número das intervenções podem ser limitados por deliberação da Mesa da Presidência.

VI

1. Cada delegado tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado com a apresentação do cartão de delegado.

3. A votação para a eleição do Comité Central é igualmente feita de braço levantado com a apresentação do cartão de delegado, salvo se o Congresso, no momento que antecede a eleição do Comité Central, decidir por maioria de votos que seja por voto secreto.

4. As deliberações são tomadas por maioria dos delegados ao Congresso.

JCP comemora o seu 13.º aniversário

4.º Congresso é no Barreiro

A JCP comemorou, no passado fim-de-semana, o seu 13.º aniversário com iniciativas em vários pontos do país. No sábado, no CT Vitória em Lisboa, teve lugar um jantar-convívio em que participou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

No jantar, em que estiveram cerca de 300 pessoas, Álvaro Cunhal proferiu breves palavras sobre a juventude e o papel da JCP nas lutas dos jovens portugueses.

Manuel Coelho, membro da Direcção Nacional da JCP, viria também a realçar o significado da acção da organização, que ao longo de 13 anos se tem pautado «pela resolução dos problemas e concretização das aspirações juvenis».

Como adiante referiu, «apesar das dificuldades e insuficiências, tem tido um papel determinante no desenvolvimento do movimento juvenil e das lutas dos jovens portugueses», bem como «um papel insubstituível na acção e intervenção dos comunistas portugueses junto da juventude».

Sublinhando a importância da realização do 4.º Congresso, Manuel Coelho manifestou o empenhamento dos jovens comunistas no 14.º Congresso do PCP, no sentido de contribuir para «o enriquecimento das suas conclusões».

Referindo-se ao momento actual, Manuel Coelho salientou a luta contra o aumento das propinas e pela defesa do ensino superior público. O dirigente da JCP aludiu também à situação em Timor-Leste, expressando «a mais sentida solidariedade com a causa por que se batem os jovens e o povo timorenses».

Debate em Évora

Entretando, na sexta-feira, por iniciativa da JCP realizou-se, no Monte Alentejano, em Évora, um debate sobre problemas da juventude, que foi seguido de um convívio em que actuaram vários artistas eborenses.

Na iniciativa, que contou com a presença de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participaram várias dezenas de jovens que colocaram um vasto conjunto de perguntas sobre as temáticas actuais da juventude.

Os presentes falaram sobre as propinas, a qualidade de ensino, o acesso universitário, o emprego, os problemas dos trabalhadores estudantes, etc.

Os presentes afluíram ainda questões ligadas à preparação do 14.º Congresso do PCP, apelando a uma maior participação da juventude comunista na discussão dos documentos propostos.

O debate, vivo e animado, foi seguido com grande interesse e entusiasmo dos jovens participantes que no final ofereceram um bolo ao secretário-geral do PCP para comemorar o seu 79.º aniversário, recentemente ocorrido, a quem cantaram os parabéns.

DN da JCP reuniu

A Direcção Nacional da JCP esteve reunida no passado sábado, decidindo que o seu 14.º Congresso decorrerá a 3 e 4 de Abril no pavilhão do Luso Futebol Clube, sob o lema «Ser comunista, agir para transformar». A DN aprovou ainda o regulamento do fórum dos jovens comunistas.

Sobre o orçamento de

Estado, a DN da JCP considera «preocupantes e graves as reduções dos valores reais das verbas inscritas no orçamento de Estado para as áreas da educação e juventude».

A parte da educação «no global do orçamento volta a descer, situando-se agora nos 13,2 do total», e verifica-se uma «redução brutal, menos 32,2 milhões de contos em termos reais nas rubricas relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino». Igualmente criticado é o facto de se registar uma «redução nas verbas relativas ao investimento, menos de 2,2 milhões de contos em termos reais».

No ensino superior, a JCP considera que «o aumento de 5 por cento» significa em números reais, tendo em conta a inflação prevista, «uma clara redução do investimento».

No que respeita à área da juventude, é apontado como preocupante «a diminuição em 9,64 por cento relativamente a 92».

Da análise efectuada ressalta que as dotações para as diversas áreas reforçam as verbas para as despesas com estruturas (mais 33,76 por

cento) e a descida das verbas para actividades (menos 886 768 contos ou seja menos 10,61 por cento). Também em áreas tão importantes como a formação, apoio à criação jovem e ciências e tecnologia, as descidas foram significativas (-48,77%; -22,73% e -72,81% respectivamente).

A JCP acusa ainda o Governo de querer «asfixiar o Conselho Nacional de Juventude», cujo orçamento mantém-se imutável nos últimos três anos.

Na sua reunião, a Direcção Nacional da JCP reafirmou a sua solidariedade à luta dos estudantes contra o aumento das propinas, apelando à participação na manifestação nacional marcada para ontem frente à AR.

A DN evocou ainda o 1.º aniversário do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Díli, decidindo realizar uma acção no Parlamento Europeu entre os próximos dias 13 e 19 de Dezembro, com o objectivo de pressionar a Comunidade Europeia para uma acção coerente e coordenada junto das instâncias internacionais para um intervenção directa no problema de Timor».

Plenário na Amadora com Álvaro Cunhal

Com a participação de Álvaro Cunhal realizou-se, no domingo, um encontro de militantes de Sintra e Amadora, no auditório da Câmara Municipal da Amadora, para debater os documentos propostos pelo Comité Central para o 14.º Congresso do Partido.

Após a intervenção de abertura, feita pelo secretário-geral do PCP, seguiu-se um animado debate que se prolongou até às 18 horas, em que foram abordados vários aspectos da vida política nacional e internacional, o papel do PCP, a sua identidade e funcionamento. No final do plenário, encerrado por Álvaro Cunhal, os presentes, mais de 250, participaram num magusto promovido no local.

Massacre de Santa Cruz assinalado em todo o país

A comunidade timorense residente em Portugal promoveu com outras entidades um conjunto de iniciativas que recordaram o massacre de Timor ocorrido há um ano no cemitério de Santa Cruz, enquanto as escolas portuguesas dedicaram o dia 12 de Novembro a uma «jornada de reflexão» sobre o assunto.

As associações académicas de Lisboa (que decretou luto académico) e Porto e ainda a Comissão para os Direitos do Povo Maubere solicitaram em audiência com o presidente da República, Mário Soares, que a data de 12 de Novembro seja oficialmente declarada como o dia de reflexão sobre Timor-Leste em todas as escolas do país.

Na Assembleia da República foi aprovada uma moção que recorda os pontos essenciais da luta do povo de Timor e condena a actuação da Indonésia (ver páginas dedicadas ao Parlamento nesta edição do «Avante!»).

Conforme publicamos na página três, a última reunião do Comité Central do PC aprovou uma moção sobre Timor-Leste que apoia a realização de uma conferência mundial de parlamentares para a discussão do problema timorense.

O secretariado da direcção nacional da JCP solidarizou-se em comunicado com o povo de Timor e anunciou uma iniciativa com jovens portugueses no Parlamento Europeu entre 13 e 19 de Dezembro para ajudar a pressionar os países da Comunidade a acções de pressão sobre a Indonésia.

A DORLisboa promoveu na sexta-feira uma sessão de solidariedade e um debate onde intervieram Abílio Araújo, representante no exterior da Fretilin, e Domingos Lopes, do Comité Central do PCP.

Por proposta dos vereadores da CDU, a Câmara Municipal de Setúbal assinalou a passagem de um ano sobre o massacre de Díli, onde se afirma que «o Governo português per-

deu uma oportunidade única de colocar no plano comunitário a questão timorense aquando da sua passagem pela presidência da Comunidade Europeia, e volvido um ano perdura o silenciamento sobre as iniciativas necessárias e conducentes à paz naquela região».

Em Loures, a Câmara aprovou uma moção e organizou uma vigília de solidariedade pela autodeterminação de Timor-Leste. A Câmara de Grândola assinalou a data divulgando um comunicado a apelar a um maior empenhamento na resolução deste problema por parte das entidades oficiais. Na Amadora, a Câmara descerraria uma lápide alusiva ao massacre de há um ano na Rua Díli, enquanto a Câmara de Lisboa realizava iniciativa idêntica na Praça de Díli, nos Olivais-Sul.

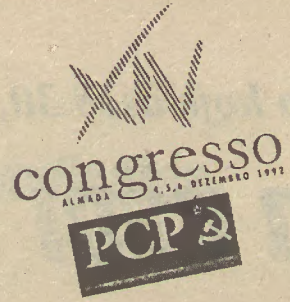
O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) solidarizou-se «com todas as mulheres» e «com todo o povo oprimido de Timor-Leste» deslocando-se na terça-feira dia 12, em Lisboa, à embaixada dos Estados Unidos, sede da ONU e Ministério dos Negócios Estrangeiros para entregar uma carta aberta sobre Timor-Leste.

Diversas personalidades portuguesas estiveram numa iniciativa que decorreu na Fundação Austronésia-Borja da Costa, que se dedica ao estudo e divulgação da cultura timorense, no que constitui a primeira reunião do conselho consultivo da instituição. Miguel Urbano Rodrigues, Eduardo Pereira, Adriano Moreira, Victor Sá-Machado, Francisco Pinto Balsemão, Almeida Santos e Vítor Crespo foram algumas das personalidades presentes.

Também a Associação de Deficientes das Forças Armadas emitiu um comunicado de solidariedade com Timor.

Frente à Fonte Luminosa, em Lisboa, o «Forum Estudante» ergueu 271 cruces brancas em memória das vítimas de Santa Cruz.

PCP



Assembleias no distrito de Braga elegem delegados ao Congresso

As reuniões e debates dos comunistas do distrito de Braga têm decorrido em ambiente marcado pela tónica geral da confiança e por uma grande consensualidade à volta dos documentos propostos pelo Comité Central para discussão no Partido.

As Assembleias já realizadas, nesta fase final, para eleição dos delegados, em Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Esposende, confirmaram inteiramente esta tónica.

A par do debate mais geral, as questões de ordem prática colocadas pela luta no momento e os objectivos de cada uma das organizações têm sido integrados como elementos mais motivadores na consideração das Teses, servindo como reflexões concretas em torno do tema **O Reforço do Partido**.

Não admira, portanto, que estando entre os grandes objectivos do Partido no distrito, o cumprimento, com sucesso, de uma grande Campanha de Angariação de Fundos de 20 mil contos no prazo de um ano, esta tenha merecido particular atenção e destaque nos debates, mormente em V. N. de Famalicão e Guimarães.

Assim aconteceu na Assembleia da Organização Concelhia de V. N. de Famalicão, realizada no sábado, 14/11, no novo e bonito Centro de Trabalho recentemente adquirido.

Após a intervenção inicial do camarada Blanqui Teixeira, da CCCQ do CC, e algumas questões colocadas pelas camaradas presentes, ficou saliente que é preocupação primordial voltar a organização, com toda a determinação, para a Campanha de Fundos concelhia, cuja meta é de 5 mil contos. No final foram eleitos os 3 delegados da Organização ao Congresso.

Em Guimarães, com a presença de António Lopes, da CEN do CC, o debate foi igualmente vivo. Apesar de a Assembleia Plenária ter tido lugar no Centro de Trabalho «de há muitos anos», o pensamento e parte das intervenções estiveram voltadas para o grande esforço financeiro e o empenhamento militante que a todos é exigido para alcançar a meta concelhia de recolha de fundos — 15 mil contos para o

pagamento das obras e melhoramentos necessários, que hão-de fazer do edifício, situado no Centro Histórico da cidade e já propriedade do Partido, a Sede que a Organização local precisa e há muito anseia. Após a eleição dos 14 delegados desta Organização Concelhia, houve um animado Magusto e Convívio.

Em Esposende, com a presença do camarada José Antunes, do CC, a Assembleia debateu os documentos, dando ênfase às Eleições Autárquicas do próximo ano e pronunciou-se pela aprovação geral dos 3 documentos postos à votação. Após o debate e votação, elegeu o delegado pertencente a esta Organização.

Barcelos

A Comissão Concelhia de Barcelos do PCP reuniu no passado sábado, para analisar o trabalho preparatório do XIV Congresso e questões actuais da política autárquica local, e convocou para o próximo sábado a Assembleia Plenária Concelhia para debate das Teses e dos Projectos de Alteração ao Programa e Estatutos, a apresentar ao Congresso. Nesta Assembleia participará o camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política.

Na nota distribuída à imprensa, a Concelhia do PCP refere ainda:

«O Partido Socialista (secção de Barcelos) num «intitulado» comunicado, datado de 9/11, acusa a CDU de demagogia e oportunismo e os eleitos da CDU da fre-

guesia de Arcozelo de faltarem às reuniões e receberem as senhas de presença.

«A Comissão Concelhia de Barcelos do PCP remete ao precedente todas as críticas tornadas públicas. Se há força política que se orienta por oportunismo e demagogia é o Partido Socialista. A exemplo disso, são as obras prometidas pelo PS nas últimas eleições autárquicas e não concretizadas no decorrer do mandato. Onde está o Parque Infantil prometido pela Junta PS para o Bairro da Misericórdia, V. F. S. Martinho? Onde está o Ginásio para a prática da educação física, basquetebol, voleibol, andebol e patinagem, prometido pela Junta PS da Freguesia de V. F. S. Martinho? Onde está a sede da Junta de Freguesia de Barcelinhos? E onde estão os passeios de ligação à Escola Secundária de Barcelinhos, também prometidos pela Junta Socialista?

«Estes são alguns dos muitos exemplos da demagogia e oportunismo que caracteriza o PS local.

«Em relação às críticas feitas aos eleitos da CDU da Freguesia de Arcozelo, brevemente os nossos eleitos esclarecerão toda a situação», lê-se na nota da Concelhia de Barcelos do PCP.

Comemorada em Setúbal independência de Angola

«A Unita usou a paz para se implantar militarmente em todo o país, nomeadamente nas cidades» — afirmou o jornalista Alberto Vilaverde Cabral, numa sessão de solidariedade com o MPLA e o Povo de Angola que a Comissão Concelhia de Setúbal realizou a 11 de Novembro.

Vilaverde Cabral elucidou as 100 pessoas que participavam na iniciativa sobre múltiplos aspectos da realidade política angolana.

Falando sobre as eleições de Setembro passado, o jornalista recordou que a representante da ONU, uma alta funcionária, elogiou a sua exemplaridade no contexto africano, tendo em conta as dificuldades técnicas que foi necessário superar. Alberto Vilaverde Cabral esteve presente em Angola durante todo este processo, e não tem dúvidas de que «à comunidade internacional só resta um caminho: o de desautorizar Savimbi e quem quer

que lhe forneça apoio para continuar a luta contra o martirizado povo angolano».

Numa moção de solidariedade aprovada no encontro, é repudiada «a tentativa de branqueamento das responsabilidades da Unita na actual crise na qual se comprometem vergonhosamente vários sectores políticos portugueses». Para o PCP, segundo os promotores da sessão, a oportunidade da sua realização não teve apenas em vista a comemoração do 17.º Aniversário da Independência de Angola mas igualmente o facto de estar em preparação o XIV Congresso do Partido, reafirmando-se um partido «patriótico e internacionalista».

«Tem para nós um grande significado que a primeira sessão pública realizada pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP nas suas novas instalações se faça sob o signo da solidariedade com

um povo em luta», disse Helena Martins, que dirigiu a reunião.

Moita

A Comissão Concelhia da Moita do PCP, reunida em 7 de Novembro de 1992, analisou a preparação em curso do XIV Congresso do Partido e a situação social e política existente no concelho.

No seguimento de plenários anteriormente realizados em todas as Organizações de Freguesia, a Comissão Concelhia da Moita fez uma abordagem aos Projectos de Alterações aos Estatutos e ao Programa e às Teses para o XIV Congresso.

Foram também analisados aspectos preparatórios para a realização das várias Assembleias Plenárias de Organização no concelho. Nestas Assembleias far-se-á o debate final dos documentos e a eleição dos delegados ao Congresso.

Beja e Évora criticam Orçamento

Em conferência de imprensa realizada no CT de Beja, na passada segunda-feira, os camaradas do CC do PCP, António Murteira, deputado, e António Vitória, responsável pela DORBEJA, analisaram as implicações, para o Alentejo, das Grandes Opções do Plano (GOP's) e do Orçamento de Estado para o próximo ano.

Na perspectiva de «uma estratégia que vise a criação de uma base económica e regional assente numa economia mista»; a «redução das taxas de juro e criação de incentivos ao investimento em zonas do interior do País» e «uma nova política social», assumindo o Estado a «responsabilidade que lhe cabe nas áreas da saúde, segurança social, educação e habitação», o documento distribuído à imprensa pela DORBEJA adianta uma série de propostas de correcção do OE e das GOP's.

Na perspectiva da criação de uma base económica regional», o documento sublinha que «devem ser considerados e financiados projectos para implementação das Regiões Administrativas; a aplicação da Lei das Finanças Locais e a entrega às autarquias dos 257,8 milhões de contos a que têm direito e negociação de eventuais novas competências e respectivos orçamentos».

Na conferência de Imprensa foram também avançados projectos de vários âmbitos. No que toca ao ambiente, salientam-se os projectos de despoluição do rio Guadiana, de estudo e recuperação dos solos, de estudo e aproveitamento dos recursos hídricos do Alentejo. No âmbito da agricultura, um programa de orientação e reconversão agrícola da região. No âmbito de uma política de desenvolvimento industrial do Baixo Alentejo, é avançada a proposta, entre outras, de um estudo para a reconversão da Base Aérea de Beja, o terminal de carga geral e serviços de manutenção e reparação aeronáutica, e de um projecto com vista à instalação das metalur-

gias do cobre e do estanho para a transformação dos concentrados piritosos de Aljustrel e Neves Corvo.

O empreendimento do Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, a construção de barragens para abastecimento de água a Mértola e Serpa e, finalmente, o Porto de Sines, com terminal de carga geral, são ainda propostas avançadas pela DORBEJA.

As críticas de Évora

Na mesma data, a DOREV publicou um documento de apreciação do OE para 93, detendo-se designadamente na incidência do Orçamento de Estado no distrito de Évora e no Alentejo. E comenta:

«O que se verifica é que, ao contrário das afirmações públicas de membros do Governo como o ministro Valente de Oliveira e responsáveis regionais do PSD, o investimento público no Alentejo continua a descer e, no caso do OE para 1993, mesmo em termos nominais.

«O Orçamento de Estado para 1992 previa um investimento da Administração Central, no âmbito do PIDDAC, de 12 milhões de contos correspondentes a 3,8% do total nacional do PIDDAC.

«Ora, o OE/93 prevê somente 11,7 milhões de contos (3,4% do total nacional), o que significa uma diminuição, em termos reais, de 10% do investimento público no Alentejo.

«No que se refere, em particular, ao distrito de Évora, o valor previsto para 1993 é tão-só de 3,6 milhões de contos (1% do País).

«São números que dispensam comentários e que, só por si, demonstram o ostracismo a que o PSD vota o Alentejo.»

Comunistas da Petrogal

Reunida para analisar a situação económica, financeira e social da empresa, a Coordenadora Nacional das Células do PCP na Petrogal permitiu um comunicado em que salienta, entre outros aspectos:

«O tão apregoado prejuízo de 15 milhões de contos em 1991 e a sua previsível manutenção ou aumento em 1992 resultam fundamentalmente de opções de carácter político estratégico que favorecem interesses alheios à Petrogal e seus trabalhadores e de uma gestão em muitos aspectos nebulosa — o exemplo disso é a entrega de vários serviços rentáveis, o desmantelamento da distribuição de combustíveis, a política de postos de abastecimentos (o vai-vem do posto da Duarte Pacheco Amoreiras e a situação do de Palmela são casos evidentes), o esbanjamento em obras de uma nova sede da empresa «adquirida» em 2.ª mão, assim como noutros edifícios depois abandonados, o escandaloso recurso a empreiteiros em situações desnecessárias (consórcio CAMON).»

A Coordenadora, que repudiou a política social antitrabalhadores verificada na empresa, apelou aos trabalhadores para que intervenham, em unidade, no sentido da luta por melhores salários, respeito pelos direitos e estabilidade do emprego.

Loures

O Executivo do Organismo de Direcção da Zona Oriental de Loures do PCP, em recente comunicado, comentou a proposta de Orçamento de Estado com que o Governo «pretende impor piores salários, menos protecção social, mais cortes nas despesas sociais, novos roubos às autarquias». E reclama a inclusão no OE de verbas «que assegurem a intervenção da Administração Central em problemas insuportáveis que há anos afligem os habitantes da zona». Entre essas intervenções, salienta a construção de esquadras da PSP, de habitação social, de recuperação de bairros clandestinos, de centros de saúde, do Hospital no concelho, da despoluição do Trancão e de outras obras.

TRABALHADORES

Manifestação hoje às 18.30, no Rossio, com desfile para S. Bento

Assim não!

Salários com aumentos insuficientes, impostos a sobrecarregar cada vez mais quem trabalha, emprego precário e muitos postos de trabalho a desaparecer ou seriamente ameaçados, saúde posta em causa pelo negócio (tal

como a educação), segurança social a afundar-se, pensões de miséria, direitos limitados e restringidos com leis ou contra elas - este é um rol dos motivos que levaram a União dos Sindicatos de Lisboa a convocar para esta tarde uma

Todos temos razões de queixa do Governo de Cavaco Silva - afirma a União dos Sindicatos de Lisboa

manifestação de protesto. A USL apela à participação dos trabalhadores e de todos os que têm razões de queixa. A concentração está marcada para as 18.30, no Rossio, de onde os manifestantes partem em desfile para S. Bento, onde vão dizer ao primeiro-ministro e à sua maioria que assim não!

Os sindicatos do distrito de Lisboa justificam claramente esta sua posição: «Não suportamos mais os efeitos da gestão do Governo, das opções que em todas as áreas vão sendo tomadas, à revelia dos portugueses, ao revés dos trabalhadores. É de outras

opções, de outras soluções, que precisamos. Então, sim, a favor de quem trabalha, contem connosco!».

Esta acção de protesto contra a política social e laboral do Governo laranja assume lugar de destaque numa semana em que a USL/CGTP leva a cabo uma série de iniciativas em defesa do Serviço Nacional de Saúde e contra a reforma pretendida por Arlindo de Carvalho.

Na passada sexta-feira a USL promoveu ainda acções de solidariedade para com os trabalhadores da administração pública em greve.

Mais greves em 1992

Um relatório do Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS) assinala que Portugal registou mais 105 greves no primeiro trimestre deste ano do que em igual período de 1991. De Janeiro a Março do ano passado, houve 85 greves nos vários sectores de actividade.

No primeiro trimestre do ano corrente esse total aumentou para 190. As paralisações de trabalho cresceram, assim, 55 por cento. Com o número de trabalhadores envolvidos verificou-se o mesmo. Passaram de 33 235 para 59 911. Nos primeiros três meses do ano findo, perderam-se 25 369 dias de trabalho por motivo de greve. No mesmo período deste ano, 65 772.

A maior concentração das greves verificou-se nas indústrias transformadoras (49 por cento), banca e seguros (22,6), transportes, armazenagem e comunicações (20,5). Mais de 76 por cento das greves ocorreram nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. A maioria deveu-se a reivindicações salariais (44,6 por cento). Apenas 6,6 por cento foram totalmente conseguidas e 15,2 parcialmente aceites.



O encerramento de empresas está a lançar no desemprego muitos trabalhadores (na foto, concentração do pessoal da SMP junto à sede da Marconi, na semana passada, contra o previsto encerramento e o despedimento de 150 pessoas), enquanto se acumulam as situações de salários em atraso. Há muita gente com motivos de queixa do patronato e da política do PSD

Contactos sobre salários e Orçamento/93

A CGTP-IN rejeita a atribuição de responsabilidades pela inflação aos salários. Num conjunto de reivindicações que enviou à Comissão Permanente de Concertação Social, a fim de serem distribuídas aos restantes parceiros sociais, a Central reafirma a sua determinação em não aceitar de modo nenhum que se recorra à contenção dos salários invocando aquele objectivo.

Na mesma altura, a CGTP enviou à UGT uma carta «propunho uma troca de impressões» a efectuar «antes da reunião de 16 do corrente na CPCS». A UGT respondeu afirmativamente.

Grupo parlamentar

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, acompanhado de outros dirigentes executivos da Central, recebeu, sexta-feira, os deputados Octávio Teixeira e Jerónimo de Sousa. O presidente e o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP abordaram com os dirigentes sindicais a temática do Orçamento do Estado para 1993.

Numa nota do mesmo dia, o GP do PCP refere que a iniciativa se inseriu «num conjunto de encontros e reuniões de trabalho com entidades e organizações representativas» a «nível nacional, distrital e regional», tendo em vista «a troca de opiniões e auscultação de propostas e anseios centrados no OE para 1993».

A LOC por melhores salários

A valorização do trabalho com melhores salários e a sua aproximação aos níveis praticados na Europa são reivindicações apresentadas pela Liga Operária Católica. Num documento divulgado a semana passada no Porto, a LOC considera ainda «necessárias» a estabilidade no trabalho e a melhoria da assistência médica e medicamentosa. A Liga publicou, sobre o assunto, um documento intitulado «Um olhar de lucidez e esperança sobre a realidade de Portugal, cinco anos após a integração europeia».

A cumprir-se o pré-aviso

Médicos prosseguem com a greve hoje e amanhã

Os sindicatos médicos, que participaram na greve da Administração Pública na sexta-feira, anunciaram novas paralisações para hoje e amanhã. A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) age em defesa das carreiras médicas, contra a perda do vínculo laboral, contra as incompatibilidades do «estatuto do SNS» (Serviço Nacional de Saúde), contra as listas de excedentes e contra o aumento de 4,5 por cento.

Entretanto, os médicos do internato geral manifestavam-se em Lisboa em 11 do corrente. Cerca de três centenas de manifestantes concentraram-se em frente às instalações do Ministério da Saúde, pedindo designadamente a demissão do ministro Arlindo de Carvalho.

A manifestação integrou-se numa jornada de luta que incluiu uma greve a nível nacional de recusa do mapa de vagas considerado insuficiente.

Os internos gerais contaram com o apoio da Ordem dos Médicos e do respectivo bastonário, dos sindicatos e das associações de estudantes de Medicina de todo o País, que decretaram uma greve de solidariedade para o mesmo dia.

Um elemento da comissão organizadora da jornada disse à Lusa que, «ao contrário do que fizeram o ano passado», em período de eleições, «em que abriram 1300 vagas, este ano, apesar das faltas, só autorizaram 486, o que significa que cerca de 200 candidatos não têm futuro».

No entanto, «há 14 especialidades com longas listas de espera para consultas e intervenções cirúrgicas nos hospitais onde não foi aberta uma única vaga», disse um outro médico candidato ao internato da especialidade.

As manifestações, muito participadas, ocorreram também no Porto. Em Coimbra, fonte sindical afirmava,

segundo a Lusa, que a adesão à greve no dia 11 atingiu os 100 por cento.

Em Lisboa, a manifestação, com diversos «caixões» e cartazes em que se podia ler, por exemplo, «Perguntem aos doentes se há médicos a mais», culminou em frente ao Ministério com um «caixão» preto, com uma cruz e o epítáfio «Morreu sem médico», rodeado de fotografias de Arlindo de Carvalho.

Central belga em Portugal

Numa nota de segunda-feira, o gabinete de imprensa da CGTP-IN anuncia que visitou oficialmente Portugal uma delegação da Federação Geral do Trabalho da Bélgica (FGTB). A convite da sua congénere portuguesa, a delegação da central belga, que permaneceu no nosso país de 14 a 16 do corrente, era composta por François Janssens, presidente, e Mia de Wits, secretária-geral. Os sindicalistas portugueses e belgas abordaram a situação social, económica e política nos dois países, a acção de ambas as organizações e a situação internacional.

Segundo a nota da CGTP, foi dado «relevo especial às questões comunitárias, à acção da Confederação Europeia de Sindicatos e à futura adesão da CGTP-IN a esta estrutura sindical».

A nota de 16 conclui que «esta visita permitiu às duas organizações reforçar a sua cooperação e perspectivar o desenvolvimento futuro das suas relações bilaterais e do seu trabalho sindical a nível europeu».

Panasqueira sem médico

A comissão intersindical das Minas da Panasqueira preconiza a marcação de uma greve de 48 horas para tentar que o hospital que serve os trabalhadores da empresa passe a dispor de um médico de Medicina do Trabalho, o que não acontece há cerca de um ano. Um dirigente sindical disse à Lusa, no sábado, que a empresa (Beralt Tin) «persiste em não cumprir as suas obrigações». A situação tem provocado «prejuízos graves» aos trabalhadores. Muitos deles «ainda não realizaram as inspeções obrigatórias» este ano.

A surdez e a silicose afectam particularmente os mineiros.

Reunião na Siderurgia

A comissão da executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal marcou para 18 do corrente uma reunião nacional de representantes dos trabalhadores da Siderurgia Nacional. A FSMMMP pretende «analisar a pretensão do Governo de reprivatizar a empresa». Da ordem de trabalhos consta também «a vergonhosa e ilegal ofensiva desencadeada contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores». Por último, a reunião discutirá «a proposta de revisão do acordo de empresa (AE) a apresentar à administração, bem como as acções a desenvolver com vista a contrariar as posições da administração e do Governo».

TRABALHADORES

**Com uma adesão superior a 75 por cento
cerca de 400 mil trabalhadores responderam ao apelo dos sindicatos**

Greve na Administração Pública trouxe renovada confiança na luta em unidade

O conjunto das organizações sindicais considerou a greve um sucesso e admitiu continuar a agir («novas formas de luta») se a posição do Governo não mudar

«Contrapropostas credíveis às reivindicações sindicais» foram exigidas ao Governo sexta-feira ao fim da tarde pelos sindicatos que convocaram a greve efectuada nesse dia. Carlos Mamede, Nobre dos Santos e Bettencourt Picanço, dirigentes da FNSFP, FESAP e STE, revelaram aos jornalistas numa conferência de imprensa em Lisboa que cerca de 400 mil trabalhadores tinham aderido à greve nacional na Administração Pública em 13 do corrente, provocando, com uma adesão global superior a 75 por cento, o encerramento das escolas, câmaras municipais, repartições públicas, tribunais, serviços de saúde e segurança social. «Novas formas de luta» estavam previstas para serem anunciadas ontem. O ministro das Finanças, Braga de Macedo, foi desafiado pelos sindicatos para um debate na televisão.

A maior adesão de sempre — «um sucesso», disse Carlos Mamede, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública — numa greve de 24 horas, convocada pela primeira vez por sindicatos da CGTP, UGT e independentes, foi a principal característica dessa forma de luta que decorreu sem incidentes e com o cumprimento rigoroso dos servi-

com uma antecedência de 15 dias — para negociar numa base aceitável, e abandonar a sua proposta de revisão salarial para 1993. Como se sabe, o ministro das Finanças continuou a insistir durante três rondas de negociações (e não altera a mesma proposta no princípio desta semana) em aumentos salariais inaceitáveis de 4,5 e 5,5 por cento,

rizar o emprego público». Os cerca de 400 mil trabalhadores, que responderam ao apelo dos sindicatos, mostraram assim «o seu profundo descontentamento, a sua justa indignação pela atitude afrontosa do Governo que se recusa a negociar».

Elevado sentido de responsabilidade

Foi salientado na conferência de imprensa de sexta-feira que, apesar do elevado índice de adesão em centenas de serviços dos sectores mais diversos, se manifestou mais uma vez «o elevado sentido de responsabilidade» dos trabalhadores durante a greve, designadamente em serviços como a saúde e bombeiros, que «prestam serviços sociais impreteríveis» e não deixaram de garantir os serviços mínimos e as urgências.

Foi sublinhado também que «este facto vem dar toda a razão ao argumento dos



«manobras demagógicas e de mistificação lançadas pelo Ministério das Finanças em torno dos valores de aumento em discussão». Recorde-se que Braga de Macedo insistiu junto dos órgãos da comunicação social (e não junto dos sindicatos, directamente) na mistificação segundo a qual os aumentos atingiriam 9 por cento em 1993.

Embora não quantificassem o montante dos aumentos salariais que desejam ver aprovados, os sindicatos reafirmaram sexta-feira que a percentagem a negociar deve incidir não nos 8 por cento de aumento acordados no ano passado na Concertação (CPCS) sem a assinatura da CGTP, mas sim nos 10 por cento que o Primeiro-Ministro repetidamente «garantiu» a todos os trabalhadores da Função Pública para 1992.

Com a greve ainda a decorrer, mas com os seus resultados globais (balanço) já conhecidos, os sindicatos reafirmaram sexta-feira, «com renovada confiança, a intenção de continuar a lutar por»:

- Um efectivo aumento

real dos salários par 1993;

- Uma política de emprego centrada na melhoria e modernização dos serviços públicos e na salvaguarda da segurança de emprego;

- Uma reestruturação das carreiras profissionais;

- Uma efectiva redução dos horários de trabalho;

- A reformulação do actual regime de participação e negociação colectiva.

A resposta afirmativa a estes objectivos foi de tal maneira vasta que, segundo fontes sindicais citadas pela Lusa, pela primeira vez em algumas regiões, caso do Alentejo, funcionários públicos afectos aos TSD (Trabalhadores Sociais Democratas — do PSD, mais exactamente) «entraram numa greve» apoiada pelas duas centrais.

Carlos Mamede, da FNSFP e da Plataforma Reivindicativa Comum para a Administração Pública, disse na conferência de imprensa que os sindicatos estão dispostos a continuar a agir; a recorrer a «todas as formas de luta», como afirmou o representante da FNSFP. Só não foram divulgadas no dia da greve

para «dar tempo ao Governo» para apresentar uma proposta negociável, o mais tardar até ontem, afirmaram sexta-feira, os dirigentes sindicais.

Nobre dos Santos, da FESAP, ao recordar que a última reunião de negociações se efectuou em 28 de Outubro, disse que, através da greve, «os trabalhadores disseram claramente ao Governo que tem de modificar a sua política para a Função Pública, tem que negociar com os seus sindicatos».

O dirigente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Bettencourt Picanço, referiu, por seu turno, que o Governo deve cumprir a lei segundo a qual os aumentos para a Função Pública têm que ser negociados com os sindicatos que, esses sim, cumprem a lei.

As três organizações sindicais reafirmaram ainda o seu interesse em debater na televisão, com o ministro Braga de Macedo, a revisão salarial para 1993, a política de emprego e a aplicação da lei dos disponíveis que vai servir para colocar muitos funcionários no quadro de excedentes.



A mesa da conferência de imprensa, que apenas forneceu dados globais. Pela sua extensão, impubescíveis, as listas das paralisações por locais de trabalho foram no entanto acessíveis aos jornalistas. Sindicatos como o STAL (autarquias), o SIM (Sindicato Independente dos Médicos), a FENPROF, a FNSFP (Federação) cedo fizeram chegar aos órgãos da comunicação informações pormenorizadas sobre o decorrer da greve. Da esquerda para a direita: Nobre dos Santos, Carlos Mamede, Bettencourt Picanço

ços mínimos indispensáveis à população.

A greve poderia ter sido evitada, salientaram os dirigentes sindicais na conferência de imprensa de sexta-feira. O Governo dispôs de tempo mais que suficiente — a greve foi convocada

respectivamente, para quem auferir vencimentos superiores a 128 100 escudos e menores que esse montante.

Além de tentar impor «salários abaixo da inflação», como foi reafirmado na conferência de imprensa, o Governo pretende «preca-

sinar», segundo o qual «as alterações à Lei da Greve são desajustadas da realidade e apenas visam a restrição de direitos fundamentais».

A responsabilidade dos trabalhadores manifestou-se também na recusa das

OCDE confirma Não há gente a mais na Função Pública

De acordo com os últimos dados da OCDE sobre o assunto, citados pela Lusa em 11 do corrente, Portugal tem, no conjunto da Comunidade Europeia, um dos índices mais baixos de funcionários públicos por habitante. Em 1988, Portugal apresentava um índice de 5,4 funcionários públicos por 100 habitantes. A média na CEE era de 7,4. Reportado a dados de 1983, um relatório da Comissão Sousa Franco, que estudou a Reforma do Sistema Retributivo da Função Pública, indicava,

por seu turno, que Portugal era o país da Comunidade com mais baixo índice de trabalhadores da Função Pública em percentagem da população activa.

Segundo elementos oficiais, em 1989 havia em Portugal 403 960 trabalhadores da Administração Central e, no ano anterior, 110 873 da Administração Local. De acordo com os números fornecidos pela Lusa em 11 do corrente, não havia dados sobre o total de funcionários regionais dos Açores e da Madeira.

Sindicatos continuam a recusar o Tratado de Maastricht

À semelhança de outras associações sindicais, que aqui temos referido ultimamente, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES SUL), as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores metalúrgicos de Lisboa e Setúbal, a União dos Sindicatos de Braga e outros dois importantes sindicatos com sede no distrito, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica e o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, tornaram públicas nos últimos dias posições contrárias ao Tratado de Maastricht.

Além das análises específicas dos ramos de actividade que representam, nos documentos a que tivemos acesso são feitas também considerações de ordem geral que, embora não exaustivas, focam aspectos sociais do Tratado, subalternizados — frisa a generalidade dos sindicatos — ao serem remetidos para um protocolo anexo que se limita a «prescrições mínimas», recuando em relação à própria Carta dos Direitos Funda-

mentais dos Trabalhadores. Num documento saído do Encontro das ORTs dos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal pode ler-se:

- Esta Europa assim construída não é nem a Europa dos trabalhadores, nem a Europa social, nem sequer a Europa dos cidadãos. É antes a Europa dos 17 milhões de desempregados e dos 55 milhões de cidadãos que vivem abaixo do nível limite de pobreza. É a Europa da desregulamentação laboral, da precariedade e dos ataques aos direitos sociais e laborais dos trabalhadores.

- Esta integração europeia é a integração dos monopólios, e visa exclusivamente a consolidação do poder e a satisfação dos seus interesses, no quadro da concorrência entre os grandes centros do capitalismo mundial.

- Este Tratado tem uma marca de classe, que corresponde à orientação neoliberal dos governos dos países membros que o vão aplicar. Essa orientação é antagónica aos interesses de classe dos trabalhadores e da população.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforma das leis eleitorais

PS leva a água ao moinho do PSD?

Um "pretexto para outras apostas políticas", de contornos não muito claros, assim interpretou a bancada comunista a iniciativa do PS relativa à candidatura de cidadãos independentes à eleição dos órgãos das autarquias locais.

Em debate na passada semana, o diploma baixou à Comissão após ter sido aprovado com as abstenções do PSD, PCP e "Os Verdes".

Face a este aparente recuo do PSD, que chegara a ameaçar "chumbar" a iniciativa se os socialistas não acedessem a uma reforma de fundo da legislação eleitoral, é de admitir que continua em aberto a possibilidade de os dois partidos procederem a uma revisão global nesta matéria, como há muito o PSD pretende.

Para a bancada comunista, que desde a Constituinte e em várias ocasiões expressou sempre a sua posição favorável à consagração de candidaturas independentes - propostas estas nunca aceites, registe-se, pelo PSD e PS - a questão não está por conseguinte na justeza da solução, mas sim na sua "duvidosa constitucionalidade", uma vez que tal possibilidade, como fez questão de frisar João Amaral, não figura na Constituição "pela expressa vontade dos dois partidos".

Esclarecido este ponto, para o PCP, o que está agora em causa - "o cerne do debate", como lhe chamou João Amaral - é afinal o conjunto de alterações à legislação eleitoral que desde há anos

vem sendo um dos cavalos de batalha do partido governamental.

No essencial, essas propostas prendem-se com o voto dos emigrantes nas presidenciais, o retalho dos círculos eleitorais para a Assembleia da República, a criação artificial de maiorias absolutas nas câmaras municipais e a limitação do número de mandatos nas câmaras.

Inseridas num projecto destinado a concretizar a hegemonia do PSD na vida política nacional, todas estas propostas têm entretanto em comum, como observou João Amaral, o facto de "violarem o princípio da representatividade e da genuidade da eleição, criando situações de que o próprio PSD, e só ele, sairia beneficiário".

Ora o que sucede é que todas estas propostas, apesar das prioridades e propósitos enunciados pelo PSD, que as colocou na ordem do dia, só muito recentemente - aproveitando exactamente o abrir de porta do PS - é que verdadeiramente conheceram a luz do dia sob a forma de iniciativas legislativas. Isto é, quando "tudo apontava para que a operação do PSD fosse sepultada", para utilizar a expressão de João Amaral, eis senão que o PS vem a terreiro com o seu "projecto-pretexto das candidaturas de independentes", abrindo assim caminho para que a maioria governamental apresentasse quatro projectos, sem revisão constitucional, depois de ver na "iniciativa e marcação do PS

a hipótese de um sinal, a juntar a outros sinais, de vontade de compromisso por parte do PS".

"Será que o PS tem a sua própria identidade nestas questões", interrogou a propósito o deputado comunista, para logo de seguida lançar à bancada socialista um desafio: "se acha as propostas do PSD negativas e antidemocráticas", então que seja capaz de dizer "um não claro e sem equívocos".

Uma revisão à revelia do País

Num quadro onde subiram de tom as críticas ao modo como o PSD e PS conduziram o processo de revisão constitucional conducente à aprovação do Tratado de Maastricht, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a defender a realização de um amplo debate nacional que termine com um referendo onde o povo português se possa pronunciar sobre esta questão, de inegáveis incidências na identidade e independência nacionais.

Para João Amaral, que protagonizou em nome da bancada comunista o debate de terça-feira, após dois meses de trabalho em sede de comissão, nada justifica igualmente a pressa e o calendário a que obedeceram PS e PSD, no seu entender "mera expressão de um servilismo e de um espírito de capitulação que enfraquecerá a posição de Portugal".

Alvo de críticas foram ainda as alterações à Lei Fundamental propostas e votadas pelos dois partidos, as quais visam no seu núcleo essencial, segundo João Amaral, "possibilitar a transferência de soberania para uma instituição de natureza federal".

Recordado pelo deputado comunista foi ainda o facto de as propostas referentes às competências do Parlamento, saídas do acordo de cooperação entre o PSD e o PS, "não só não alterarem num milímetro o alcance e consequências das transferências de competências para a União Europeia", como não terem, por outro lado, "quaisquer consequências reais no plano dos poderes do Governo e da Assembleia quanto aos processos e decisões comunitárias".

Alterações ao regime de adopção**Agir em defesa dos interesses da criança**

Um conjunto de alterações à Lei da adopção, designadamente com a inclusão da figura da "confiança judicial", com vista a aumentar o grau de protecção dos interesses da criança, foram apreciadas pelos deputados numa das sessões plenárias da última semana.

Trata-se de uma problemática que tem suscitado o maior interesse e que tem originado continuadas reflexões sobre aspectos tão variados como sejam a instituição familiar, o conteúdo dos vínculos familiares, os meios de dotar com uma família crianças em situação de crise ou a necessidade de facilitar o parentesco por adopção.

A importância desta matéria, sobre a qual se têm debruçado particularmente magistrados, assistentes sociais, médicos e de uma forma geral todos os que se dedicam à criança, surge entretanto extraordinariamente acrescida face à gravidade e dimensão cada vez mais preocupante que assumem problemas como os relacionados com as crianças abandonadas, as crianças em situação de risco e as crianças maltratadas.

E o caso não é para menos se atendermos a que, como assinalou no debate a deputada comunista Odete Santos, "muitas das nossas crianças já não se assemelham hoje a bandos de pardais à solta", "não têm um colo de pai" nem "sentem regressar a ternura ao fim do dia", sendo muitos os que "vagabundeiam" e outros ainda "os que trabalham duramente e que não têm por isso melhor sorte".

Neste contexto deve, pois, ser apreciada esta iniciativa

do Governo, apresentada sob a forma de autorização legislativa (e não de decreto-lei, como seria desejável, uma vez que este já está pronto), na qual se inscrevem algumas inovações, a primeira das quais é precisamente a referida "confiança judicial", que, segundo o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, "substitui (com vantagem, desde logo por uma designação envolvendo menor risco de estigmatização) a declaração judicial de abandono prevista na legislação ainda em vigor, reduzindo para seis meses o período durante o qual deve verificar-se o manifesto desinteresse pelo filho em termos de comprometer os vínculos próprios da filiação".

Ainda de acordo com Laborinho Lúcio, podem requerer a "confiança judicial", além do Ministério Público e da direcção do estabelecimento onde o menor foi recolhido, também o organismo de segurança social da área de residência do menor e a pessoa a quem a criança tenha sido administrativamente confiada.

O facto de a autorização legislativa permitir apenas a discussão em torno de um enunciado de princípios e orientações levou entretanto o PCP, por seu lado, a apresentar o seu próprio projecto sobre esta matéria. Incidindo nas questões que do seu ponto de vista estão menos claras na autorização legislativa, o projecto da bancada comunista apresenta algumas diferenças de fundo em relação à iniciativa do Governo.

Enunciadas por Odete Santos, estão neste caso as alterações no que toca à declaração judicial do estado de abandono, com vista a facilitar a declaração daquele estado, "resolvendo problemas que a jurisprudência deixou por resolver nos casos em que haja manifesto desinteresse dos progenitores relativamente à criança".

30 milhões

Actualmente, segundo dados da UNESCO, existem trinta milhões de crianças de rua em todo o mundo, cinco milhões das quais em África. Na sua esmagadora maioria, como assinalou Odete Santos, são as crianças vítimas da recessão económica generalizada, da pauperização acelerada, da sanha de conflitos e guerras interétnicas e regionais.

Desta chocante realidade são ainda testemunho, de acordo com as palavras da deputada comunista, que a propósito citou o mais recente Relatório da UNICEF sobre a situação mundial da infância - a juntar aos "números de escândalo da subnutrição e da miséria - os dez milhões de crianças sofrendo de traumas psicológicos causados por guerras".

Só nos Estados Unidos, segundo o Fundo de Defesa da Criança, com sede em Washington, a proporção de crianças vivendo na pobreza aumentou de 14 por cento na década de 60 para aproximadamente 22 por cento no momento actual.

"Charles Dickens - observou Odete Santos com inteira justiça - colheira hoje, infelizmente, um inesgotá-

Arrendamento rural

O Grupo Parlamentar do PSD inviabilizou um pedido apresentado pela bancada comunista no sentido de ser adoptado o processo de urgência para um projecto de lei da sua autoria que visa evitar casos de injustiça social provocados pela denúncia de contratos de arrendamento rural por parte dos proprietários.

Fica assim adiada a possibilidade de introduzir algumas disposições no actual Regime do Arrendamento Rural que, como explicou no debate Lino de Carvalho, garantam ao arrendatário a capacidade de opor-se à efectivação da denúncia, intentando para o efeito uma acção judicial antes do processo de despejo onde o proprietário comprove que tem uma situação económica inferior à do rendeiro e que vai de facto, ele ou os seus filhos, proceder à exploração directa da terra.

A importância desta alteração decorre da circunstância de nos termos da lei em vigor, datada de 1988, mas com efeitos a partir de agora, os rendeiros não poderem opor-se à denúncia do

contrato feita pelos senhorios nos mol-des referidos, isto é, quando digam que vão explorar a terra, mesmo que tal não corresponda à verdade ou que o proprietário dela não necessite.

Significa isto, por outras palavras, que, a não haver alterações, o rendeiro poderá ver o contrato automaticamente denunciado, ir para a rua, só podendo reocupar o prédio se no seu próprio ano seguintes o proprietário não o vier a explorar, isto se intentar uma acção judicial que reponha os seus direitos.

Conhecedor das situações de angústia e tensão que já se vivem em várias regiões do País, a iniciativa da formação comunista visava por conseguinte obviar este estado de coisas, garantindo simultaneamente o equilíbrio dos interesses em presença.

Agricultores do Alandroal temem pelo futuro

Dezenas de agricultores, na sua maioria produtores de leite, reunidos na Aldeia da Venda, no final de uma visita efectuada na passada semana pelo

deputado comunista Lino de Carvalho ao concelho de Alandroal, expressaram as suas inquietações pela situação com que actualmente são confrontados.

Na base dos protestos, segundo uma nota do gabinete de imprensa da DOREV do PCP, o facto de ainda não terem recebido nenhuma indemnização pelos prejuízos decorrentes da seca como prometera o Governo, a par da quebra acentuada dos preços que motivou já o abandono da produção e conseqüente redução para uma dezena dos cerca de 70 produtores de leite até há pouco existentes no concelho.

No decorrer desta visita, em que foi acompanhado por António Mendes, membro da Direcção Regional de Évora, o deputado comunista teve ainda ensejo de ouvir, em reunião na Câmara Municipal, directamente do presidente do Município e vereadores presentes, palavras de denúncia pelo facto de o Governo ainda não ter participado em nada, ao contrário do que prometera, no investimento de 25 mil contos feito pela autarquia na abertura de furos para combater a seca.

Orçamento do Estado no Parlamento

Opções desastrosas potenciam recessão

- *advertte Octávio Teixeira em declarações ao "Avante!"*

Iniciado ontem, termina amanhã o debate na generalidade do Orçamento do Estado para 1993, documento que a bancada comunista critica duramente pela sua inadequação às necessidades da economia, por ser obsessivamente anti-salarial e agravar a injustiça social

Entre divergências de fundo separando Governo e oposição quanto às opções governativas em matéria de política económica e social, designadamente no domínio das previsões para o crescimento do produto interno bruto e a dimensão dos cortes das despesas, iniciou-se ontem, prolongando-se até amanhã, o debate do Orçamento do Estado para 1993 e das Grandes Opções do Plano.

De um modo geral, pela forma como se definiram as posições quer em recentes debates parlamentares quer pelas últimas declarações do ministro das Finanças, o confronto entre Governo e oposição situa-se em interpretações distintas da realidade actual no que se refere ao estado da nossa economia e às orientações com grave implicação no futuro que têm vindo a presidir à acção do Executivo.

Orientações que uma vez mais se reflectem no Orçamento do Estado, como demonstra a sua obsessão anti-salarial e de agravamento da injustiça social, contrariando assim do ponto de vista da bancada comunista as necessidades actuais da nossa economia.

Antecipando algumas das posições a defender pela bancada do PCP no decorrer do debate, Octávio Teixeira afirmou em declarações ao "Avante!" à hora de fecho da nossa edição que este Orçamento, pelo seu conteúdo "contracionista e deflacionista nas orientações da política macroeconómica", está completamente desajustado da realidade económica do País, ameaçando "aprofundar a recessão em que já se encontram atolados vastos sectores da actividade produtiva".

Fundamentando a sua posição, o líder da bancada

comunista adiantou-nos alguns exemplos que testemunham esta realidade, referindo designadamente o decréscimo real da produção na indústria, agricultura e pescas, o aumento das falências e do desemprego, a desaceleração dos salários, a estagnação do investimento, o aumento do crédito mal parado, o afundamento do mercado de capitais, a perda de quotas de mercado das exportações portuguesas.

Um quadro recessivo na economia real, como se vê, que muito dificilmente poderia ser mais negro, cujas causas na perspectiva da formação comunista radicam "na desastrosa opção do Governo pelo «escudo forte» ou «dinheiro caro» para travar a inflação.

A apreciação real do escudo subjacente a essa opção e o elevado nível das taxas de juro reais dela decorrente, segundo Octávio Teixeira, são assim responsáveis pela "substancial perda de competitividade das produções nacionais" e pela crescente "inviabilização económica e financeira de muitas empresas nacionais, com os consequentes efeitos sociais a

nível dos salários e do desemprego".

Não menos duras foram ainda as palavras do dirigente comunista relativamente ao que considerou o carácter "profundamente antisocial" do Orçamento do Estado. Nas suas orientações principais, salientou, o OE aposta na redução das despesas reais com pessoal, quer pela via salarial quer pela redução de efectivos, e "aprofunda a crescente desresponsabilização do Estado nas suas obrigações sociais, designadamente no âmbito da educação, da saúde, da habitação e segurança sociais".

Neste capítulo, Octávio Teixeira chamou particularmente a atenção para a orientação anti-salarial do Executivo, a qual se alarga a todos os trabalhadores do sector empresarial, "visando impor tectos salariais que não ultrapassam a taxa de inflação acrescida do diferencial de produtividade com a CEE, isto é, acrescida de zero", imputando assim o Governo aos salários "a perda de competitividade que a sua política errada provoca".

Unidos por Timor

A Assembleia da República aprovou por unanimidade faz hoje uma semana, exactamente no dia em que passou um ano sobre o massacre no cemitério de Santa Cruz, um voto de solidariedade para com o povo de Timor Leste. Apresentado pelo Presidente do Parlamento e subscrito por todos os grupos parlamentares, o voto apela à comunidade internacional para que não esqueça o drama do povo maubere, privado dos mais elementares direitos humanos e liberdades fundamentais, e reitera a condenação da Assembleia da República pela continuada ocupação ilegal de Timor-Leste.

Depois de condenar as autoridades de Jacarta por continuarem a "impedir o livre acesso ao território e a reprimir de forma brutal e sistemática os seus habitantes", o texto do voto reconhece que "sem uma solução justa, global e internacionalmente aceitável" não será possível pôr cobro "à situação intolerável vivida no território", deixando por último um apelo ao prosseguimento das acções diplomáticas por parte de Portugal e à colaboração das instâncias internacionais no sentido de ser encontrada uma resolução para um problema que "constitui um verdadeiro espinho cravado na consciência internacional".

A condenação à Indonésia e o apoio à luta dos timorenses pela autodeterminação e independência do seu território foram entretanto a tónica dominante das intervenções de todas as bancadas, já no período reservado a assinalar a passagem do primeiro ano sobre o massacre em Dili.

António Filipe, em nome do PCP, chamou a atenção para o comportamento que classificou de hipócrita com que muitos governos aliados de Portugal e "auto-proclamados paladinos dos Direitos Humanos" têm tratado a questão timorense, assinalando a este respeito a "cumplidade dos governos de países" como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Holanda, a Austrália, o Canadá ou o Japão.

Verberado pelo deputado comunista foi ainda o facto de Portugal, que durante seis meses ocupou a Presidência das Comunidades Europeias, "não ter aproveitado essa oportunidade" para colocar a questão de Timor Leste "no centro das preocupações comunitárias".

"Não trocamos direitos humanos por betão armado", sublinhou por sua vez Almeida Santos (PS), assim respondendo à "hipocrisia" dos que afirmam que a Indonésia construiu mais estradas e pontes do que Portugal em

cinco séculos, enquanto Corregedor da Fonseca, da Intervenção Democrática, punha a tónica no imperativo nacional que é a "mobilização da opinião pública mundial" para o problema de Timor.

Numa referência às diferentes posições assumidas pela comunidade internacional, Pacheco Pereira (PSD) declarou que nesta matéria "não pode haver qualquer espécie de duplicidade", uma questão que Adriano Moreira retomaria noutros moldes ao afirmar, em nome do CDS, que "não se pode consentir" que o problema de Timor seja definido como "um conflito entre Portugal e a Indonésia", porquanto, observou, trata-se de "um conflito entre a Indonésia e a comunidade internacional".

Angola

Urge restabelecer a paz no respeito pela vontade popular

A questão angolana foi tema em foco no Parlamento. A interpretação quanto aos mais recentes acontecimentos naquele país, que ameaçam mergulhá-lo de novo na lógica da guerra, foi o mote para um debate nem sempre pacífico e que acabou por revelar linhas de fractura no seio do PSD e PS. Camufladas, essas clivagens não se fizeram sentir no voto apresentado pelo Presidente do Parlamento e subscrito após intensas negociações por aqueles partidos, pelo CDS e "Verdes".

Submetido à Câmara, o texto onde se lamenta a violação dos acordos de paz e se apela às duas partes para que cumpram o cessar fogo e retomem o diálogo, passou com larga maioria, apenas com os votos contra do PCP e a abstenção dos deputados Mário Tomé e Corregedor da Fonseca.

Onde as divergências vieram ao de cima foi no sufrágio referente ao voto subscrito pelo PCP, que entendeu apresentar um texto próprio, onde se exprime a "profunda preocupação pela evolução

da situação na República Popular de Angola decorrente da contestação, por parte da UNITA, dos resultados das eleições de 29 e 30 de setembro, internacionalmente reconhecidas como livres e justas". Concedida a "liberdade" de voto aos seus deputados, única saída para a acesa polémica que se instalara no seu seio, PSD e PS acabaram por evidenciar o leque de opiniões que nesta matéria perpassa as suas bancadas. Embora em número insuficiente para ser aprovado, dados os votos contra de 52 deputados da maioria e de quatro do CDS, o texto do PCP recolheu assim o apoio, para além naturalmente da sua bancada, de 31 deputados do PS e um do PSD, optando pela abstenção 19 socialistas e 20 deputados laranja.

No decorrer do debate, onde cada partido expressou a sua posição sobre a situação em Angola, nota de registo merecem as críticas formuladas por Manuel Alegre (PS) ao Governo pelo facto de este não ter sabido, no quadro dos acordos de

Bicesse, "prever nem prevenir todos os riscos".

Interessante não deixou de ser, por outro lado, a defesa que Duarte Lima fez de Cavaco Silva e de Durão Barroso face às acusações de que estes "querem a guerra para Angola" feitas na véspera por Jonas Savimbi. Considerou-as "injustas", não hesitando em condenar a "tentativa de ingerência na vida política interna portuguesa" feita pelo líder da UNITA, perante o aplauso de pé de toda a sua bancada, gesto que só não encontrou eco em Pacheco Pereira, público defensor do movimento de Savimbi, que embora aplaudindo foi o único a permanecer sentado.

Octávio Teixeira, definindo a posição do PCP, expressou solidariedade da sua bancada para com o povo angolano, pondo em seguida a tónica na necessidade de analisar de forma objectiva as causas que originaram a crise actual e "consequentes responsabilidades políticas", única forma do seu ponto de vista de tornar "eficaz" o contri-

buto da comunidade internacional para o restabelecimento efectivo e duradouro da paz. À luz deste princípio Octávio Teixeira não teve dúvidas em afirmar que entre as causas principais que levaram ao perigoso quadro actual está a "violação dos Acordos de Bicesse no que concerne à desmobilização dos exércitos e o desrespeito pelos resultados eleitorais", violação essa pela qual responsabilizou a organização de Savimbi.

"É indubitável que quem

manteve as suas forças armadas foi a UNITA, quem recusou aceitar a decisão soberana do povo angolano livremente expressa nos resultados eleitorais foram Jonas Savimbi e a UNITA", sublinhou o líder comunista, acrescentando ser igualmente "público e indisfarçável" que foi a UNITA quem "desencadeou múltiplas acções militares em diversas localidades do território angolano, visando conseguir pelas armas o que o povo lhe recusou nas urnas".

Homenagem à Unita na AR Um acto abusivo e inaceitável

"Uma hostilização às autoridades oficiais angolanas" e um "abuso totalmente inaceitável", assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP a realização de um almoço nas instalações da Assembleia da República oferecido por deputados do PSD, PS e CDS a uma delegação da Unita.

Realizado fez ontem uma semana, dia 11, exactamente a data em que a República Popular de Angola assinala oficialmente a sua independência, este acto que uniu

os deputados daqueles partidos foi assim interpretado como um gesto de homenagem à Unita, que, refere uma nota da bancada comunista emitida a propósito, "não aceitou os resultados eleitorais", sendo por isso "directamente responsável pelos actos de guerra em Angola", responsabilidade que é extensiva no entender do PCP ao "assassinato e outras práticas de violência exercidas sobre muitos cidadãos, incluindo portugueses, nestes últimos dias".

INTERNACIONAL

EUA

Os Estados Unidos permanecem a nação mais violenta do grupo de países industrializados, revelou a Academia Nacional de Ciências Norte-Americana.

A Academia divulgou um estudo intitulado «Entendimento e prevenção da violência» elaborado por 19 dos seus membros.

As estatísticas reveladas indicam que em 1990 mais de 23 000 norte-americanos foram vítimas de homicídios, o que coloca o País entre as nações mais violentas do mundo.

Segundo as estatísticas, 41 por cento das vítimas dos crimes registados em 1990 foram negros e 32 por cento hispânicos.

Os peritos sublinharam que seis por cento das vítimas dos incidentes criminais em causa foram atacadas pelos seus próprios familiares.

Segundo o estudo, levado a cabo em 16 países industrializados, os Estados Unidos estão à cabeça quanto ao número de homicídios e detém o recorde em matéria de agressões em geral e nomeadamente sexuais.

EMBARGO

A associação norte-americana de saúde pública apelou ao presidente eleito, Bill Clinton, para que permita o envio de ajuda humanitária e medicamentos a Cuba.

Aquela associação pediu a Bill Clinton que anule as sanções impostas a companhias estrangeiras subsidiárias dos Estados Unidos envolvidas em relações comerciais com Cuba.

A associação defende que a falta de alimentos e medicamentos fornecidos por essas empresas pode «prejudicar seriamente os progressos alcançados pelos cubanos na área da saúde pública».

Membros da associação norte-americana visitaram Cuba no ano passado e ficaram impressionados com os avanços que foram conseguidos naquele país em matéria de saúde.

As autoridades norte-americanas alargaram recentemente o embargo comercial decretado há trinta anos contra Cuba, proibindo também as companhias estrangeiras subsidiárias dos Estados Unidos de efectuarem transacções com a ilha.

FRANÇA

A Assembleia Geral do Partido Ecologista dos Verdes (PEV), reunida em Chambéry, Leste de França, aprovou por larga maioria um projecto de acordo eleitoral com a Geração Ecologista, liderada por um antigo ministro do Ambiente francês.

O acordo, aprovado em 70,7 por cento dos participantes na Assembleia Geral, prevê a apresentação de uma candidatura ecologista única em cada circunscrição eleitoral, com vista às eleições legislativas de Março de 1993.

Por seu lado, a Geração Ecologista, de Brice Lalonde, que se reuniu também no seu 2.º Congresso Nacional em Issy-les-Moulineaux, Sudoeste de Paris, deverá pronunciar-se sobre o projecto. Espera-se a aprovação do acordo igualmente por larga maioria dos delegados.

CURDOS

Dezoito deputados curdos do Partido Popular do Trabalho (esquerda pró-curda) começaram uma greve de fome por tempo ilimitado para alertarem a opinião pública turca e mundial para as «mortes misteriosas» na Anatólia.

Em conferência de imprensa em Ancara, o líder do Partido, Ahmet Iurk, disse terem sido «cometidos 350 assassinios», até agora, na Anatólia, região de maioria curda, e que os seus autores não foram ainda capturados.

Os deputados do PPT não participarão, durante a greve, nas sessões do parlamento.

Familiares e amigos de pessoas desaparecidas depois de serem detidas em estabelecimentos da polícia em Istambul e Ancara estão em greve de fome há uma semana em diversas cidades do País para pressionar as autoridades a darem uma explicação.

Segundo fontes médicas em Ancara, é «crítico» o estado de saúde de uma das pessoas em greve, uma mulher de 76 anos.

ESPAÑA

A taxa de desemprego em Espanha aumentou três por cento em Outubro, face ao mês anterior, para atingir 15 por cento da população activa, informou o Ministério do Trabalho espanhol.

Em Outubro, o número de desempregados em Espanha passou para 2 272 097 pessoas, mais 76 575 pessoas do que em Setembro, o que representou o maior aumento mensal desde Novembro de 1986, quando a subida do número de desempregados atingiu 82 mil pessoas.

A progressão da taxa de desemprego verificou-se em todos os sectores de actividade, mas foi particularmente acentuada nos serviços (mais 50 650 desempregados), devido ao final dos contratos dos trabalhadores da Exposição Universal de Sevilha, referiram fontes ministeriais espanholas.

De acordo com os Sindicatos, o agravamento da taxa de desemprego em Outubro confirma a crise económica que tem afectado o país nos últimos meses.

Alemanha

Cem mil manifestantes em Bona em defesa dos refugiados

Mais de 100 mil manifestantes (mesmo segundo os números divulgados pela polícia) concentraram-se em Bona para defender o direito de asilo na Alemanha, em vias de ser restringido por uma modificação da Constituição, que agora a direcção do SPD (social-democratas) passará a apoiar.

A manifestação ocorreu, deliberadamente, dois dias antes do Congresso extraordinário do partido social-democrata, que entretanto decidiu juntar-se à coligação governamental no objectivo de travar o afluxo de refugiados que pedem asilo.

Sob a palavra de ordem de «Conservar os direitos fundamentais — proteger os refugiados — combater o racismo», os manifestantes desfilarão em três cortejos pelas ruas da cidade, muitos deles vindos de outras cidades alemãs.

Dia 8 de Novembro, uma outra grande manifestação anti-racista tinha juntado cerca de 350 000 pessoas em Berlim (para além das muitas outras realizadas em diferentes cidades do país).

Grandes manifestações anti-racistas — que uma parte da imprensa tentou reduzir aos incidentes registados com pequenos grupos, em Berlim — e que forças de esquerda na Alemanha consideram como uma «claireira» num preocupante panorama de ascenso do racismo e multiplicar de agressões contra os refugiados.

Em comentário às manifestações de dia 8, o «Neus Deutschland», jornal próximo do PDS, onde militam comunistas alemãs, considerava que os manifestantes tinham transmitido quatro mensagens: «É preciso não tocar no Artigo 16.º (relativo aos refugiados); é preciso

manter a cabeça fria para discutir uma lei sobre a imigração; as forças políticas e a polícia devem agir com determinação para reprimir o neonazismo, a xenofobia e o anti-semitismo; todos nós devemos dar prova de coragem cívica».

Entretanto o Congresso do SPD, longe de considerar estas mensagens, e apesar da contestação de parte das bases e de numerosas organizações de defesa dos direitos do Homem, pronuncia-se sobre uma limitação do direito de asilo, a fim de encontrar um terreno de entendimento com a coligação de Kohl, para rever, nesse ponto, a Constituição em vigor.

Os partidos da coligação governamental, CDU/CSU e liberais, teriam já antecipadamente marcadas conversações com o SPD sobre o candente tema do asilo, para dois dias depois da convenção social-democrata.

Na sua intervenção no Congresso, o presidente do SPD, Bjoern Engholm, afirmou: «Não estamos a conduzir este debate para ceder à pressão da rua», mas «porque devemos encontrar respostas políticas para comportamentos que se modificaram».

Aparentemente, a direcção do SPD é mais sensível às pressões da área do poder.

Os partidos da União Democrática Cristã, CDU e CSU, continuam, porém, a considerar insuficientes as modificações que o SPD defende para travar o afluxo migratório. Neste sentido, já se manifestaram o ministro do Interior, Rudolf Seiters (CDU), e o presidente do grupo parlamentar da CDU, Wolfgang Schaeuble.

Facto particularmente preocupante, vindo a lume nes-

tes últimos dias, a participação de soldados nos ataques contra centros de acolhimento de refugiados.

Concretamente, o Ministério da Defesa anunciou a instauração de um inquérito à participação de soldados em agressões e mesmo «suspeita de homicídio involun-

tário» por parte de três soldados envolvidos nas acções da extrema-direita contra estrangeiros.

O Ministério da Defesa confirmou que já recebeu este ano 24 queixas sobre envolvimento de soldados em actos de violência e xenofobia.

Apelo à libertação de Erich Honecker

Um grupo de personalidades entregou na embaixada alemã em Lisboa um apelo, endereçado ao Chanceler da República Federal da Alemanha, e no qual se afirma:

«Chocados pelo absurdo e desumanidade de que está sendo vítima Erich Honecker, antigo chefe de um Estado reconhecido internacionalmente e, hoje, um idoso de 80 anos com uma doença incurável, preso na mesma cadeia onde os nazis o perseguiram no passado e alvo de um processo baseado em leis e justiça que não são as do Estado soberano a que pertenciamos - reclamamos a imediata libertação de Erich Honecker e a anulação do seu processo.»

Subscrevem o apelo Alcina Bastos, advogada, Alexandre Babo, escritor, Alexandre Castanheira, membro do Bureau da Federação Internacional dos Resistentes, Álvaro Perdígão, pintor, António Borges Coelho, professor universitário, Armando Castro, professor universitário, Eduardo Chitas, professor universitário, Emílio Peres, médico, Eufrázio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, Fernando Lopes-Graça, maestro e compositor, Francisco Melo, editor, Helder Madeira, presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, Inês Fontinha, socióloga, João Arsénio Nunes, professor universitário, João M. Cabral Alves, engenheiro, José Barata-Moura, professor universitário, José Casanova, membro da Comissão Política do Partido Comunista Português, José Manuel Maia, vice-presidente da Assembleia da República, José Morais e Castro, actor e advogado, José Salgado Sampaio, professor, Luísa Irene Dias Amado, professora, Manuel Gusmão, professor universitário, Maria Ângela Miguel Grácio, professora, Mário Barradas, encenador, Mário David Soares, presidente do Sindicato dos Professores do Norte, Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do Partido Comunista Português, Óscar Lopes, professor catedrático jubilado, Papiniano Carlos, poeta, Paulo Sucena, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Raul Castro, economista, Rogério Fernandes, professor universitário, Sérgio Carvalho Duarte, médico, Urbano Tavares Rodrigues, escritor, Vasco Magalhães Vilhena, filósofo, Victor Ranita, dirigente da União dos Sindicatos do Porto, Virgínia Moura, engenheira, e Zilda Carvalho, investigadora científica.

Lituânia

Clara vitória dos comunistas

O Partido Democrático do Trabalho da Lituânia (PDTL) alcançou a maioria absoluta nas eleições legislativas de domingo passado, segundo os primeiros resultados oficiais divulgados em Vilnius.

Uma vitória que significa o regresso dos comunistas ao poder e reflecte profunda desilusão e descontentamento das populações com a política entretanto implementada pelo Partido Sajudis do actual presidente do Parlamento, Landsbergis.

A vitória do PDTL já se tinha claramente delineado na primeira volta das eleições, em 25 de Outubro, em que os comunistas obtiveram 44,7 por cento dos votos e o Sajudis obteve 19,8 por cento dos sufrágios.

Na primeira volta, 70 deputados foram eleitos com base num sistema

proporcional e 10 outros com base num sistema uninominal maioritário.

O Parlamento lituano tem um total de 141 lugares.

Com cerca de 80 lugares contra 26 para o Sajudis, Algirdas Brazauskas, antigo secretário do Partido Comunista da Lituânia e actual dirigente do Partido Democrático do Trabalho, poderá mesmo optar pela hipótese de governar só, sem recurso a qualquer coligação.

Entretanto, entre as duas voltas desta eleição, o líder do PDTL lançou um apelo para a unidade com outros partidos, opção entretanto rejeitada pelo Sajudis, que tenderá a auto-isolar-se, ou antes terá como objectivo lançar o país numa crise política.

A marcada derrota do Sajudis representa uma clara rejeição, por parte da população, em particular de uma políti-

ca socioeconómica com elevados custos sociais e que hoje se traduz em crescentes dificuldades económicas e energéticas.

A falta de petróleo, importado normalmente da Rússia, tem vindo a paralisar a economia e constitui uma ameaça muito palpável para os lituanos, no Inverno, em termos de aquecimento (ou da sua ausência).

O Partido Democrático do Trabalho defende uma transição mais suave da economia, mantendo preocupações sociais na prática ignoradas pelo governo de Landsbergis.

O Parlamento tem agora dez dias para decidir da sua nova composição e, dentro de dois a quatro meses, segundo a Constituição em vigor, adoptada em 25 de Outubro passado, realizar-se-ão eleições presidenciais.

Angola

Paz exige o respeito dos acordos de Bicesse

A instabilidade e as ameaças de guerra continuam a marcar a vida em Angola, mas simultaneamente avançam-se iniciativas — tanto da parte do governo angolano como da ONU — no sentido de se criarem bases para uma paz sólida.

O governo angolano defenderá sempre os resultados das eleições legislativas em negociações com a UNITA, sublinhou há dias o general António dos Santos Franca «Ndal», chefe do Estado Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), o principal intermediário nas negociações com a liderança da UNITA.

Uma condição fundamental de paz, pois «os que votaram no MPLA não foram só os (seus) militantes (...) mas a maioria do povo angolano». Pelo que «o MPLA não tem o direito, nem é legítimo, renunciar a esses resultados».

Na opinião de «Ndal», essa era uma das «contradições» nas negociações bilaterais anteriores aos combates de Luanda no princípio deste mês, quando a UNITA exigia paridade de num eventual governo de unidade nacional.

Outra questão que se manterá em negociações com a UNITA é a participação de outros partidos, sobretudo os legitimados pelo voto popular. «Os problemas de Angola já não podem ser resolvidos só pelo MPLA e pela UNITA», disse «Ndal». Outros partidos «têm uma palavra a dizer sobre o futuro de Angola».

O governo pretende agora um cessar-fogo que seja mais do que o termo dos tiroteios.

Em conclusão, o responsável das FAA afirmou:

«As portas estão abertas ao diálogo, (mas) será necessário trabalharmos sobre esses princípios, fundamentais para a reposição de tudo aquilo que tinha feito até agora (ao abrigo) dos acordos de Bicesse».

Entretanto, o governo angolano impôs três condições para o reatar do diálogo com a Unita, ao nível da sua liderança.

Antes de mais, a Unita, teria primeiro de «fazer uma renúncia à violência e aceitar a resolução dos problemas do país pelo diálogo». Uma condição que implica o retorno à situação militar anterior às eleições de Setembro.

Outra condição é uma declaração considerando «a validade dos acordos de Bicesse».

A terceira condição prévia é o «reconhecimento do resultado das eleições legislativas» e a aceitação de um maior envolvimento das Nações Unidas «para a criação das condições para a realização da segunda volta das eleições presidenciais».

No balanço que se esbo-

ça dos acontecimentos de Luanda, afirmam-se nomeadamente críticas à Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). O general «Ndal», chefe da delegação governamental na CCPM, considera que se jogou «contra o tempo» na Comissão.

«Havia violações dos acordos de Paz pela Unita», disse, a par de pressões para não se adiar a data das eleições. «Se fôssemos cumprir rigorosamente os acordos de Bicesse, sublinhou, era impossível realizar as eleições» na data marcada.

«Tivemos de fazer um arranjo», prosseguiu, naquilo que o governo considerava a coluna fundamental dos acordos, a formação das Forças Armadas Angolanas (FAA) e desmobilização dos dois exércitos angolanos. Estes acabaram juridicamente para que se realizassem as eleições conforme os acordos.

Criou-se uma chefia bicéfala para as FAA, «em que continuava a haver duas partes» e não uma chefia única, e mantiveram-se resíduos armados dos dois exércitos em vários locais.

Neste momento, também por parte das Nações Unidas se desenvolvem esforços para o retomar do difícil processo de paz.

No final de uma reunião com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e de um encontro com o líder

da Unita, Jonas Savimbi, o secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Murrack Goulding, disse, em Luanda, haver «razões para ter esperança no final do conflito actualmente existente» em Angola.

Para o representante das Nações Unidas, o importante é que qualquer tentativa de paz se faça à luz dos acordos de Bicesse.

Murrack Goulding fez igualmente questão de destacar que «uma saída para a actual crise obriga sempre a que o resultado da primeira volta das eleições seja aceite por ambas as partes».

«Para que as Nações Unidas tenham um papel mais activo é necessário que ambas as partes cheguem a um entendimento no sentido de restaurar a



Luanda marcada pela guerra. Hoje desenvolvem-se novos esforços de paz, com base na aplicação de facto dos acordos de Bicesse

situação existente em Angola antes dos incidentes que tiveram lugar no fim de Outubro», afirmou também o enviado de

Butros Ghali. Objectivos e condições que exigem seja dado um passo fundamental — passar das palavras à prática.

Rui Mingas Convencer a Unita a aceitar via do diálogo

«A irresponsabilidade da Unita, ao não respeitar um único ponto dos acordos de Bicesse, provocou a reacção violenta das populações cuja paciência atingiu o limite», disse o embaixador angolano em Lisboa, Rui Mingas, em debate público realizado sexta-feira passada em Faro. Reconheceu, por outro lado, «ter havido alguma precipitação na realização das eleições sem que antes tivesse sido assegurado o processo de desarmamento e desmilitarização de todas as partes envolvidas».

Neste mesmo debate, o embaixador angolano acusou a África do Sul de envolvimento no plano militar da Unita que visaria a tomada de poder através de um golpe de Estado. O diplomata angolano

acusou ainda a Unita de possuir um «plano sinistro» que visava a eliminação física de todos os altos dirigentes do MPLA e «impor no país um Estado autoritário».

Neste contexto, Rui Mingas lamentou os dramáticos acontecimentos ocorridos em Luanda, ao mesmo tempo que referiu «ter havido excessos», nomeadamente de «sectores da população armada pelo governo».

Na opinião de Rui Mingas, o caminho para a normalização da situação em Angola passa pela capacidade dos responsáveis da Unita de convencerem o presidente Savimbi a aceitar a via do diálogo e os acordos assinados livremente por ambas as partes.

Solidários com Angola

Os acontecimentos dos últimos dias em Angola enlutaram o seu povo e provocaram entre os portugueses um profundo desejo de rápida pacificação.

Neste país amigo, cansado da guerra, quem a reacendeu assume a pesada responsabilidade das consequências desse acto.

Atentos que estivemos ao longo período de conversações e às condições democráticas de realização das eleições — testemunhadas por múltiplos observadores internacionais e portugueses — entendemos que a conciliação e a paz passam necessariamente pela aceitação dos resultados eleitorais e pelo cumprimento dos Acordos de Bicesse.

Atentos temos estado às declarações do governo angolano, do MPLA e do Presidente José Eduardo dos Santos, em quem reconhecemos a vontade de pacificação e a quem manifestamos a nossa solidariedade. E temos estado também atentos a declarações de outras origens que nos levam a sublinhar que a desejada pacificação não se atingirá impondo, com o recurso a pressões externas, soluções que contrariem a vontade popular.

Manifestamos, enfim, grande confiança no futuro de Angola onde a paz, finalmente, tornará possíveis as inadiáveis tarefas de reconstrução e desenvolvimento que a situação impõe e a que aspira o seu povo.

Esta a mensagem entregue na Embaixada da República Popular de Angola por

Artur Ramos, realizador, a actriz Fernanda Alves e os engenheiros Blasco Hugo Fernandes e António Abreu.

A mensagem é subscrita, entre outros, por Blasco Hugo Fernandes, Cândido Mota, Carlos Alberto Moniz, David-Mourão Ferreira, Fernanda Alves, Henrique Viana, João de Melo, Barata-Moura, José Cardoso Pires, Levy Batista, Luís de Azevedo, Luiz Francisco Rebello, Manuel Carvalho da Silva, Manuel da Fonseca, Maria Guinot, Mário Ruivo, Monique Rutler, Natália Correia, Teresa Villaverde e Urbano Tavares Rodrigues.

Também um grupo de personalidades do Porto enviou ao Presidente José Eduardo dos Santos uma mensagem de solidariedade cujo texto transcrevemos:

Neste momento de graves provações que Angola atravessa, queremos testemunhar-lhe que seguimos os acontecimentos com profundo anseio de que a paz seja restabelecida no respeito pela vontade soberana do povo angolano livremente expressa no acto eleitoral de Setembro.

Queremos igualmente exprimir-lhe os votos de que em breve se torne possível a reconstrução do seu país no caminho da paz, da independência, do progresso e da democracia.

Com a nossa solidariedade.

Os signatários

César Príncipe, José Rodrigues, José Saraiva, Óscar Lopes, Manuel António Pina e Germano Silva.

Turquia

Amnistia Internacional denuncia

A Amnistia Internacional denunciou a prossecução sem «sinais de diminuição», da prática da tortura na Turquia, cujo governo acusou de não ter cumprido a promessa de melhorar a situação dos direitos humanos no país. Num relatório publicado em Londres, a AI assinala que «tem havido muitas palavras e pouca acção por parte das autoridades turcas».

«O novo governo turco fez grandes promessas na questão dos direitos humanos, em particular sobre os casos de tortura, mas, tal como os governos anteriores, nada fez para acabar com esta prática», diz o relatório. Diariamente, segundo o documento, são referidos casos de assassínios políticos, «na maioria dos quais parece existir

envolvimento das forças de segurança».

«Entretanto ù prossegue ù foram recebidos no último ano centenas de relatos de tortura de homens, mulheres e crianças e pelo menos 10 pessoas morreram sob custódia policial, alegadamente como resultado de actos de tortura».

O relatório afirma que no sudoeste da Turquia as forças de segurança actuam «com aparente total impunidade» e que, no ano em curso, mataram «pelo menos 100 civis desarmados» quando abriram fogo «sobre manifestações pacifistas» ou «sobre áreas residenciais», em «retaliação» pelos ataques do Partido dos Trabalhadores Curdos, PKK.

«Prática corrente» na Turquia na última década,

a tortura «continua a ser praticada como acção de rotina nas esquadras da polícia por todo o país», diz ainda a AI, dando conta de testemunhos de detidos que afirmaram terem sido «gravemente espancados, sujeitos a choques eléctricos e até violados com facas de cozinha, numa tentativa da polícia de obter confissões suas».

Outros detidos contaram à AI que foram «suspensos de varas pelos braços, mergulhados em água gelada ou sujeitos a diversas formas de sevícias sexuais quando se encontravam sob detenção policial».

«Quando as vítimas e as suas famílias ù refere o relatório ù tentam qualquer acção legal contra os torturadores são ameaçados pela polícia».

Setenta e cinco anos depois, a Revolução de Outubro de 1917 continua a ser uma referência obrigatória para todos os que se batem pela construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, pela paz, pela democracia, pelo socialismo. Essa a opinião dos camaradas José Brarata Moura e João Arsénio Nunes, que no passado dia 6 participaram num debate sobre a revolução russa, realizado na SFUAP, na Cova da Piedade, e de cujas intervenções transcrevemos hoje largos extractos.

75 anos da Revolução de Outubro

A história das revoluções

... A Revolução de Outubro marcou profundamente a experiência, o conhecimento, as expectativas e as esperanças dos trabalhadores e dos explorados de uma maneira geral, na Europa e no mundo inteiro. Durante as décadas passadas desde então, projectou-se em transformações mundiais que não se limitam ao seu projecto de sociedade socialista. Transformações tão importantes como o desaparecimento dos impérios coloniais, que representou uma alteração radical do quadro político do mundo no período decorrido desde a Segunda Guerra Mundial, resultaram em larga medida do impacto das ideias libertadoras da Revolução de Outubro de 1917. É talvez impossível enumerar todos os campos em que essa influência se projectou, mas ela é indiscutível não só na vida política, social, sindical, nas lutas de classe, mas também na estética, na literatura, nas artes, para já não falar no quadro das relações internacionais - marcado por tensões mas também por uma certa estabilidade -, que hoje está alterado e não sabemos em que sentido se vai desenvolver, mas que podemos prever que dará origem a situações de difícil controlo e cujo impacto pode ser brutal na vida dos povos.

Hoje, tem sentido reflectirmos na Revolução de Outubro, sobretudo para medirmos a sua proximidade e a sua distância em relação a nós próprios. Isto é, o movimento operário, os direitos dos trabalhadores, as ideias socialistas e comunistas estão hoje suficientemente maduras, suficientemente adultas para poderem encarar frontalmente e descomplexadamente a questão de saber o que é e o que não é actual na Revolução de Outubro. Passaram 75 anos desde então. Ora, 75 anos é a distância a que a Revolução de Outubro está do período de 1840, com a diferença de que o processo de aceleração histórica vivido no século XX faz com que estes 75 anos que nos separam da Revolução de Outubro sejam um tempo ainda "maior" do que aquele que a separa do meado do século XIX.

Temos, portanto, a obrigação e necessidade de encarar os problemas com que nos defrontamos hoje e a realidade do mundo actual sem a comodidade de pensar que podemos repetir os pensamentos, as acções e as soluções que os homens de Outubro de 1917 apresentaram. Fazer isso seria o mesmo que se Lenine tivesse em 1917 proposto repetir a experiência e propostas de organização social e política dos socialistas utópicos dos anos 40 ou da revolução francesa de 1848, por exemplo.

Na realidade, Lenine, Staline, Trotsky, bem como todos os que participaram no movimento revolucionário que nessa época abarcou a Europa - Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, etc. - tinham bem presente a experiência, o exemplo das revoluções de 1848 e mesmo da Revolução de 1789 em França. Quando lemos os textos de Lenine encontramos com frequência referências aos jacobinos, comparações dos bolcheviques com os jacobinos, etc. Ou seja, a continuidade histórica também existe a uma distância de mais de 100 anos, e os revolucionários do princípio do século XX tinham bem noção da sua continuidade histórica em relação aos revolucionários das revoluções liberais. Mas esse sentimento de continuidade não os dispensava de analisarem as coisas de uma maneira nova, de aplicarem um método de análise, o marxismo, com todo um conjunto de categorias analíticas relativamente complexas, à análise das situações concretas e de as utilizarem para a compreensão do mundo do princípio do século XX. Ou seja, não se bastavam com a repetição das fórmulas e das ideias, por muito heróicas e positivas que as considerassem, que os homens da Revolução Francesa tinham enunciado.

... Gostava de chamar a atenção para dois aspectos da Revolução Russa de 1917 sobre que julgo ser útil para nós reflectir, em vista da nossa vida, conduta e acção, hoje e no futuro, porque, para o bem e para o mal, a história das revoluções não acabou.

Para o bem e para o mal porque, como creio que o próprio Lenine dizia, as revoluções não são qualquer coisa que se possa encarar de ânimo

leve. Revoluções são transformações que envolvem não só grandes movimentos e choques de massas de homens, mas também custos humanos e custos económicos, sociais, destruições, que ninguém pode encarar com ligeireza; uma revolução não nasce da ideia de um homem ou de um grupo de homens que consideram poder trazer a salvação à humanidade. Isso não é uma revolução nem nunca deu origem a um movimento revolucionário. As revoluções nascem necessariamente - e a dúvida que se põe é se elas são bem ou mal conduzidas e se vencem ou são derrotadas - porque a lógica interna do sistema económico e social baseado na exploração, baseado na separação entre o capitalismo e o trabalho, baseado em relações de opressão entre nações com potencial diferente, determina contradições, choques, determina crises económicas e sociais. Surgem deste modo momentos e situações em que a sociedade não pode continuar a viver no tipo de estrutura que tinha e precisa de encontrar novas soluções e de substituir as formas de poder em que estava até então organizada.

A Revolução Russa foi uma dessas soluções. Não foi uma invenção de Lenine que estava exilado em Zurique e um belo dia decidiu que ia trazer a salvação à Rússia. Foi sim um fenómeno resultante da movimentação de massas de milhões de homens perante as condições de vida insuportáveis do czarismo, da sociedade nobiliárquica, da opressão militar e policial da Rússia. O papel e a intervenção dos bolcheviques, dos comunistas, situam-se na orientação, nas propostas que formulam e no tipo de soluções encontradas - no descobrirem em instituições criadas pelo próprio movimento de massas, que em 1917 eram sobretudo os soviets, uma fonte alternativa de poder, capaz de trazer solução aos impasses e à situação insuportável que a sociedade vivia nesse momento. Mas se a revolução russa se dá nessas circunstâncias, dá-se também em relação estreita com essa barbárie que foi a I Guerra Mundial, como um fenómeno internacional. Este é um aspecto que não devemos perder de vista.

Nunca houve, embora se tenha falado nisso e os bolcheviques, em 1917 e nos anos seguintes, acreditassem na revolução mundial, nunca existiu uma revolução mundial. As revoluções que até hoje existiram - e entre as revoluções socialistas a russa é apenas a primeira delas - foram revoluções nacionais, ainda que produzidas sempre em relação a situações de crise internacional e numa relação estreita com os movimentos operários dos vários países. O triunfo da revolução na Rússia não teria sido possível se nessa altura, nos outros países, os capitalistas não se vissem a braços com profundos movimentos operários dos seus próprios países que impediam a sua capacidade de intervenção na Rússia, não seria possível sem a solidariedade activa dos operários de todo o mundo com os revolucionários russos.

Penso que não é inútil ter presente essa experiência. Se tivéssemos a falta de senso de acreditar na imagem do estado do mundo que, na altura do fim do bloco socialista, certos intelectuais e os meios de comunicação procuravam transmitir, poderíamos pensar que o mundo estava muito pacificado, que tínhamos entrado numa situação de paz universal, de estabilidade, com os Estados Unidos como única grande potência e a Humanidade caminhando descansadamente para a resolução dos seus problemas. Na verdade nada disso se passou ou se passa. Aquilo a que nós assistimos é, pelo contrário, que o fim temporário dum conflito - a chamada «guerra fria» - polarizado entre as duas superpotências, EUA e URSS, vem abrir espaço à manifestação de ambições imperiais de outras potências. O próprio projecto da CEE, na configuração que alguns lhe querem dar, é no fundo um projecto de carácter imperialista, quer para fora, do ponto de vista da competição com os EUA e com o Japão, quer para dentro, pois, se se concretizasse aquilo que o Tratado de Maastricht propõe, estaria aberto o caminho para o predomínio da maior potência económica

da Europa de hoje, ou seja, a A situações de tensão e de perigo que eram antes do fim da UR fomes, às guerras localizadas, q domínio económico no mund tradições, novos conflitos e, p

O segundo aspecto para qu nos referimos à Revolução de como a grande revolução do- ria teve um papel não apenas d dominante na eclosão e condução as forças que dirigiram a Rev eram forças formadas pelo mo- viques eram fruto de uma larg dos socialistas e comunistas e tante ter presente que a Revol representava uma convergênci que a classe operária - que de população da Rússia - não se l formulaava objectivos como a c aos camponeses, objectivos vit . . . s que eram sentidos pelas largs massas da população. A revolução só pôde triunfar porque era uma revolução maioritária e porque os organismos em que ela assentava, os soviets, representavam a grande maioria da população.

Em termos diferentes, este problema também hoje se nos coloca. A Europa e Portugal, sobretudo na última década, sofreram transformações económicas importantes que, em parte, fizeram diminuir o peso da classe operária industrial, mas por outro lado fizeram aumentar o peso dos trabalhadores, nomeadamente os assalariados, no conjunto da população. O nosso Partido tem sempre insistido em que as transformações que pretendem introduzir e levar a cabo em Portugal com o seu programa, e que a palavra de ordem "Democracia avançada no limiar do século XXI" exprime, é um programa de aprofundamento da democracia política, da democracia económica, da democracia social e da democracia cultural. Aqui está bem presente a consciência de que não há transformação sem o apoio da maioria da população, e nessa conquista de uma maioria, sobretudo numa situação de dificuldade como aquela que ainda hoje nos defrontamos, é importante termos presente essa necessidade de convergência, de alianças, de encontrar nos vários sectores o que é unificador dos interesses de todos os trabalhadores e também o que é capaz de traduzir essa convergência de interesses em iniciativas, em movimentos que contribuam para a aproximação dos diferentes sectores da população trabalhadora portuguesa.

... Os intelectuais podem ter uma função importante nas transformações políticas a realizar em Portugal. Na história do PCP há grandes exemplos de empenhamento de intelectuais nas lutas do povo e do proletariado; de certo modo, nos últimos anos, esse empenhamento tem enfraquecido, mas é necessário que seja reforçado, até porque cada vez mais tendencialmente somos todos intelectuais, já que se diversificam as formas de trabalho que exigem conhecimento intelectual. Este aspecto, muitas vezes utilizado como forma de dividir os trabalhadores e para separar sectores mais intelectualizados dos menos intelectualizados, pode ser invertido, e vir a contribuir para maior unificação dos vários extractos e sectores de trabalhadores em Portugal.

Arsénio Nunes
Professor universitário

Uma tradição viva

... De uma forma geral, as comemorações são tomadas como uma espécie de ritual de festa, que às vezes pode ser mais engalanada e com bicha à porta e outras vezes mais modesta mas não menos importante. Outra maneira que nós temos de entender a comemoração é como a celebração de algo que já morreu e já passou, e se não houvesse uns tantos actos em que alguns dos que ainda estão vivos se reúnem para pensar nisso, eventualmente ficaria perdido na noite dos tempos e do esquecimento.

Mas a comemoração também pode ser vivida de uma outra maneira, como aquilo que se faz porque outros já o fizeram, porque se faz porque é tradição. Do conceito de comemoração podemos passar para o de tradição, entendido como algo que vem detrás, que está no passado e que de algum modo ainda desperta ecos no presente. Este é o sentido normal de tradição.

Há no entanto um outro sentido, talvez mais forte, talvez mais importante e que talvez se aplique melhor à situação que hoje vivemos. É o que chamaria sentido vivo da tradição. Isto é, alguma coisa que se transporta desde o passado, que se carrega com o nosso viver e com o nosso presente, que se transforma com o tempo e se projecta também na vida, no devir, no futuro.

Penso que uma comemoração como esta, da Revolução de Outubro, é uma comemoração que fazemos por tradição, mas uma tradição entendida neste último sentido. Uma tradição que se transporta de uma maneira viva, se transforma e se procura perspectivar em direcção ao futuro. Para mim, esta é a maneira correcta, fecunda e politicamente empenhada de comemorar a Revolução Socialista de Outubro.

... Um outro aspecto que vale a pena abordar é o do significado da Revolução Socialista de Outubro. Resumidamente, diria que se tratou de um momento fundamental na História da Humanidade, cujo significado está no facto de, a partir dele, se ter iniciado uma experiência duradoura de organização de uma sociedade e depois de sociedades inteiras numa base não capitalista, numa base onde a organização da colectividade e da sociedade não estava assente na exploração.

Este aspecto, se apreciado em termos de grandes períodos da História, corresponde efectivamente aos anos em que essa experiência durou, até aos acontecimentos que todos conhecemos e seguimos com apreensão. Corresponde a uma grande experiência histórica de organizar a vida dos homens, das mulheres e das sociedades desde os aspectos da produção económica do viver material, até aos outros aspectos da educação e da cultura; a uma tentativa de organizar a vida de uma outra maneira que não aquela que vinha sendo desenvolvida e que conhecemos até agora, uma organização a que chamamos numa base capitalista.

Se isto é, foi e será uma experiência muito importante na vida da Humanidade, não é apenas para ser comemorada, é também para ser estudada, pensada, reflectida e tida em conta nas tarefas que a História - que não acabou - nos reserva. Porque os problemas que sentimos nas pequenas ou grandes questões do dia-a-dia são também problemas estruturais, isto é, têm a ver com a forma como a sociedade está organizada. E para esses problemas, que digam o que disserem as propagandas infelizmente continuam presentes, nós, e as gerações vindouras, teremos de encontrar respostas, soluções e caminhos.

Nesse aspecto, não há dúvida de que, da mesma maneira como na História da Humanidade em momentos anteriores - que podem ter passado pela Revolução Francesa, pela Comuna de Paris ou por outras experiências importantes - exactamente de uma transformação profunda da sociedade (é isso a que nós chamamos revolução), da mesma forma como essas etapas, que às vezes duraram dias mas não deixaram por isso de ser marcantes e importantes e delas pudemos tirar ensinamentos para outros acontecimentos que mais tarde vieram a ocorrer, também este espaço de décadas, com os seus desenvolvimentos, com os seus aspectos positivos e negativos, com erros que se cometeram e vieram a pagar muito caro, constitui um grande manancial de

experiências. Experiências que, se formos capazes de as entender e aprender com elas e, sobretudo, aproveitá-las na nossa intervenção política, não correspondem de modo nenhum nem a uma página vazia da História, nem a um buraco negro da História, nem a algo de que a Humanidade se tenha de envergonhar.

Foi, de facto, uma experiência extremamente importante de tentar organizar a sociedade de uma outra maneira.

Organizar a sociedade de uma outra maneira que não a capitalista não é apenas um desejo, não é apenas uma aspiração, não é apenas uma vontade ou uma obstinação que meia dúzia de "anjinhos" ou de recalcitrantes ou de bem intencionados podem ter na cabeça. É uma necessidade real, porque esta forma de organizar a sociedade que conhecemos, para além de ser violenta, desumanizante, para além de não aproveitar em benefício e em favor de todos aquilo que já são os recursos do desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das conquistas e dos avanços da Humanidade em diversos domínios do saber e da prática permitiriam, para além de tudo isso, faz com que esses problemas persistam; às vezes disfarçados, às vezes com outras maneiras de se manifestarem, mas persistam.

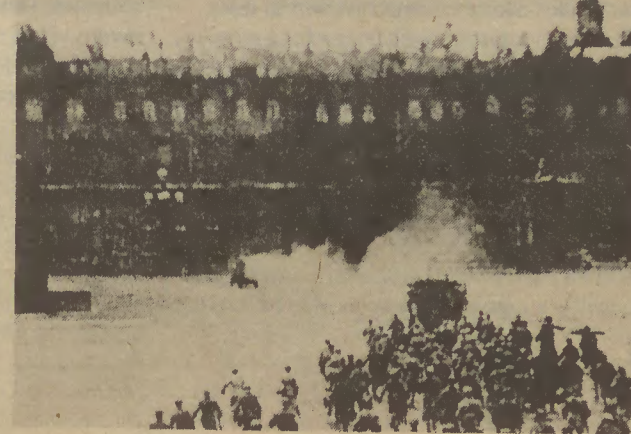
Os homens e as mulheres empenhados que descobriram que na sua condição de humanos também passa uma quota-parte de responsabilidade na transformação da realidade e da vida, exactamente no sentido dos ideais da democracia, da justiça, da igualdade, da realização de uma condição de vida verdadeiramente humana para o conjunto da Humanidade, esses homens e essas mulheres não têm que dizer agora "acabou-se" porque essas experiências de socialismo acabaram. A História não parou, a História não acabou e, sobretudo, os problemas reais que obrigam a que procuremos outras soluções e outras formas de organizar a vida e a sociedade não acabaram.

O que temos perante nós é uma situação nova e mais exigente. Temos que continuar a olhar para a História e para as tarefas que ela nos coloca com mais imaginação, com mais conhecimento, com mais determinação, com mais organização, para abriremos os caminhos de um futuro melhor para a Humanidade.

Hoje, há quem diga que o comunismo acabou, que o socialismo acabou, que a esquerda acabou. Entendemos o que querem dizer com isso: era desejável, para quem o diz, que tivesse acabado.

Mas a força da realidade é diferente. O que não obsta a que, hoje, pensar as questões do socialismo, pensar as questões da esquerda, nos coloque numa situação mais complexa, mais exigente, mas também mais estimulante, no sentido em que desafia a nossa capacidade de conhecimento, de imaginação, de prática e de realização.

Barata Moura
Professor universitário



Santarém Andar para a frente

■ **António Orçinha**
Membro da CEN

No âmbito da preparação do XIV Congresso do Partido, a Direcção Regional de Santarém traçou um plano de iniciativas, inserindo neste os projectos de trabalho das várias Organizações Concelhias por forma a envolver um maior número de Quadros do Partido e, com um esforço suplementar, chegar à grande massa dos militantes.

São mais de 50 as principais iniciativas: reuniões, plenários, assembleias plenárias, para além de convívios, contactos directos com os militantes para a entrega de documentos e respectivas convocatórias, regularização da situação partidária de muitos membros do Partido, melhoria da imagem dos centros de trabalho, iniciativas de propagação, contactos com a comunicação social, etc.

Apesar do trabalho já realizado, não se pode ainda tirar uma conclusão final, uma vez que há um número significativo de assembleias plenárias por concretizar.

Pode-se, contudo, adiantar alguns aspectos que caracterizam as opiniões nesta fase do trabalho preparatório. Considera-se o balanço globalmente positivo mas aquém dos objectivos e das possibilidades reais, verificando-se dificuldades de leitura dos documentos, uma participação numérica que não corresponde ao esforço e empenhamento na mobilização.

Há factores de desânimo e desmobilização. Sem pôr de parte as nossas responsabilidades e deficiências de trabalho, apreciámos esta situação à luz das consequências da política de direita ao longo de tantos anos consecutivos e particularmente num distrito tão fustigado pela adversidade da política do Governo. Por outro lado, os acontecimentos no Leste Europeu e particularmente a desagregação da União Soviética com a derrocada desse e doutros países socialistas. Contribuem também as violentas cam-

panhas contra o PCP, veiculadas particularmente pela comunicação social, bem como o silenciamento da sua actividade ou a deturpação sistemática das suas posições.

A participação na discussão tem correspondido a um debate vivo onde tem lugar a crítica e a autocritica assumidas com naturalidade, franqueza e frontalidade, sendo a preocupação central corrigir erros, vencer dificuldades, reforçar o Partido numa perspectiva de andar para a frente.

Andar para a frente porque é clara a compreensão quanto à validade da luta contra o capitalismo, quanto à validade do projecto e do papel do PCP na sociedade portuguesa, quanto ao seu ideal comunista, quanto à sua natureza de classe e o seu papel de vanguarda.

Andar para a frente mas também para fora, para os trabalhadores, para as populações, para os seus problemas, para as suas reivindicações, para as suas lutas. Foi esta a orientação definida pela Direcção Regional quando foi lançada a preparação do Congresso, é essa a preocupação e o cuidado das organizações e dos Quadros mais envolvidos nas tarefas do Partido.

Andar para a frente porque o PCP é um Partido para viver e para lutar com os trabalhadores e o Povo Português.

É com esta perspectiva e valorizando este entendimento, que os membros do Partido se identificam com os documentos e as propostas nele contidas.

Numa breve análise à situação no distrito, pode-se dizer que, contrariamente às afirmações proferidas por representantes do Governo, a situação no distrito não é de normalidade e franco progresso mas sim de acentuado agravamento económico e social. O crescente encerramento de empresas, a redução de centenas de postos de

trabalho em muitas outras, crescente número de trabalhadores com salários em atraso, alastramento do trabalho precário a que se junta a repressão e discriminação contra dirigentes e activistas sindicais são facetas preocupantes da realidade social no distrito.

Na agricultura vive-se uma situação de crise, devido aos elevados custos de produção, das taxas de juros e rendas de terras, ao cada vez mais difícil escoamento dos produtos, até pela invasão do nosso mercado pelos produtos estrangeiros. A PAC — Política Agrícola Comum —, é também uma ameaça que trará consequências gravíssimas tanto mais que o Governo, nas negociações, abandonou a defesa da especificidade da agricultura portuguesa e da necessidade da sua protecção.

A redução da capacidade financeira das Autarquias, com a imposição de novas competências e encargos sem a respectiva dotação de meios, causa sérias preocupações e indignação contra os cortes de verbas às Autarquias. Ainda recentemente os 23 Municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo aprovaram uma moção de condenação e denúncia da proposta do Governo que os vai prejudicar, sonhando-lhes 4 milhões e 217 mil contos a que nos termos da lei têm direito.

Ligado ao debate preparatório do Congresso, estão presentes as responsabilidades que CDU tem no Poder Local deste distrito e como tal o andamento do trabalho é objecto de referências e análise como também as próximas eleições autárquicas em 1993. Com a consciência da importância política que estas eleições assumem, num quadro de uma ofensiva em que todas as forças de direita e o PS convergem para enfraquecer o PCP e a CDU, é necessário e urgente dinamizar a sua preparação.

Vila Real Preparar o Congresso e o futuro

■ **Vasco Paiva**
Membro da CEN

É por de mais conhecido que o distrito de Vila Real não é daqueles que se possa incluir nos de grande implantação do Partido. Sem dúvida que temos uma organização partidária pequena e uma reduzida influência eleitoral.

Assim, num qualquer cenário, reduzir a preparação do Congresso do PCP a uma mera operação aritmética de número de assembleias/número de participantes/número de propostas ou de qualquer outro tipo de contabilidade, não iria traduzir o que tem sido e o que representa para o Partido o esforço de mobilização e de debate nestes trabalhos preparatórios do Congresso.

Não deixará de ser significativo que, tendo-se já efectuado 9 Assembleias Plenárias noutros tantos concelhos, até ao dia 28 iremos percorrer os restantes concelhos (14) do distrito. Mesmo ali, em concelhos em que foi reduzido o número de participantes, não deixa de ser significativo e positivo que se tenham realizado. Poderá parecer pouco, se tomarmos como medida as grandes Assembleias de outros locais, se dissermos que em Valpaços estiveram 4 presenças ou em Montalegre estiveram 13. Mas se olharmos para o nível de participação em anteriores congressos os números praticamente não diferem.

Ora, o que é positivo e interessa realçar é que mesmo nos locais de maior dificuldade de implantação, em que não é apenas o clima e o solo que são agrestes, mas agrestes são também as condições em que se realiza a actividade do Partido, mesmo aí o PARTIDO EXISTE!

Mais do que pensar nos que estão ausentes na emigração no estrangeiro ou noutras regiões do País, optamos por pensar e actuar nos que não faltaram e estiveram presentes e apesar de todas as dificuldades por que o Partido passou e passa permanecem comunistas e prontos para intervir.

Os debates realizados não se circunscreveram às teses ou aos seus parágrafos, a esta ou aquela emenda. Assim, em Valpaços estabelecemos um calendário político para o próximo ano, tendo já como horizonte as eleições autárquicas — marcámos a data de definição de cabeças de lista, o mês em que fazíamos a apresentação pública, todo um trabalho que já tem data marcada e arranca em Janeiro.

Em Mondim de Basto, os camaradas presentes, na maioria jovens, acharam por bem que era preciso criar uma comissão local do Partido, e foi criada, discutiram os problemas do concelho e logo ali marcaram as próximas reuniões e tarefas.

Quer em Mondim de Basto quer em Montalegre, decidiu-se ainda fazer comunicados do Partido a distribuir à população sobre problemas locais — em Mondim é o hos-

pital sem urgências nocturnas e encerrado ao fim-de-semana, assim como a falta de aproveitamento do Pavilhão Desportivo, e em Montalegre a situação de miséria e abandono em que se encontram os mineiros da Borralha e suas famílias e o couto mineiro. No primeiro caso, decidiu-se avançar para um abaixo-assinado; no segundo, voltar a levantar a questão na Assembleia da República. Os exemplos poderiam continuar a ser enumerados quanto a outros concelhos — fica a certeza que o tom não é o de lamento ou de lamecha, não é o de submergir perante os «inêxitos» ou as dificuldades, mas o de arregaçar as mangas (sem exageros porque está frio) e avançar com as tarefas presentes e do futuro.

Creio que não se pode designar por pequena uma organização partidária actuante e interveniente. Creio que se deve valorizar o significado de em todos os concelhos termos pelo menos um punhado de camaradas que estão a construir o Partido e a preparar as batalhas futuras.

Em todas as Assembleias até agora realizadas — da Régua a Chaves, de Vila Real a Montalegre, de Alijó a Mondim e tantas outras — um traço importante tem sido o à-vontade da discussão e da eleição de delegados, num clima de grande franqueza, na certeza que estamos aqui todos para o mesmo. Mesmo com a ideia que alguns terão de perder dias de trabalho para ir ao Congresso, terão de fazer despesas e percorrer uma longa distância, não tem havido, no geral, dificuldades em encontrar o delegado certo, o delegado que se disponibiliza e que certamente representará condignamente a organização.

Como últimas notas, sempre se poderá assinalar que tem havido neste período inscrições no Partido. Não é nenhuma avalanche, mas é um facto que em várias Assembleias apareceram camaradas com fichas de novos recrutamentos. Deve-se sublinhar uma forte presença de gente jovem em diversas Assembleias, embora se vá realizar uma Assembleia específica para a juventude no dia 28.

Não se trata de pintar um qualquer cenário cor-de-rosa, não se trata de embandeirarmos na ilusão de um qualquer triunfalismo, TRATA-SE de não exagerarmos as dificuldades e sossobrarmos perante elas, TRATA-SE de constatar que também aqui este é o Partido que o distrito precisa e não só — EXISTE.

Em termos de dinâmica da vida partidária, e como assinalámos numa Assembleia, isto tudo assemelha-se a uma gripe, engripamos, tivemos a convalescença e a resaca e chegou a hora de pôr a cabeça de fora, sair à rua e respirar — vamos ao trabalho que há «muito Partido» para construir, «muito Partido» para lutar.

Castelo Branco Mais iniciativas

■ **António Gervásio**
Membro da CEN

Como nos restantes distritos e regiões autónomas, em Castelo Branco decorrem os trabalhos preparatórios do XIV Congresso. A DORCB, com o objectivo de uma participação mais ampla de militantes na discussão dos documentos do Congresso, procurou fazer o maior número possível de plenários e reuniões, mesmo que pequenos. Considerando dificuldades reais, como as grandes distâncias de muitas freguesias da sede do concelho, a falta de transportes (e também certa desmotivação de alguns militantes), torna-se difícil agrupar diversas freguesias distantes numa grande reunião ou plenário.

Em todo o Distrito foram programadas 40 reuniões e assembleias plenárias. Até 6 de Novembro foram realizadas 18 reuniões e debates com 250 presenças. Além das reuniões, tem havido muitas dezenas de contactos individuais com militantes para entregar documentos e falar com eles.

Quanto às assembleias plenárias, elas estão todas marcadas para Novembro, designadamente: concelho da Covilhã, dia 14, assembleias plenárias, 3 à mesma hora Cidade, Tortosendo e Couto Mineiro; Fundão, dia 14; Idanha-a-Nova em conjunto com Penamacor e Belmonte, dia 15; V. Velha de Ródão, 18; e Castelo Branco em conjunto com Oleiros. Proença-a-Nova e Sertão, dia 21.

Dentro do objectivo de alargar a discussão, está marcada para 13/11 uma reunião de militantes professores, de âmbito distrital, na Covilhã, com a participação do camarada Edgar Correia, membro da Comissão Política.

E, como ponto algo da discussão, temos, no Distrito de C. Branco, dia 19/11, o Secretário-Geral Adjunto do Partido, o camarada Carlos Carvalhas, para participar num plenário de militantes, de âmbito distrital, a realizar na Covilhã, Salão da Assembleia Municipal.

Salientamos que em algumas reuniões já realizadas tem havido razoável participação e debate como, por exemplo, nas duas reuniões (31/11) em C. Branco e na Covilhã, com a participação do camarada Aurélio Santos e outros membros da DORCB. Foram debates vivos e acalorados entre militantes em torno de matérias diferentes, opiniões não coincidentes. Contudo, têm havido várias reuniões fracas, com bastantes faltas. Verifica-se que ainda há muitos militantes distraídos com o XIV Congresso...

Outras experiências: nas Cortes, um jovem na reunião apresentou 6 inscrições para a JCP; no Paúl, um simpatizante na reunião inscreveu-se no Partido; em C. Branco foi feita uma reunião com 9 simpatizantes do Partido, os

congresso

PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



quais fizeram boas referências aos documentos do Congresso.

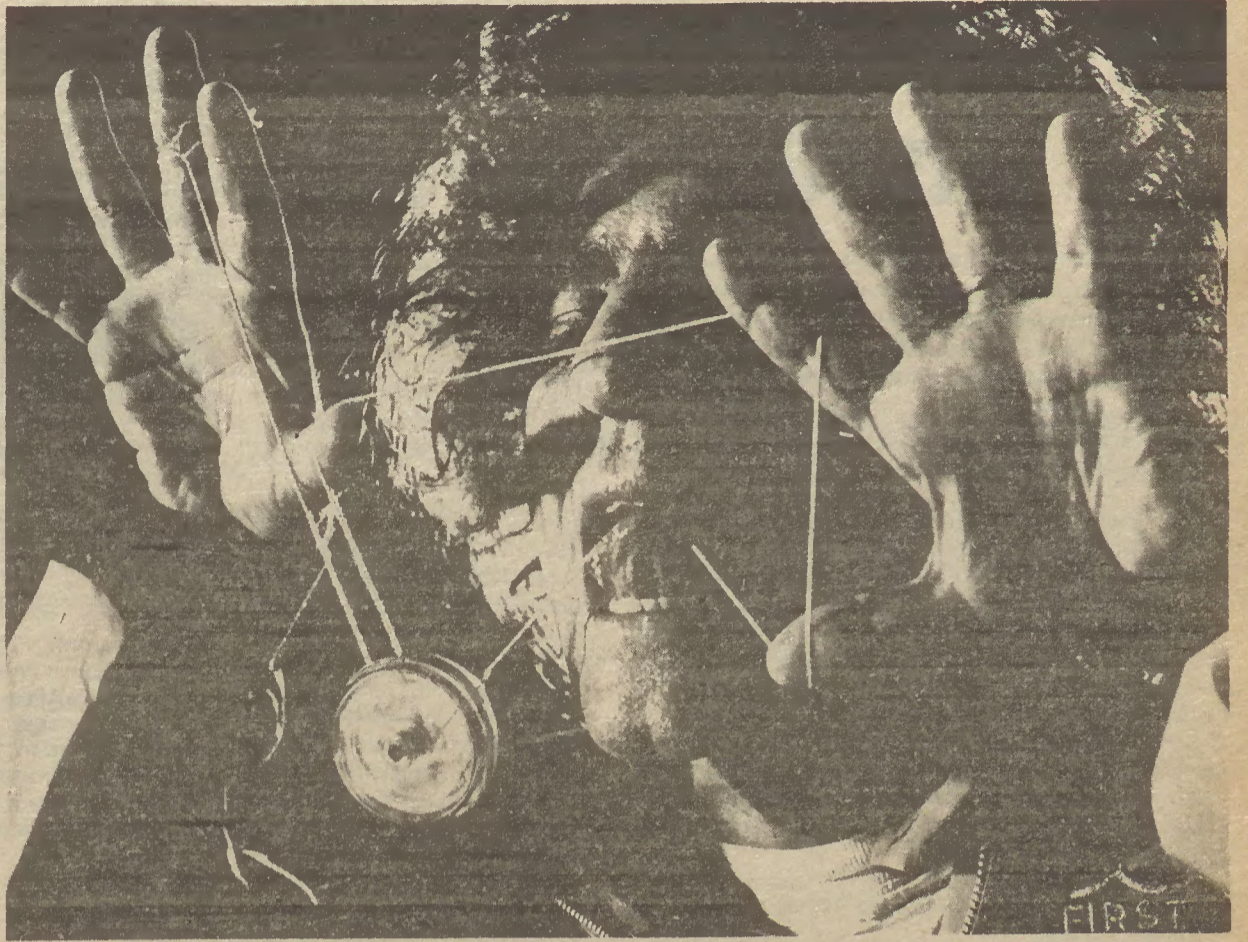
Outra situação que constatamos é que, em relação aos principais documentos do Congresso, havendo camaradas que leram (ou leram parte), muitos outros ainda não digeriram esses documentos. Aparecem nas reuniões muito para ouvir e pedir explicações. Bastantes camaradas referem que são documentos extensos e com matéria não fácil de «entrar nela».

Nos debates já realizados não apareceu nenhum militante a discordar dos documentos do Congresso. Ao contrário, a opinião comum é a concordância, a referência de que «são bons documentos», que os Estatutos e o Programa «estão melhorados».

Procuramos levar o Congresso para a rua. Tem havido contactos com as Rádios Locais e a Imprensa Regional. A jornada de propaganda de 7 a 15 de Novembro está nessa linha de acção: colocar os pendões, cartazes e distribuir o jornal, com prioridade para junto das empresas.

O Distrito de Castelo Branco é um dos distritos mais desfavorecidos do País, mais abandonado pelos governos de direita. Acentua-se a desertificação e o envelhecimento dos concelhos rurais. As vias rodoviárias e ferroviárias são péssimas. Os serviços de saúde e segurança social pioram. Os dois principais pólos de produção — agricultura e têxteis — estão em crise acelerada. Acentua-se a exploração impiedosa dos trabalhadores e outras camadas laboriosas. Cada dia se acentuam mais os males da política de direita do Governo Cavaco Silva/PSD.

O caminho certo é o caminho da resistência e da luta dos trabalhadores e do povo para defender os seus legítimos interesses e direitos e afastar a direita do poder. Como afirmam as TESES, «o PCP é um Partido necessário à Democracia Portuguesa, ao povo português e a Portugal». Se há regiões onde é necessário fortalecer mais a organização do Partido, onde uma das tarefas centrais e constantes dos comunistas para ter um PCP mais forte, mais ligado às massas e aos seus problemas, a nossa região é uma dessas. Os trabalhadores e o povo precisam do PCP e da sua organização para desenvolver a resistência e a luta, afastar a direita do poder e encontrar uma verdadeira alternativa democrática para Portugal. O XIV Congresso está nesse caminho.



Tempo de apostasia

■ Domingos Lopes

Ao longo do tempo, muitas vezes, homens e mulheres da ciência, das artes e da cultura pagaram caro a sua liberdade e a sua independência face ao poder.

Outras vezes face aos vendavais que varrem a História, à dificuldade em ver para além do que se vê, há quem passe para o lado dos vencedores, pondo as ideias de parte.

Há momentos de ruptura na História que propiciam às forças vencedoras assumirem atitudes defensoras do carácter eterno da sua vitória. Impressionados pelas vitórias, tantas vezes tão difíceis, julgam-se no poder para todo o sempre. Assim pensaram Imperadores romanos, Papas e Reis, Napoleão e o seu Império, dirigentes comunistas na URSS, e agora neste final do século o capitalismo readquire ânimos, e reafirma-se como sistema terminal da História.

O poder de persuasão do capitalismo é tanto maior quanto ele se alicerça também na derrota da primeira tentativa para construir o socialismo, o qual durante quase sete décadas foi capaz de ombrear com o capitalismo, e certos momentos, e em certos domínios conseguiu mesmo passar-lhe à frente.

Este fim de século está marcado pelo amargo das derrotas de muitas e muitas gerações de homens e mulheres progressistas que ao longo dos anos cinquenta, sessenta e setenta assistiram à derrota da guerra-fria, ao reforço do socialismo, à derrota dos impérios coloniais, à afirmação do poder dos sindicatos, ao alargamento da influência dos partidos comunistas e operários, ao aggiornamento do Vaticano II, e à afirmação dos direitos das mulheres, e a tantas outras conquistas sociais, políticas e culturais deste século.

O mundo viveu de modo muito veloz o desabar de algumas realidades identificáveis com a esquerda e com sociedades mais igualitárias, generosas e solidárias.

Vários ideólogos do capitalismo «reinventam» o chamado conceito de «modernidade» para, segundo eles, suplantar o conceito de esquerda ou de direita e afirmar o capitalismo como eterno. Pelo impacte da luta das ideias na camada intelectual, pelas suas aptidões, os intelectuais estão no centro desta disputa ideológica. Hoje, em vez de os fustigar, o Poder pisca-lhes o olho. Acena-lhes com poderes, audiência e benfeitorias, desde que como no poema de Vinicius de Moraes deixem de dizer não e passem a dizer sim.

E os que passam a dizer sim deixando o não ganham fama e proveito. Do alto do Poder as sereias maviosamente entoam o seu canto irresistível para muitos neste tempo de apostasia.

Face aos valores dominantes, ao mercantilismo reinante, quem não vender a alma ficará seguramente senhor dos seus ideais, mas não estará no Reino dos holofotes, dos colunáveis, dos que sabem fazer, pela vidinha.

É difícil resistir-lhes. Esta é uma sociedade em que os cidadãos se confrontam, num mundo com estrelas, com o mais apagado anónimo, com a mais vil indiferença, uma sociedade para os «fortes», para os homens de sucesso numa democracia de sucesso à portuguesa.

Admite-se hoje com mais realismo o exercício de Ulisses. Apesar de ser quem era fez-se amarrar no alto do mastro do seu navio para não ser arrastado e seduzido pelas sereias. Seguindo o exemplo de Ulisses, os homens e as mulheres de esquerda seguram-se também nos mastros das convicções e das causas que séculos após séculos animaram Platão, os utopistas do Renascimento, os socialistas utópicos, os ideólogos da revolução francesa, Marx, Engels, Lênine, Gramsci, Che Guevara e tantos outros.

Não foi em vão que homens e mulheres com ideais fortes pagaram muitas vezes com a própria vida o preço das suas convicções tornaram-se gigantes mostrando que a vida e as ideias são em última instância inseparáveis. Que pode haver de mais bonito que ter um ideal justo?

Bem pode gente de esquerda passar para a direita, que a História dos ideais não nasce e morre com estas passagens.

Entre a caminhada do deserto resistindo à ofensiva publicitária, aos malogros conjunturais das causas pelas quais há tanto se luta, e a promoção social promovida pelo poder abandonando o sonho, cada um escolherá em função da força das suas convicções.

Haverá sempre quem pense ser útil vender a alma e talvez até seja em termos de rentabilidade financeira. Talvez se prospere. Talvez as sereias tenham coisas e artes altamente sedutoras. Talvez. Mas também é verdade que quem deixou de ser para passar a ter, deixou de ser.

Este tempo sendo um tempo de apostasia é também um tempo de refazer, de reconstruir, de procurar respostas, soluções e alternativas de esquerda e socialistas. É um tempo de fervilhar de inquietações, de dúvidas sempre no caminho das grandes causas que os intelectuais abraçaram.

É neste tempo de tanta coisa destroçada, que fazem falta valores e convicções para que elas tenham na História e peso que merecem.

Caminhamos para um mundo em que o homem é o lobo do homem, no dizer de Hobbes, ou para o reencontro das estradas que nos levam à justiça, à liberdade, à paz e ao progresso social, ou socialismo?

A crise da civilização e dos sistemas é funda, mas acaso existindo crise é nosso dever rendermos-nos a ela, ou tentar encontrar alternativas por mais difíceis que elas sejam?

Os homens e as mulheres de convicções e de ideais bater-se-ão por eles; não se renderão ao poder por muito que as sereias entoem a sua música de perdição.

Este artigo, da autoria do camarada Domingos Lopes, membro do Comité Central, foi recusado pelo semanário «Expresso» de que o autor era colaborador na coluna de opinião.

Os leitores lerão e ajuizarão dos eventuais motivos da recusa.

Toxicoddependência e tráfico de drogas

-O agravamento da situação da toxicoddependência e do tráfico de drogas em Portugal, a ineficácia da resposta governamental e a política necessária para combater este flagelo foram os temas de uma conferência de imprensa do PCP onde estiveram os deputados António Filipe e Luís Peixoto e o colaborador do Comité Central do PCP, Carlos Gonçalves, segunda-feira passada, dias depois de o Governo ter anunciado uma iniciativa legislativa sobre a matéria. Aos jornalistas foi entregue documentação sobre o debate promovido pelo Partido em Maio último sobre a toxicoddependência e o narcotráfico no nosso país e lida a declaração que transcrevemos:

1 - Causa preocupação crescente verificar que os problemas da toxicoddependência e do tráfico de drogas assumem uma dimensão cada mais alarmante em Portugal.

A gravidade desta situação impõe a adopção de medidas enérgicas para o seu combate e exige uma conjugação de esforços para uma maior sensibilização pública e um maior apoio institucional no combate à droga, de que ninguém pode responsabilmente alhear-se.

Pela sua parte, o PCP tem vindo a intervir crescentemente sobre esta matéria, contribuindo com a sua reflexão, iniciativas e propostas (inclusivamente na Assembleia da República) para a conjugação de esforços que é absolutamente indispensável.

Muito recentemente, o Governo anunciou a adopção de novas medidas de natureza legislativa, no âmbito do combate à droga.

Importa neste momento proceder a uma avaliação destas anunciadas medidas, considerando o seu significado, os seus efeitos concretos e a sua previsível eficácia, no confronto com a dimensão real que os flagelos sociais da toxicoddependência e do tráfico de drogas assumem entre nós.

2 - De há anos a esta parte, todos os índices de consumo e tráfico de drogas em Portugal dispararam em flecha.

Não há estatísticas oficiais fiáveis, entretanto, têm sido adelantadas estimativas que apontam para a existência de mais de 120 000 toxicoddependentes em Portugal.

Em 1992, o número de mortos por causas directas de droga atingiu um nível muito preocupante. Em média, morre mais que um jovem por dia.

Por outro lado, cálculos recentes prevêem a passagem pelo país durante o ano de 1992, de 1000 Kg de heroína, 20 toneladas de cocaína e 100 toneladas de haxixe e o consumo interno de 10 a 20% destes totais, num valor comercial estimável em 300 ou 400 milhões de contos. Outros números, e neste caso oficiais: as condenações de traficantes multiplicaram por 5, em 5 anos; em 10 anos os processos de tráfico multiplicaram por 8; a heroína apreendida multiplicou por 62 e a cocaína por 226. Tais dados, segundo a avaliação de peritos, mais que a eficácia das medidas tomadas, traduzem o crescimento brutal do tráfico de drogas.

Por outro lado, há razões para temer que à bolcica de inconfessáveis processos de investimento especulativos ou de alienação de empresas nacionalizadas, têm sido "lavadas" no nosso país importantes somas de capitais oriundos do tráfico de drogas. Pelo que se vai conhecendo, tudo indica que, aqui também, o submundo do tráfico de droga se toca com o mundo dos grandes negócios.

Por outro lado, de há anos a esta parte impera, no que se refere à toxicoddependência e ao narcotráfico, como que um manto de silêncio que dificilmente se rasga e só esporadicamente deixa antever a realidade.

Oficialmente, não se divulgam estatísticas de mortes, nem dados numéricos de toxicoddependentes. Os números conhecidos são revelados num círculo quase fechado, não se alerta a opinião pública, não se confronta a sociedade com as suas próprias chagas, não se mobiliza nem consciencializa para os perigos e a necessidade de os enfrentar.

Mas a realidade é cada vez mais dramática. Nem as estatísticas, nem as projecções, nem os números e quantias, nem os mais elaborados raciocínios políticos são capazes de a traduzir.

O flagelo abate-se sobre a juventude, a tragédia ronda muitas dezenas de milhares de famílias.

O roubo, o crime, a prisão, a hepatite, a SIDA, a morte por síndrome de abstinência, por acidentes, por suicídio ou por overdose, a degradação humana, as vidas destruídas, eis as chagas profundas que o flagelo da droga alimenta na nossa sociedade.

3 - A esta situação, a todos os títulos dramática, junta-se a ineficácia da resposta governamental perante estes graves problemas. Não se questiona a competência técnica e o sério empenhamento de quem trabalha nos diversos serviços e sectores relacionados com o combate à droga. Crítica-se, sim, a falta de vontade política, a ineficácia da acção do Governo, as opções erradas da sua política, a desproporção existente entre a dimensão impressionante dos fenómenos do consumo e tráfico de drogas e os meios impressionantemente escassos que são mobilizados para lhe fazer frente.

Bastará lembrar que a constante mudança e a sobreposição de superestruturas de combate à droga não têm implicado alterações de política ou nos meios de combate. Que o "Projecto Vida" terá, em 1993, um orçamento

global de 380 mil contos. Que, em todo o país, só existem 10 centros públicos de apoio a toxicoddependentes e que a capacidade das instituições públicas com unidades de internamento não ultrapassa no seu conjunto as 50 camas, criando uma situação dramática a dezenas de milhares de famílias, que ou não têm alternativa de tratamento para os seus familiares, ou são empurradas para o escandaloso negócio que caracteriza algumas instituições privadas nesta matéria. Que as Forças de Segurança não estão devidamente preparadas, nem equipadas, nem coordenadas para a repressão ao tráfico de drogas e de capitais oriundos da droga.

Que o país continua à espera de hipotéticas verbas comunitárias para reforço da sua fronteira externa, nada de efectivamente novo se fazendo, na chamada reestruturação das Forças de Segurança, para dificultar o cada vez mais vasto, chocante e dramático tráfico interno.

4 - No momento em que na Assembleia da República se debate a proposta do Governo de Orçamento de Estado para 1993, cumpre registar que as dotações orçamentais destinadas, quer ao funcionamento do "Projecto Vida", quer aos demais serviços, designadamente dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Administração Interna, com atribuições nos vários domínios relacionados com o combate ao tráfico e ao consumo de drogas,

«Não há estatísticas oficiais fiáveis; entretanto, têm sido adelantadas estimativas que apontam para a existência de mais de 120 000 toxicoddependentes em Portugal. Em 1992, o número de mortos por causas directas de droga atingiu um nível muito preocupante. Em média, morre mais que um jovem por dia.»

não permitem vislumbrar qualquer alteração significativa no panorama de profunda insuficiência das medidas que, a esse nível, têm sido tomadas até à data.

5 - Neste quadro de ausência de um investimento sério no combate à droga, o Governo anuncia com forte aparato mediático a adopção de novas medidas.

A revisão do regime legal do combate à droga e a reformulação do "Projecto Vida".

Importa lembrar que a nova legislação agora aprovada em Conselho de Ministros decorre obrigatoriamente da Autorização Legislativa que a Assembleia da República aprovou em Julho passado, com o objectivo de adaptar e legislação nacional de combate à droga à Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas que, tendo sido adaptada pela ONU em 1988, chega a Portugal com inexplicável atraso.

Na mesma data, a maioria PSD recusou liminarmente diversas iniciativas do PCP, nomeadamente um Projecto de Lei que propunha a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicoddependentes e a proposta de realização de uma Audiência Parlamentar sobre a coordenação das Forças de Segurança no combate ao narcotráfico.

As razões adelantadas pelo PSD para recusar as propostas do PCP basearam-se no autoproclamado sucesso das medidas tomadas no âmbito do "Projecto Vida". Sucesso que as medidas agora tomadas de reformulação desse "Projecto" publicamente desmentem.

É significativo que, ao mesmo tempo que exprime publicamente a sua insatisfação em relação aos resultados concretos do "Projecto Vida", o Governo continue a optar pela adopção de medidas de cosmética, em vez de investir os meios humanos, materiais e financeiros, indispensáveis para garantir uma capacidade de resposta minimamente satisfatória no âmbito do combate à droga.

A forma como foi concebida e executada a reformulação, que consiste em substituir o coordenador do "Projecto Vida" por um Alto Comissário e em "criar" órgãos que já existiam, constitui em si mesmo o reconhecimento do fracasso da política antidroga do Governo, deita por terra toda a anterior argumentação do PSD e surge como a repetição requeitada dum processo conhecido: a aposta



«A forma como foi concebida e executada a reformulação, que consiste em substituir o coordenador do "Projecto Vida" por um Alto Comissário e em "criar" órgãos que já existiam, constitui em si mesmo o reconhecimento do fracasso da política antidroga do Governo, deita por terra toda a anterior argumentação do PSD e surge como a repetição requeitada dum processo conhecido: a aposta exclusiva na produção mediática e a alteração dos responsáveis para não tocar no essencial - os meios, a coordenação, a eficácia e a efectiva vontade política de enfrentar os problemas»

exclusiva na produção mediática e a alteração dos responsáveis para não tocar no essencial - os meios, a coordenação, a eficácia e a efectiva vontade política de enfrentar os problemas.

A falta de alcance de tais medidas e a ausência de vontade política para enfrentar estes problemas estão bem expressas nas afirmações do ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, segundo as quais o problema não residia na falta de verbas.

6 - O PCP, consciente da extrema gravidade que assume, na sociedade portuguesa, os fenómenos de toxicoddependência e narcotráfico, adelantou propostas e iniciativas e, em debate sobre esta matéria, formulou desenvolvidamente uma política para lhes fazer frente. O PCP considera essenciais para uma estratégia global de combate ao narcotráfico:

1º - Uma política que não acentue e elimine as causas sociais das vulnerabilidades que conduzem à toxicoddependência.

2º - O reforço da prevenção primária, designadamente a nível das escolas, centros de formação profissional e locais de trabalho.

3º - A garantia de atendimento, tratamento e reinserção social para os toxicoddependentes.

4º - A consideração, no âmbito da legislação processual penal do sentido preventivo da penalização do mero consumo de drogas, encorajando as soluções de tratamento voluntário de toxicoddependentes.

5º - A coordenação global das acções de prevenção de toxicoddependência e combate ao tráfico de drogas e aos dinheiros da droga.

6º - A coordenação global das acções de prevenção da toxicoddependência e combate ao narcotráfico, com a participação activa da sociedade.

7º - A opção por uma política internacional que pressione a Comunidade Europeia a alterar a situação de troca desigual que se verifica no comércio mundial, no sentido de permitir o desenvolvimento dos países do "Terceiro Mundo" produtores de drogas, e o efectivo apoio à substituição dessas produções.

7 - O PCP, consciente da necessidade de, urgentemente, serem tomadas medidas concretas que alterem os aspectos mais graves da situação actual do combate à droga e à toxicoddependência, anuncia as seguintes propostas para concretização imediata:

1 - No debate que proximamente se realizará na Assembleia da República em torno do Orçamento do Estado para 1993, o Grupo Parlamentar do PCP irá propor a inscrição de uma dotação própria do Orçamento de investimento, destinada à construção de novos Centros de Atendimento de Toxicoddependentes e de novas Comunidades Terapêuticas.

2 - Face à gravíssima carência de meios públicos e acessíveis para o tratamento e reinserção de toxicoddependentes, traduzida na existência de cerca de 50 camas para um universo de dezenas de milhares de toxicoddependentes, o PCP propõe-se desde já apresentar uma iniciativa legislativa que consagre a criação de uma "Rede Pública de Centros de Atendimento, Tratamento e Reinserção Social de Toxicoddependentes", que cubra de forma equilibrada e suficiente as mais prementes necessidades do país neste domínio.

3 - O PCP propõe também, no imediato, a realização de um debate na Assembleia da República destinado a proceder à análise e avaliação da situação actual do nosso país a nível do consumo e tráfico de drogas, bem como das medidas adequadas para fazer frente a estes flagelos sociais.

Lisboa, 16 de Novembro de 1992

O Grupo de Trabalho do PCP para os Problemas da Toxicoddependência e Narcotráfico

VI Conferência Nacional do MURPI

Uma vida à espera de uma vida digna

Num país onde uma centena de pessoas possui fortunas pessoais superiores a três milhões de contos, mais de meio milhão vive com pensões inferiores a 15 mil escudos por mês: «a situação económica e social da esmagadora maioria dos pensionistas, reformados e idosos é marcadamente degradante, forçados a viver com pensões de extrema pobreza, mesmo abaixo dos limites de subsistência». A denúncia foi novamente feita pelo MURPI - Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos e consta do seu caderno reivindicativo para 1993 aprovado na sexta Conferência Nacional daquele movimento realizada há algumas semanas, tal como o «Avante!» noticiou.

De facto, e segundo dados adiantados pelo MURPI, um milhão e 800 mil reformados e pensionistas são obrigados a viver com pensões muito inferiores ao salário mínimo nacional, estando 750 mil pensionistas a receber 22 mil e 800 escudos por mês, 550 mil recebem 16 mil e 300 escudos e 500 mil sobrevivem com pensões que não ultrapassam os 14 mil e 600 escudos.

Entre as reivindicações prioritárias do movimento está precisamente a passagem dos montantes das pensões dos diversos regimes para montantes não inferiores a 80 por cento aos correspondentes salários mínimos, enquanto para as restantes o MURPI quer um aumento de seis mil escudos, com efeitos a contar a partir de 1 de Dezembro.

Aliás, o conjunto de reivindicações aprovadas pelo MURPI como sendo as «prioritárias» para o próximo ano de 1993, espelham de forma clara quais as maiores preocupações que neste momento afectam os reformados portugueses: o baixo valor das pensões, a degradação dos serviços públicos de saúde e a necessidade de dar voz a um movimento que verdadeiramente represente as aspirações dos reformados.

Reformados pagam mais pela saúde

As reivindicações dos reformados surgem pouco depois de o Conselho de Ministros ter aprovado novos valores para pensões e reformas, que o MURPI considera serem ainda de nível extraordinariamente baixo e que contrariam anteriores promessas de aproximação ao valor do salário mínimo nacional, aprofundando o fosso existente entre os diversos regimes de pensões.

Entre as reivindicações do MURPI conta-se, assim, a fixação do aumento das pensões, anualmente, em valores mínimos nunca inferiores à taxa de inflação, o aumento do valor do suplemento de Grande Invalidez para um montante não inferior ao valor da pensão social, a supressão das taxas moderadoras, o apoio médico domiciliário a pessoas idosas, inválidas e acamadas retidas no lar e ainda a gratuitidade de medicamentos e próteses, ortóteses, lentes, óculos, placas dentárias, meios complementares de diagnóstico e análises, desde que oficialmente receitados pelos serviços médicos.

A este respeito a Conferência do MURPI analisaria com preocupação a situação dos inválidos por acidente de trabalho, doença profissional ou doença grave.

A solução pretendida para os casos dos acidentes de trabalho é a atribuição da totalidade do salário efectivo que o trabalhador usufrua no acto do acidente e ao passar à reforma, sendo o valor da pensão, em qualquer caso, nunca inferior ao salário mínimo nacional.

Preocupações com a desarticulação do Serviço Nacional de Saúde e a situação a chegar a um ponto em que os utentes estão a ser colocados perante a necessidade de pagar na íntegra as radiografias e outros meios complementares de diagnóstico por falta de pagamento do Estado aos laboratórios que efectuem esses serviços, foram igualmente manifestadas nesta Conferência do MURPI.

Das principais reivindicações saídas desta Conferência Nacional do MURPI conta-se também a aplicação de um eficiente Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito apoiado em serviços de geriatria, a fixação da renda de casa tendo em conta o rendimento do agregado familiar e a aplicação de descontos de cinco por cento no preço dos transportes colectivos sem restrições de utilização.

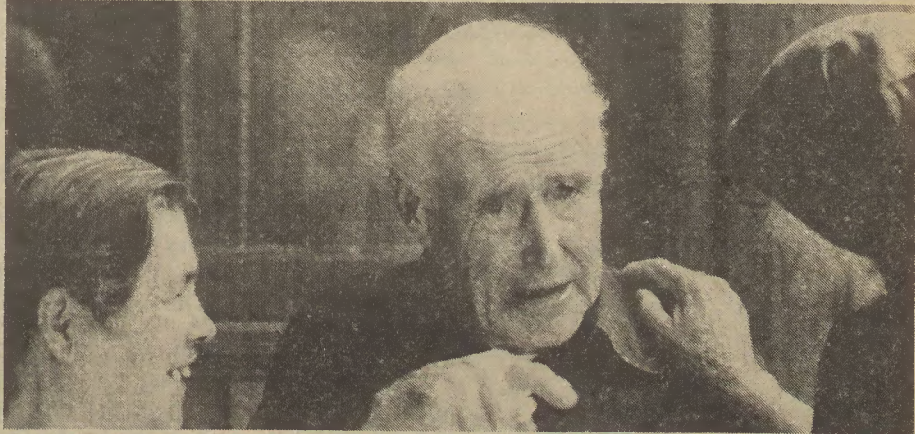
Ter uma voz que os represente

O movimento exigiu o estatuto de parceiro social, tempo de antena na rádio e na televisão e a participação em todas as estruturas oficiais cuja actividade diga respeito aos idosos: «não poderemos continuar a ser discriminados e ignorados pelos responsáveis governamentais e outros órgãos do poder, bem como pela comunicação social, com destaque para a televisão» afirma-se numa moção aprovada pela Conferência.

O MURPI tem desenvolvido intensa actividade reivindicativa junto dos órgãos de soberania à Presidência da República, partidos políticos, grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e em defesa dos interesses dos reformados, um universo que hoje constitui mais de dois milhões e 300 mil indivíduos.

No Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, estiveram reunidos 450 delegados, em representação de 145 organizações de reformados, pensionistas e idosos, e ainda mil e 500 convidados e a presença de três mil reformados. «Na luta com o MURPI, os reformados podem viver melhor» foi um dos lemas da sexta Conferência Nacional desta organização, realizada sábado passado.

Esta conferência fez igualmente o balanço do trabalho do MURPI desde a V Conferência Nacional, realizada em 1987. O MURPI representa milhares de reformados, pensionistas e idosos organizados em centenas de Associações e Comissões espalhadas pelos vários distritos do País.



Há dois milhões e 300 mil reformados em Portugal. Destes, mais de um milhão e meio recebem pensões inferiores ao salário mínimo

A Educação em luta

A manifestação dos estudantes universitários contra o aumento das propinas marcada para ontem e a greve dos professores na passada sexta-feira conjuntamente a toda a função pública, motivaram a Comissão Nacional de Professores do PCP a emitir, no passado dia 11, um comunicado onde se faz um levantamento geral das razões que estão na base destas lutas e se apela ao reforço da unidade da classe docente e ao prosseguimento da sua luta:

«Face à profunda crise a que a política do PSD vem conduzindo desde há treze anos o sistema educativo, uma vasta e massiva frente de intervenção e de luta está em movimento.

«É a vaga estudantil contra o aumento das propinas no ensino superior público, contra o "protocolo social" laranja, pela melhoria significativa da acção social escolar e das condições do ensino, que varre o País com reuniões gerais de alunos, plenários, referendos, greves, manifestações e outras formas de protesto, e que irá convergir, como está publicamente anunciado, em manifestação nacional para a Assembleia da República no próximo dia 18.

«São as tomadas de posição adoptadas pelos senados universitários de Coimbra e de Lisboa (Técnica) e pelas assembleias de representantes de muitas escolas do ensino superior público no sentido de não ser aplicado o aumento das propinas e de protesto contra o estrangulamento financeiro das universidades, a que nos últimos dias se vem acrescentando a denúncia e a reprovação generalizadas do "protocolo social".

«É a luta dos professores - que assume no dia 13 a forma de greve nacional - e em que aos objectivos comuns

a toda a função pública, de luta contra os planos do Governo de redução salarial e de instabilização do emprego, se somam os objectivos específicos relativos às carreiras docentes, à reivindicação de condições de trabalho e, em particular, às condições para a concretização de uma verdadeira reforma educativa democrática.

«É o protesto contra o corte brutal de 34 milhões de contos nas verbas para a educação prevista na proposta de Orçamento do Estado para 1993, o que se irá

traduzir no aprofundamento de carências básicas existentes em muitos estabelecimentos do ensino, no despedimento de muitos milhares de professores e de outros funcionários das escolas, e no agravamento geral dos problemas da qualidade do ensino público.

«São as associações de pais, reclamando do Ministério da Educação a resolução de inadiáveis problemas concretos com que muitas escolas e os seus alunos estão confrontados, designadamente no que respeita à degradação e falta de instalações, à sobrelotação de escolas e turmas, aos problemas de segurança, à falta de pessoal auxiliar e às carências no domínio da acção social escolar.

«É a intervenção, também, de muitas autarquias locais, que dirigem os seus protestos contra os planos do Governo lhes atribuir mais responsabilidades no domínio da estrutura escolar sem as correspondentes e indispensáveis dotações orçamentais.

«A convergência numa vasta frente com dinâmicas e objectivos próprios, das lutas dos estudantes, dos professores, dos pais, da intervenção das autarquias locais e de um crescente movimento da opinião pública, mostra que os diversos intervenientes no processo educativo se estão

a unir contra a política educativa do Governo do PSD e pelo cumprimento dos objectivos e o respeito pelos princípios e valores da política educativa democrática consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

«Ao mesmo tempo que sublinha a importância do conjunto das lutas em curso na área da educação e da sua convergência, a Comissão Nacional de Professores do PCP chama a atenção para o particular papel que a mobilização e a intervenção massivas dos professores são chamadas a desempenhar nas próximas semanas.

«Anotando como principais reivindicações dos professores, a luta contra a redução dos salários reais que o Governo quer impor, por uma revisão remuneratória justa para 1993; contra a instabilidade e o desemprego, pela estabilidade e a dignificação da carreira profissional e por uma formação de qualidade para os professores; contra o clima de intimidação e de medo que o Governo procura generalizar e pela defesa dos direitos sindicais; contra o modelo de gestão antidemocrática e pela defesa da gestão democrática das escolas; contra os cortes brutais nas verbas para a educação, pela defesa e expansão da escola pública e por um Orçamento que contrarie a degradação da qualidade do ensino e permita a concretização da Reforma Educativa; contra o estrangulamento financeiro do ensino superior público e contra o "protocolo social" laranja, pela defesa da qualidade do ensino e da autonomia universitária; - a Comissão Nacional de Professores do PCP manifesta à classe docente o seu inteiro apoio e solidariedade e dirige-lhe o apelo para o reforço da sua unidade e o prosseguimento da sua justa luta».



BENTO GONÇALVES

(I)

1902 - 1942 - 1992

Não há motivo para nos ruborizarmos ante a história do nosso passado, nem para apoucar os que a elaboraram e ainda hoje se mantêm firmes à causa do proletariado. A par dos nossos erros e defeitos - alguns deles comuns a todos os partidos comunistas e outros bem característicos nossos -, muito labor positivo e verdadeiramente abnegado preenche essa mesma história.

BENTO GONÇALVES - "Duas Palavras"

O homem que nos legou tal juízo nasceu há noventa anos, nas serranias transmontanas do Barroso, em Santo André de Fiães do Rio.

Corria o ano de 1902 quando, a 2 de Março, os caseiros da Morgada de Fiães viram aumentada a sua prole com mais um rapaz que, volvida uma semana, baptizariam de Bento António Gonçalves.

Cedo se finou a mãe e efémera foi a infância do miúdo ruivo e sardento nas terras de Montalegre. Era ainda uma criança quando, com o pai e seus dois irmãos, rumou à capital onde foram acolhidos em casa de conterrâneos, na Calçada do Ferragial.

Em Lisboa, Bento fez a escola primária e pouco tempo após entraria no mundo do trabalho, mais precisamente em 1915 - o primeiro ano do "operário em construção" - cuja vida ficaria para sempre ligada à luta heróica da sua classe e cujo nome é inseparável do processo de transformação do PCP num autêntico partido marxista-leninista.

Torneando madeira numa oficina do bairro da Sé, viveu uma adolescência difícil, feita de trabalho duro, onde apesar de tudo nos é fácil imaginar Bento, entregue ao seu labor manual, mas com o cérebro livre para sonhar os mais dilatados vãos no espaço fabril do seu tempo.

Foi dando asas a estes sonhos que, com apenas 16 anos, assume uma opção profissional e decide passar a torneiro mecânico, entrando pouco depois como aprendiz para o velho Arsenal da Marinha, em Outubro de 1919. Simultaneamente, com o ar senalista, frequenta à noite a Escola Industrial Afonso Domingues, em Xabregas, buscando conhecimentos e capacidades que aumentassem a qualificação e competência profissional, que não tardaria a ser-lhe reconhecida.

Chegado à maioridade, Bento Gonçalves é incorporado no exército em 16 de Junho de 1922 e no ano seguinte, aproveita o serviço militar para frequentar o Curso Elementar de Pilotagem na Escola Auxiliar de Marinha. A 1 de Janeiro de 1924 é transferido para o Depósito Militar Colonial e, a 30 desse mesmo mês, desembarca em Luanda, iniciando uma outra etapa da sua vida.

A riqueza das novas vivências e a multiplicidade dos fenómenos desencadeados no espaço colonial de Angola permitem-lhe aprofundar juízos acerca do processo de exploração capitalista, com o que Bento Gonçalves vai adquirindo outra espécie de maturidade.

Foram dois anos (1924-1926) de intenso trabalho como torneiro mecânico nas Oficinas Gerais do Caminho-de-Ferro de Luanda e de colaboração activa no movimento sindical da colónia.

Regressado a Portugal em Março de 1926, Bento Gonçalves depara com um panorama político-social tenso, nublado e extremamente convulso. Segundo ele, à época "o fascismo italiano servia de clarim para o novo agrupamento da reacção mundial" (1).

O patronato robustecia a sua União dos Interesses Económicos (UIE), promovia a organização reaccionária da Cruzada Nuno Álvares Pereira e apoiava com entusiasmo os membros do conservantismo intelectual católico, aglutinados no Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), de onde brotaria Oliveira Salazar.

Em simultâneo, os movimentos reivindicativos dos trabalhadores iam perdendo o ímpeto experimen-

tado até 1924. Sucediavam-se as paralisações laborais de resultados efémeros e os insucessos grevistas, fruto de acções desgarradas ou da má ponderação das condições objectivas para se desencadarem, com êxito, formas superiores de luta dos trabalhadores. Em suma, nas amplas massas de assalariados haviam-se instalado a decepção e o desânimo, perante uma Confederação Geral do Trabalho (CGT) em acentuado declínio, consumada que fora a cisão dos partidários da Internacional Sindical Vermelha (ISV).

Por outro lado, procurando tirar vantagem da situação de crise, uma comunicação social maioritariamente enfeudada aos interesses do capital, instilava na opinião pública, dia após dia, a ideia de uma "salvação nacional" alicerçada no derrube do parlamentarismo democrático e, nesse cenário o oportunismo político fazia carreira.

Tudo isso Bento Gonçalves ia observando e registando com natural preocupação, sabendo infelizmente que no seio da própria classe operária, o capitalismo contava com razoável número de esteios, pois a experiência demonstrara-lhe que "as crises são acompanhadas de sinais de degenerescência, de defecção e de confusão política mesmo de alguns dentre aqueles que sempre se disseram apegados à ideologia mais sã" (2).

Foi nesta conjuntura que eclodiu com sucesso o assalto da reacção, em 28 de Maio de 1926, perante o desnorteamento ou apatia das massas trabalhadoras e de um movimento sindical à deriva.

Côncio da gravidade do momento, Bento, reingressando no Arsenal da Marinha, iria dedicar-se por inteiro à construção da unidade dos arsenalistas em torno do seu sindicato, à constituição de uma "comissão de melhoramentos" para defender questões de interesse para os operários e combater frontalmente o divisionismo (alimentado pela direcção fabril) entre pessoal tarefeiro e pessoal do quadro.

Mercê do prestígio granjeado entre os seus companheiros de trabalho, é eleito Secretário-Geral da Comissão Administrativa do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha (SPAM) em 1927. E foi já na qualidade de dirigente sindical que Bento Gonçalves integrou uma delegação de operários que se deslocou à URSS para as comemorações do X Aniversário da Revolução de Outubro.

Tal evento seria decisivo na sua vida, pois marcaria um saltó qualitativo no seu percurso de operário consciente e sindicalista militante.

Dessa evolução nos dá conta Manuel Pilar,

ao revelar-nos: "... era um camarada sem partido... voltou sinceramente admirado da obra que vira e provou praticamente que estava decidido a agir como um comunista e para isso dedicou-se ao estudo profundo do marxismo" (3).

Em consequência, Bento Gonçalves adere ao Partido Comunista Português em 20 de Setembro de 1928 e com ele mais três operários do seu sindicato, constituindo-se uma célula comunista no Arsenal e uma outra do Socorro Vermelho Internacional (SVI).

Remontam a esse período os seus primeiros escritos na imprensa operária sob a Ditadura. Mantendo-se como Secretário-Geral do seu SPAM, Bento torna-se editor e redactor principal de "O Eco do Arsenal", periódico dos arsenalistas onde, a partir do nº 125 de Abril de 1928, se sucedem textos dirigidos ao robustecimento da consciência social dos operários, a par do impulso dado ao funcionamento da Escola e da Biblioteca do Sindicato como meios de elevação da educação infantil e do nível cultural da classe.

Da Conferência de 1929 Ao VII Congresso da IC

Entrara o ano de 1929 e Bento Gonçalves caracteriza a época como: de derrocada dos efectivos e da influência da CGT, de desenvolvimento de ilusórios messianismos



Na Festa do «Avante!» de 1981, na exposição que assinalou os 60 anos do Partido, o torno em que Bento Gonçalves trabalhou

EM FOCO

Nome e alcunha *Bento Antonio Gonçalves* N.º *20*

Estado *Solteiro* Profissão *Jornalista* *Opcional*

Naturalidade *Monte Alegre* Data do nascimento *2-3-1902*

Filiação *Francisco Gonçalves e Juliana Alves* Residência

Outras indicações *Ar.º 2290 Encubiado ao F.º 8 em 12-12-35*

Número do processo de valores ou documentos apreendidos

BIOGRAFIA PRISIONAL

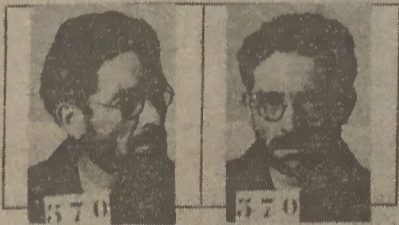
Preso pela S.P.S. em 11-11-35, motivo comunista, dando entrada numa esquadra. Transferido para a cadeia do Aljube em 20-12-35. Transferido para a Fortaleza de S. João Batista em daq. do Heroísmo em 8-1-36. Ligado pelo F.º 8 em altura de 59 cm, tendo sido colocado no penão de aço com o nº 10000. Não foi autorizado a sair da cadeia e na noite de 23-10-35, por causa de uma greve, foi levado para o labor verde em 23-10-35. Em 11-9-36, pelas 19:35 horas o F.º 8 foi levado para o Bloco 108 255)

Sinais particulares *Privo, e ser. Bento.*

Altura *1,65*

Cor *Natural*

Nacionalidade *Portuguesa*



Preso em 11 de Novembro de 1935, «motivo comunista, dando entrada numa esquadra», diz a «biografia prisional» feita pela polícia política



ponente fundamental da resistência antifascista.

Logo em Maio de 1929, ao fundar-se "O Proletário", periódico de orientação marxista, Bento (uma vez mais sob o pseudónimo de Gabriel Baptista) aparece nas suas páginas desferindo sucessivos ataques ao revisionismo e ao reformismo social democrata, denunciando os desvios e traições dos seus mentores, afirmando: "... a ideologia da corrente predominante do socialismo contemporâneo é a ideologia da pequena burguesia cidadina, a qual em virtude dos interesses essenciais da classe que os propaga substitui o princípio da luta de classes pelo da colaboração de classes, já porque é na pequena

al, convidava o Sindicato dos Empregados do Comércio e Indústria bem como a Associação dos Caixeiros para integrarem uma "comissão de operários e patrões" de carácter permanente, cujo objectivo era apenas o limar de arestas entre capital e trabalho.

Perante as vacilações e atitudes dúbias dos sindicatos (reformistas) convidados e a ausência de posição da CGT, o sindicato arsenalista disse NÃO à proposta do governo, sendo secundado pelo delegado dos alfaiates que avançou uma moção defendendo a constituição de uma Comissão dos Sindicatos de Lisboa, à qual aderiram de imediato 14 organizações. Estava assim constituída a CIS, no dia 6 de Março de 1930, e que pelo amplo movimento de adesão a nível do país, rapidamente passaria a Comissão Inter-Sindical Nacional. Lutar contra o desemprego, "PÃO E TRABALHO", eram palavras de ordem mobilizadoras para as vítimas da profunda recessão do capitalismo.

Mobilizar e organizar constituíam as grandes linhas de acção do PCP que, com sucesso, havia conseguido suprir ou anular tendências no seio da classe operária, batendo-se pela unidade sindical e dando corpo: à Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes (FNNT), ao Sindicato Vidreiro da Marinha Grande, à Federação dos Trabalhadores Rurais do Baixo Alentejo e a vários sindicatos nos principais centros industriais do Algarve. Alargara-se o auditório da imprensa operária influenciada pelo Partido, "O Proletário" (que fora fundado no Porto), passa a ser editado em Lisboa (a partir de Julho de 1930), e a FNNT, a 29 de Setembro do mesmo ano, dá à estampa o primeiro número do seu órgão "O Reduto".

Paralelamente, o Partido iniciara a sua estruturação orgânica, regional e local, baseada em pequenos núcleos, enquadrados por células de rua, estando estas aglutinadas em comités de zona dependentes do respectivo Comité Regional. Em 1930 o PCP já enquadrava 130 filiados em Lisboa e alargara a sua acção ao Porto e a Beja.

Contudo, Bento Gonçalves não teria o ensejo de acompanhar este processo por muito mais tempo. A Polícia de Informações (polícia política de então), que há muito lhe farejava os movimentos e o colocara na lista dos "perigosos agitadores", dá-lhe ordem de prisão a 29 de Setembro de 1930, no Arsenal da Marinha, perante uma paralisação operária de solidariedade e protesto dos seus companheiros de trabalho.

A 8 de Outubro do mesmo ano, Bento era encarcerado no Forte de S. Julião da Barra e em seguida embarcado no paquete "Lima" rumo aos Açores, com residência fixa.

No entanto, o fascismo viria, pouco depois, a considerar a lonjura insuficiente, e em 1931 deporta-o para Cabo Verde onde o retém, primeiramente na inóspita ilha do Sal e seguidamente na não menos agreste ilha do Fogo.

Durante o desterro, Bento não assistiria à publicação do primeiro número do "Avante!"; às lutas dos desempregados de 25 de Fevereiro de 1931 e 29 de Fevereiro de 1932; às greves dos operários das construções navais e dos trabalhadores do Porto de Lisboa e dos marítimos de Setúbal, nem acompanharia as manifestações e protestos dos estudantes universitários de Direito e Medicina, que culminariam com a constituição dos Grupos de Defesa Académica.

Em consequência duma amnistia, somente em Fevereiro de 1933, Bento Gonçalves regressaria ao convívio dos seus camaradas e reassumiria o seu posto, ao mesmo tempo que o terrorismo nazi se instalava na cadeira do poder em Berlim.

NOTAS:

- (1) GONÇALVES, Bento - *Duas Palavras*. Edições Cinquentenário PCP, 1971, p. 6
- (2) *Idem*, p. 7
- (3) Carta do camarada João Lucas (Manuel Pilar), membro do CC do PCP, ao Executivo da Internacional Comunista, 1928.
- (4) GONÇALVES, Bento - *Palavras Necessárias*, in "Bento Gonçalves", Porto, Opinião, 1976, p. 112.
- (5) GONÇALVES, Bento - *Contestação de Bento Gonçalves à Secretaria do Tribunal Militar Especial*, in "Bento Gonçalves", Porto, Opinião, 1976, p. 58
- (6) GONÇALVES, Bento - *Escritos (1927-1930)*, Seara Nova, 1976, p. 79.
- (7) *Idem*, p. 105-111.
- (8) *Idem*, p. 97.

Conclui no próximo número

na classe operária, de reforço da Ditadura, de novo agravamento das condições de vida e de um PCP isolado e falho de resposta política à situação concreta.

Urgia despertar e reorganizar o Partido, atacar debilidades ideológicas, romper o casulo onde vegetava minado por tendências e, principalmente, impunha-se alargar a organização dos comunistas às massas trabalhadoras.

A tentativa de reorganização do PCP de José de Sousa e Silvino Ferreira, em Maio de 1927, tinha-se gorado. A que se lhe seguiu, com Augusto Machado (membro do CC, de parceria com Júlio Dinis e Manuel Pilar), não obteve melhor sucesso e, dada a "... exagerada atenção ao problema da teorização dos quadros, na base de publicações leninistas, não se repartiu pelo trabalho de organização. Era a teoria como substituição da prática" (4).

Com o propósito de debaterem e encontrarem uma solução para a crise do Partido, os filiados no PCP, que haviam correspondido ao convite da célula comunista do Arsenal, reuniram-se em "Conferência" na Amadora, na tarde de 21 de Abril de 1929.

Abrindo os trabalhos, Bento Gonçalves expôs as preocupações da maioria dos militantes, salientando: a falta de palavras de ordem para a acção dos comunistas; a situação do Partido que, volvidos oito anos pós-fundação, sobrevivia no país com umas escassas dezenas de filiados, além da inércia e do silêncio de um Comité Central reduzido a dois elementos (Manuel Pilar, presente à Conferência, já se demitira).

Após participado debate, foi unanimemente aceite uma moção que propunha a constituição duma Comissão destinada a tomar o leme do que restava da organização e a conduzir o processo de reconstrução do PCP. Essa Comissão integrava entre outros Gabriel Baptista (pseudónimo de Bento Gonçalves), sob o qual figura como signatário da Acta da Conferência de 1929.

Se nessa altura foi ou não eleito Secretário-Geral do PCP, o documento não o explicita, mas é indubitável que a partir desse momento os seus camaradas e companheiros de luta assim se lhe referem, função essa que seria reconhecida em 1935 pela Internacional Comunista. O próprio Bento Gonçalves viria a declarar publicamente essa condição quando, na contestação à Secretaria do Tribunal Militar Especial, em 1936, afirmou: "Sou dirigente do Partido Comunista Português desde Abril de 1929 e assumo inteira responsabilidade de toda a actividade do meu Partido" (5).

Mercê da sua capacidade organizativa e do dinamismo que imprimia às acções, o Partido Comunista Português, com Bento Gonçalves, ganhou um novo e decisivo impulso como força política, vanguarda da classe operária e como

burguesia ou por entre os indivíduos ao serviço dela, que os partidos socialistas recrutam os seus efectivos" (6).

Também as tendências do anarco-sindicalismo na teoria e na prática lhe mereceram acerda crítica, por desarmarem o movimento operário face às crescentes e poderosas organizações do patronato, colocando o proletariado numa postura de neutralidade e expectativa perante os problemas concretos das crises do capitalismo (7). E nesse sentido, Bento Gonçalves sublinhava a involução do anarco-sindicalismo **quase revolucionário** para o anarco-reformismo.

No entanto, o nosso arsenalista procurava ainda exercer uma acção pedagógica e de esclarecimento político no seio das massas, não se confinando à batalha ideológica nos seus artigos para "O Proletário".

Sabedor do grau de desconhecimento quanto à teoria marxista-leninista entre os trabalhadores e, constatando no dia-a-dia as manipulações de conteúdo que a burguesia difundia sobre o assunto, Bento Gonçalves dedicou particular atenção a esta frente, desmontando as falsificações do leninismo, justapondo-lhes a teoria revolucionária e ilustrando-a com "os fenómenos decisivos da dinâmica social e da posição e papel histórico das massas trabalhadoras em face das modernas condições de sujeição imperialista" (8).

A reconstrução do Partido exigia à Direcção do PCP a vinda a terreiro para combater os detractores do comunismo. Nunca temendo expor-se, Bento não o fazia para animar polémicas de intelectualismo estéril, mas sim para anular a influência ideológica da pequena burguesia no movimento sindical, demonstrando aos trabalhadores o significado da existência de um Partido de vanguarda.

Aliando a teoria à prática, o PCP passou a ter como táctica fundamental a politização crescente das lutas económicas das massas.

A crise do capitalismo (1929-1933) alastrava a mancha do desemprego e a agudização das contradições do sistema havia gerado fome e carências por toda a parte.

Para lhe dar resposta, era imperioso traçar um outro rumo ao movimento sindical, e a experiência colhida no SPAM a partir de 1927 era elucidativa. Desde 1928 que o sindicato dos arsenalistas promovia ou participava em reuniões de delegados de outros sindicatos e associações de trabalhadores da função pública, onde se debatiam questões de horário de trabalho, desemprego e política de assistência social. E, nesse espaço de análise e debate em busca de soluções concretas, o exemplo do SPAM destacava-se como forma modelar, crescendo em prestígio e com ele a influência da corrente sindical vermelha.

Enquanto isso, o Governo, sempre atento à tensão soci-

John Major foi salvo pelos liberais

■ Manoel de Lencastro

A sessão da Câmara dos Comuns que se realizou na quarta-feira, 4, deste mês, foi das mais emocionais e espetaculares dos últimos tempos. Em muito, fez recordar a de 1979 em que, por um voto apenas (o do deputado social-democrata do Ulster, Mr. Fitt, hoje Lord Fitt se consumou o fim do governo trabalhista de James Callaghan. Desta vez, contudo, o governo não caiu. Nem podia cair pois que se houvesse sido derrotado colocaria no dia seguinte a inevitável questão de confiança e, então, os rebeldes do partido governamental, dificilmente se teriam atrevido a votar a extinção do seu próprio governo.

Democracia parlamentar

O que estava em jogo, nos Comuns? Tudo consistia na votação de duas moções sobre Maastricht (a última leitura e votação final do controverso Tratado só terá lugar em Maio de 1993) — uma, dos trabalhistas; a outra, do governo, em que o funcionário Major «notando que na primeira leitura da matéria do Tratado fora o mesmo aprovado por uma maioria de 244 votos, propunha à Câmara a respectiva segunda leitura tendo em conta as intenções do governo dinamarquês e lembrando as decisões de Lisboa e de Birmingham — reconhecendo que a Grã-Bretanha deveria desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento do mercado livre europeu proporcionando acesso ao mesmo a outras democracias europeias».

O ambiente nos Comuns era de profunda inquietação e desconfiança. No fundo, o que John Major pretendia era forçar o seu próprio partido a realinhar-se em apoio à sua própria política (?). Para tal, pegou nesta desnecessária segunda leitura do Tratado mascarando-a com as observações acima referidas e, simplesmente, exigiu o voto. Procurava, claramente, mostrar ao país que as divergências entre os conservadores se haviam apaziguado.

A oposição trabalhista (no seio da qual se contam bastantes deputados favoráveis a Maastricht, em princípio) fizera saber que rejeitaria a moção governamental porque nela outra coisa não via senão a pura e simples manobra visando forçar a unificação do voto conservador. Mas, nos bastidores deste partido desenvolvia-se um drama da mais carregada intensidade. Sabia-se das intenções de voto contrário ao governo por parte de um considerável número dos seus deputados. John Major exigia-lhes a capitulação. Esses membros dos Comuns não aprovam Maastricht. Ressentem-se dos graves e constantes erros dos ministros e estão convencidos da incapacidade pessoal do primeiro-ministro. Não esquecem a humilhante e vergonhosa 4ª feira negra (16 de Setembro último) nem o recuo, em pânico, quando da já célebre questão dos mineiros e pressentem todo um futuro de sombrias e desastrosas perspectivas. Muitos desses deputados «rebeldes» lamentam hoje, publicamente, a vitória do governo nas eleições de Abril deste ano. Não teria sido melhor, afinal, terem-se perdido as eleições e deixar-se a crise económico-social nas mãos dos trabalhistas?

Chantagem nos bastidores

Entretanto, realidades são realidades. Os conservadores estão no governo. O povo acreditou neles, ainda uma vez. Foi nas suas mãos que a crise por eles próprios criada acabou por quedar-se. Agora, com o partido brutalmente dividido, o primeiro-ministro ordenava a disciplina do voto. Para tal, os «whips» (agentes parlamentares encarregados de assegurarem o voto em bloco e sem dissidentes) usaram de todas as formas de persuasões, de intimidações e de chantagens. A deputada Teresa Gorman disse que a classificaram de judas e de traidora e que

ouviu «piadas» de natureza sexual claramente difamatórias. O deputado Bill Walker disse que foi ameaçado de ver divulgados em público certos aspectos da sua vida particular. O deputado por Colchester-Norte, Bernard Jenkins, viu-se sujeito a intoleráveis pressões que o teriam levado às lágrimas depois de saber de certos telefonemas ameaçadores recebidos pela esposa. O deputado Nicholas Winterton queixou-se de haver sido «encostado à parede».

Faltava assegurar o voto do deputado Mr. Carttiss. Feitas as contas, para os «whips» esse voto parecia decisivo. A atmosfera nos Comuns adensava-se. A alguns minutos apenas da realização da votação, o governo contava, para compensar os seus desertores, com os liberais e alguns deputados da Irlanda do Norte. Seriam suficientes esses votos? Ao primeiro-ministro foi segredado que pudesse contar com a derrota. O funcionário Major tremia por fora e por dentro. Trocava e destroçava as pernas. Misturava nos da esquerda os dedos da mão direita. Fazia sorrisos amarelos. Diante de si, toda uma oposição trabalhista que sabia representar como nunca os sentimentos do povo britânico. O destino político do antigo funcionário do Standard & Chartered Bank, Mr. John Major, hoje

çado a assumir compromissos incompatíveis com as razões daqueles que se achavam do seu lado — o primeiro-ministro aceitara adiar a terceira leitura e a última votação sobre Maastricht para tão tarde quanto possível e, certamente, só para depois do novo referendo que se anuncia na Dinamarca. Com o voto de Carttiss no bolso, o governo acabou por vencer a memorável e inquietante batalha parlamentar por 319 votos contra 316. Eclipsara-se a maioria saída das eleições. Nada menos de 26 deputados conservadores haviam votado contra Major enquanto outros 6 se tinham absterido. Quem, no fim de contas, salvara o governo conservador de uma humilhante derrota? Os 18 votos dos liberais e os 2 da Irlanda do Norte. A ter-se produzido o KO do governo, Maastricht morreria uma vez mais, a famigerada questão de confiança teria de ser posta aos Comuns e o Partido Conservador entraria em nova luta pela sua chefia. John Major não convocaria novas eleições mas, mais que certo, ver-se-ia afastado do poder.

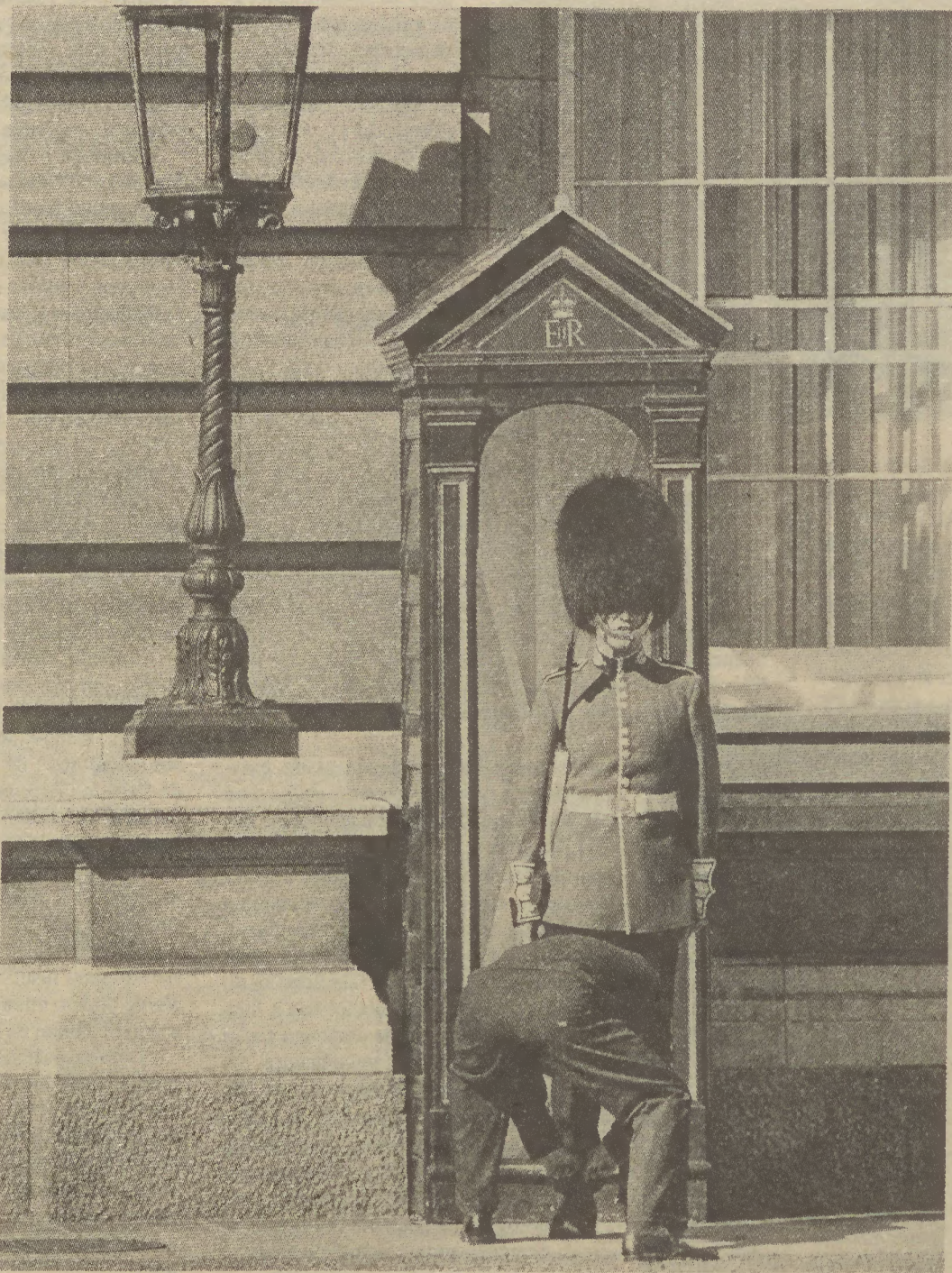
Ultrapassada esta curva difícil na vida do governo britânico, outras se aproximam. Ninguém dá a John Major um só momento de descanso. Com efeito, estão-se vivendo tempos decisivos neste país. Não há governo conservador ou trabalhista que, em nossa opinião, consiga fazer frente a um processo de inevitabilidade histórica que se está desenvolvendo. O que se acha em causa — não é Maastricht, não é John Major, não é o governo ou o partido conservador — é, nem mais nem menos, toda uma concepção de vida dos povos das Ilhas Britânicas tal como tem sido entendida e praticada nos últimos 300 anos; numa palavra: é o capitalismo, e o estilo social que permite a Elton John vender canções no valor de 26 milhões de libras enquanto a maioria esmagadora do povo britânico vive aterrorizada pelo fantasma do desemprego, na perspectiva da mais brutal queda na depressão e do doloroso desfazer de múltiplas ilusões alimentadas por decénios de completa intoxicação cultural e psicológica.

Duas agendas repletas

A agenda da crise britânica prevê, agora, os seguintes grandes momentos: a discussão nos Comuns sobre a Declaração do Chanceler do Tesouro, a 16 e 17 do corrente; a publicação dos limites financeiros para os subsídios do governo central às administrações locais, no fim do mês; a ansiosamente aguardada decisão governamental quanto ao futuro da base naval de Rosyth (Escócia), em fins de Dezembro; a discussão e revisão do inquérito ao encerramento das minas de carvão; a discussão da lei da privatização da «British Rail» (comboios) e a de que prevê o fecho dos hospitais escolares de Londres — tudo em Janeiro.

Observando isto, sofrendo, preparando-se, o movimento da classe operária britânica, que não pode deixar-se arrastar pelas desastrosas ruínas da depressão sem tomar as suas próprias medidas, tem também as suas próprias medidas, tem também a sua agenda: as minas de carvão não fecharão! As fábricas do aço não fecharão! A Ford não realizará mais despedimentos! Os comboios não serão privatizados! Os hospitais não serão encerrados! O povo deste país tem estado a ganhar balanço para atirar-se a todas estas lutas. Veremos.

Felizes, andam os polacos, apesar de a inflação no seu país já ter atingido os 40% — a partir de terça-feira, 10, ascendiam todos à condição de milionários em duplicado visto que passaram a receber salários (os que ainda recebem) em novas notas de 2 milhões de «zloty». Põe-se, todavia, um pequeno problema, infelizmente: cada uma dessas notas valia apenas, ao câmbio de 8 de Novembro, a módica quantia de 18 contos. Mas o que vai um polaco fazer com tão pouco dinheiro (ainda que expresso em milhões) face aos preços assombrosos das coisas que estão nas lojas? Se os sintomas persistem...



primeiro-ministro e o mais incompetente de toda a História deste país, estava no voto dos liberais. Eram dez horas da noite. A Câmara achava-se repleta. A democracia parlamentar, às vezes, também conhece algumas horas de beleza a que vale a pena assistir. O governo ainda era governo, mas o poder fugia-lhe a cada momento. Os Comuns sabem o quanto John Major é o partido conservador se acham desacreditados perante o país. O povo britânico despreza este governo. Intimamente, já lhe passou a certidão de óbito. Só espera a hora da vingança.

Um cheque em branco

Finalmente, os «whips» garantiram o voto favorável do deputado por Great Yarmouth, o referido Michael Carttiss. E então, sorriram. Era o sinal. Mas esse voto arrancou um cheque em branco ao governo que se viu for-

O barão enovelado das telenovelas

Culminando uma «guerra de audiências» cuidadosamente preparada e levada a cabo, durante meses, a propósito do surgimento de novos canais privados de televisão - uma «guerra» cujos contornos cada vez mais se vêm revelando alheios a quaisquer princípios e levando porventura, bem mais cedo do que muito boa gente julgaria, à justa indignação da opinião pública - eis que vimos assistindo nos últimos dias (como se nada de mais importante se passasse no país e no Mundo) a uma escalada sem precedentes, envolvendo desproporcionadas campanhas de promoção, prémios e publicidade, e tendo por base óbvias operações de espionagem e despidorados golpes e contragolpes quanto à estreia simultânea, no Canal 1 e na SIC, de duas telenovelas com origem num potentado da produção televisiva à escala mundial: a Rede Globo de Televisão. Género ficcional televisivo de inegável impacte em grandes camadas do público - não apenas no seu país de origem, o Brasil, como perante realidades culturais, sociais, económicas e políticas tão diversas, como Portugal, a França, ou mesmo, como se vem sabendo, a Rússia e o Japão - a telenovela brasileira representa um modelo de «massificação cultural» que importa estudar e analisar, também como *produto ideológico* que socialmente interfere no quotidiano de milhões de espectadores. Daí o interesse que julgamos despertarão no leitor os excertos, que com a devida vénia aqui publicamos, de «Três ensaios sobre a telenovela», da socióloga Maria Rita Kehl, os quais, embora radicados na específica experiência brasileira, surpreendentemente se apresentam, como importante pista de reflexão, adequados à realidade portuguesa.

A linguagem da telenovela *

Maria Rita Kehl

Porque a sala já não fica mais escura há quase 20 anos, desde que os aparelhos se aperfeiçoaram e começou a ser possível ver a imagem com nitidez, mesmo às claras. Porque a família já não exige silêncio diante do vídeo, e a televisão, já dessacralizada (mas sempre ocupando um lugar no centro das atenções), convive com os barulhos do jantar, do telefone, das crianças. Porque telenovela não é literatura e não exige mergulho, concentração, ruptura com o real imediato. Porque telenovela não é cinema e não solicita do espectador nada além da sua atenção mais superficial, um mínimo da sua inteligência e um investimento emocional seguro. Porque telenovela não é cinema e na sala acesa, entre mastigações, vai-e-vens e zunzuns, marca a continuidade do quotidiano em vez de romper com ele.

Porque telenovela «não tem linguagem»: a redundância e a simplificação das posições de câmara (plano/contraplano; um abuso de *closes* e de planos médios); a casualidade tranquila com que a montagem encadeia as acções com a mesma «naturalidade» com que se passa de uma fofoca a outra num papo de comadres; a ênfase dos actores e da direcção num repertório de expressões exaustivamente descodificadas; a própria naturalidade com que os comerciais se inserem em cenas importantes, construídos com os mesmos recursos de câmara, montagem, expressão dos actores, etc., de modo a que pareçam ter uma relação formal de complementação com a novela; tudo isso cria a impressão de ausência de uma linguagem, de uma construção, na telenovela. E mais: «não tem linguagem» porque seu tempo pouco difere do tempo quotidiano do espectador. Seu desenrolar lento, num dia-a-dia parecido com o do telespectador, oculta a condensação que produz o efeito dramático numa profusão de banalidades domé-

sticas e corriqueiras («tal como na vida», argumentaria *titia* Janete Clair), fazendo da telenovela um aparente encadeamento de acontecimentos. Ao telespectador, contemporâneo do tempo da novela, mesmo que se trate de uma novela «de época», interessa saber a cada dia o que acontece, o que aconteceu; um capítulo perdido pode ser substituído pelo seu resumo sem que nenhuma experiência significativa tenha sido perdida. Tudo o que o espectador pede são informações sobre o que se passou nesse hiato para que possa retomar o fio da sua relação curiosa com aquelas vidas que se desenrolam num ritmo tão parecido com o da sua vida.

E porque a telenovela «não tem linguagem», seus módulos de acção/emoção são intercambiáveis; poderiam ser invertidos, omitidos, remontados noutra ordem desde que mantidas as confusões antes das revelações. Por tudo isso e pelo facto de a televisão ser uma coisinha tão doméstica, tão familiar, tão íntima em nossos lares, a grande sacada dos autores e directores de telenovelas da TV Globo foi a inserção da chamada «realidade brasileira» na novela, o que equivale à inserção da novela na realidade brasileira. Não se trata de um jogo de palavras: é que quanto mais o que se passa no televisor se torna familiar ao público, maior a interferência inconsciente da TV no comportamento deste. Na novela, o realismo do come-



ço dos anos 70 descambou rapidamente para um naturalismo altamente sofisticado quanto às suas possibilidades técnicas de mimetizar as aparências do real. E sendo doméstico e quotidiano, o veículo, extensa no tempo e corriqueira na linguagem a novela, apesar da grotesca dramaticidade temática, passou a ter o efeito não de um corte na experiência quotidiana, e sim de exten-

são dela. Extensão de experiência: aquilo que reproduz a vida tal como estamos acostumados, reproduzindo também a nossa maneira de perceber o real. Assim, por mais absurda, catastrófica, fantástica que seja a trama, o autor de telenovela não perde nunca a cumplicidade com o seu público: basta ele cuidar para que, diante do imponderável, seus personagens não deixem de ser *razoáveis*. Que sejam ideologicamente iguais a nós, e não nos chocarão. O que nos choca nunca são os factos, são as atitudes dos homens diante deles.

(Ressalva: se já no final dos anos 70, prenúncio de abertura política e plena crise económica, Janete Clair ou Gilberto Braga escandalizavam alguns «sectores atrasados da nossa sociedade», isso não invalida o que foi escrito acima. Não é com esses sectores que hoje se busca um novo consenso, um novo pacto ideológico; eles pouco representam enquanto perspectivas de consumo: o Brasil é um país de 70 milhões de jovens...)

Solidão em cadeia *

A urbanização acelerada e o conseqüente desenraizamento do homem do campo, pelos quais o país passou nos anos 60 e 70, exigiram a rápida formação de novos hábitos, uma espécie de «reeducação» de grande parte da população, que procurava se adaptar às exigências e padrões de comportamento das grandes cidades. Em 1950, cerca de 40% da população brasileira morava nas cidades e



60% no campo, proporção que se inverteu em menos de 30 anos para 65% de população urbana contra 35% rural (dados de 1977). A criação de novos hábitos de comportamento e consumo, a incorporação de valores diferentes daqueles adoptados pelas tradições rurais, não são apenas exigências do modo de produção que se impõe modificando pela base a organização da vida. São também necessidades psicológicas desses milhões de desenraizados que invadem as grandes cidades todos os anos. O homem que veio da cidade para o campo e também o homem urbano - atingido pelo crescimento acelerado e as mudanças abruptas no seu meio ambiente - perdem o sentido de permanência e o de pertinência, e se encontram envolvidos por uma profunda solidão. A solidão do homem moderno num país modernizado às pressas e pela metade. Ele não tem mais segurança do seu lugar no mundo, não sabe mais a que pertence nem como pertencer a este meio físico e social tão mutante em que nada permanece, em que os signos que lhe permitiriam reconhecer a sua história são destruídos diariamente.

Sua visão do mundo e sua moral tradicional se tornam obsoletos diante da avalanche de informações e solicitações que recebe, directamente nas ruas da cidade ou através dos meios de comunicação. As relações comunitárias, os vínculos de solidariedade estão desintegrados até mesmo dentro da família. Na cidade ele é mão-de-obra anónima, sem status nem respeitabilidade que

lhe sejam conferidos a partir da sua história individual. Mão-de-obra substituível a cada momento, cabeça sempre em desfasagem com o que lhe parece ser a vidas dos «outros», os bem-sucedidos, os integrados - possivelmente bem menos felizes e integrados do que ele imagina. Some-se a isso a marginalização sofrida pelo homem comum em relação às tomadas de decisão que afectam todas as instâncias da vida, o esfacelamento ou esvaziamento de todas as instituições nas quais ele poderia se ver representado - e teremos um quadro aproximado do que é o sentimento de solidão e impotência do homem urbano, sua angústia diante de um mundo que foge continuamente do seu controle e sua compreensão. A este homem, típico do processo de desenvolvimento económico desde a segunda metade dos anos 60, é dada uma perspectiva de participação, de integração em alguma coisa que lhe parece ser a cultura dominante do seu país, via televisão e via consumo, ou melhor: via desejo de consumo já que, como vimos, o consumo propriamente dito esteve sempre restrito da classe média para cima.

Do ponto de vista das classes que lucram com o crescimento do mercado interno, é preciso «educar esse novo mercado de trabalho e consumo», criar «novos hábitos» para o homem da cidade e do campo, para essa crescente faixa da população recém-integrada no moderno mercado de trabalho e, potencialmente, no de consumo. (...)

A Globo é a grande rede de televisão brasileira. Ao ligar seu aparelho de TV no Globo, o homem brasileiro de que estamos falando coloca a sua solidão em cadeia nacional. A esse brasileiro é dado o consolo da festa Global, entrar em cadeia às oito da noite com os acontecimentos apresentados pelo «Jornal Nacional» ou através do seu envolvimento emocional com a novela do momento. A esse homem, expropriado da sua condição de cidadão digno e de ser político, resta a televisão como encarregada de reintegrá-lo sem dor e sem riscos no lugar «Onde as Coisas Acontecem», e que ele imagina ser a vida da «outra metade» da sociedade brasileira. Esse foi o principal papel que a emissora líder em audiência representou durante duas décadas. Ela fala a esses brasileiros como se falasse deles, sem deixar de acenar para os marginalizados, com a possibilidade de um dia virem a ser como eles. Ela absorve e canaliza as suas aspirações emergentes e, cúmplice, coloca no vídeo a sua imagem e (des)semelhança, capitalizando os seus desejos para o terreno do possível ou do fantasioso - sendo que os limites do possível também é ela quem condiciona subtilmente, impondo, com a força da imagem, padrões de comportamento, de identificação, de julgamento e principalmente um novo padrão estético compatível com a nova fachada de «país em desenvolvimento». (...)

M.R.K.

(*) in *Um País no Ar - História da TV brasileira em três canais 1986 - Editora Brasiliense - São Paulo - Brasil*

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Vampiro volta a atacar

Treme a população no seu retiro pois se diz que o Vampiro volta a atacar. Mentira, diz um sábio à beira-mar.

Se mentem lá, não sei. Mas basta ler o Orçamento do Macedo, a esmo, para logo se ver que entre nós o Vampiro ataca mesmo...

Realidade está contra

Baixou a confiança do empresário. As promessas não passam de um ardid: a construção civil é um calvário...

Lê-se num relatório, por sinal contra o governo, dá pra perceber?... Ah, mas já me esquecia de dizer que tal relatório é oficial...

Cavaco contra si tem sempre alguém. Até os relatórios. E esta, hem?...

Um nome para isto...

Exigiu que ninguém o impedisse o tolhesse, ou o enfrentasse ninguém o chateasse na total governice.

É um iluminado a muitas pilhas. Seu nariz toca os céus. Enviado de Deus para tecer as grandes maravilhas.

(exigiu que ninguém o enfrentasse ninguém o chateasse...)

Pois ninguém contrarie o visionário. Não desdiga ninguém Sua Mercê. Outrora, isto era ser autoritário. Hoje, isto é ser o quê?...

Maastricht

Fico-me a ouvir a discussão tem-tem sobre o ataque germânico no SME. Rombo deflacionista, é o que ele é sem uma fixidez absoluta em termos de sistema de câmbios, sem dó para as moedas fracas, um banzé de planos assimétricos. À ralé velocidade em excesso não convém.

Fala o doutor num para mim chinês. Bem queria eu, ao menos uma vez entender quem tão bem sabe falar

pois na minha simpleza, atento ao perigo sei só dizer, mais uma vez vos digo, que Cavaco nos está a querer levar...

■ IGNOTUS SUM

A pouca vergonha

A «guerra das audiências» entre a RTP e a SIC está a levar ao paroxismo o tradicional desprezo da televisão estatal pelo, ao mesmo tempo, tão lisonjeado «telespectador». O que ocorreu na passada segunda-feira com a antecipação da nova telenovela, decidida à última da hora pelo Canal 1 e atabalhoadamente seguida pela SIC (cujo «conselho de administração» reuniu de urgência para decidir momentoso lance), atingiu o inimaginável. Atónitos, os espectadores do País inteiro nem queriam acreditar: estavam à espera de assistir tranquilamente ao desenlace da história que há quase um ano lhes consome os serões, e eis que lhe iludem a coisa e lhe enfiam uma nova telenovela; ainda o pessoal estava zozno e às apalpadelas no novo território ficcional tão abruptamente imposto, lá vem nova interrupção a colocar perguntas sobre o que acabara de ver, a dar telefones e a prometer viagens ao Brasil; vai daí engata tudo outra vez, a telenovela continua o seu caminho quando o novo aviso aparece, agora sobre a própria emissão e avisando de duas coisas duas! à que já estava encontrado o vencedor do concurso

anterior e que o pessoal se preparasse para o concurso seguinte! Entretanto, a emissão anunciada já estava irremediavelmente comprometida, mas que importância tinha isso? A televisão portuguesa, paga por todos os contribuintes, não é feita para as pessoas à as pessoas é que se têm de moldar a ela. E é se querem umas viagens...

O «patriota»

Jonas Savimbi, numa entrevista delirante à «Voz da América», afirma a dado passo que «o que queremos para o nosso país é que haja paz, tranquilidade e convivência à e não Norte, Sul, Leste, Oeste, mas Angola (...) temos de criar a nação. Isso é o mais importante», para logo a seguir, e sem transição, acrescentar: «Na minha lógica, para evitar a guerra em Angola, temos que ir pelo concreto e pelo realista, mas sozinho não posso. Eu estou aqui com o dr. Valentim, que representa Benguela e o Lobito; estou aqui com Manuvakola, que representa o Huambo; com os que representam o Bié, Moxico e o Cuando-Cubango». Com «sentimentos nacionais» destes, não admira que o líder da UNITA tenha feito o que fez a Angola e ao processo de

paz em que se comprometera. Nem que mais adiante haja confessado (se calhar sem dar conta do que dizia) que «eu só tenho dificuldade com a aceitação das eleições, porque isso não depende de mim». Pois não. Felizmente depende do povo de Angola, como se está a ver.

O «democrata»

Entretanto, tem sido, no mínimo, curioso o quase silêncio dedicado por boa parte dos órgãos da Comunicação Social (com relevo, como sempre, para a televisão) à vitória esmagadora do ex-partido Comunista da Lituânia, actual Partido Trabalhista Democrático, na 2ª volta das eleições legislativas, onde obteve 80 dos 141 lugares do Parlamento. Tal como foi curiosa a reacção do derrotado Vytautas Landsbergis, o homem que conduziu o processo da independência da Lituânia agitando um feroz anticomunismo, que comentou assim, a vitória democrática dos ex-comunistas: «Estamos a regressar ao regime de partido único que existia antes de 1988». Trata-se de um raciocínio «democrático» à Savimbi: afinal o homem só tem dificuldade é em aceitar as eleições... quando as perde.

frases da Semana

«Defrontar-me com Armando Isaac, que não passa de um simples militante, que nem sequer mora no concelho mas em Massamá, apesar de estar ilegalmente inscrito na Buraca, é o mesmo que imaginar o Bill Clinton a concorrer contra um aldeão qualquer.»

☞ (Andrade Neves, presidente da Comissão Concelhia da Amadora do PS, acerca de uma «compra de votos» para as eleições internas do mesmo — «Expresso», 14.11.92)

«A dinâmica do professor Machado Caetano fazia com que ele pensasse uma coisa e quisesse as coisas feitas amanhã. Mas a função pública não se compadece com isso.»

☞ (Rita Damião, presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa — «Público», 14.11.92)

«O ministro não quer reconhecer os factos tal como eles são e tenta agora apresentá-los de uma forma lógica para encobrir a verdade.»

☞ (João Santos Lucas, assessor técnico-científico demissionário do ministro da Saúde — «Público», 16.11.92)

«Assessor? Mas qual assessor?»

☞ (Arlindo Carvalho — «Jornal da Noite — SIC», 15.11.92)

«Estes dois anos em Bruxelas são uma rampa de lançamento.»

☞ (João de Deus Pinheiro — «O Jornal», 13.11.92)

«Deus está sempre acima dos gestos dos homens, sem lhes ser indiferente.»

☞ (Padre Manuel Vilas Boas — «O Jornal», 13.11.92)

«Eu só tenho dificuldades com a aceitação das eleições, porque não depende de mim.»

☞ (Jonas Savimbi — «Voz da América», 15.11.92)

«Nas condições prevalentes, era não só normal como legítimo que a UNITA pressionasse os mediadores internacionais e o próprio MPLA no sentido de encontrar um novo ponto de equilíbrio que lhe permitisse sobreviver politicamente e não só.»

☞ (Manuel Villaverde Cabral — «Diário de Notícias», 16.11.92)

«Maastricht contém, portanto, quanto a nós, mais benefícios do que prejuízos, partindo do lugar onde as coisas estão.»

☞ (Kalidás Barreto, «Público», 13.11.92)

«As noites estão grávidas e ninguém sabe qual será o dia que vai nascer.»

☞ (Provérbio turco, citado por Edgar Morin — «Público», 13.11.92)



Iniciativas preparatórias

• **ABRANTES**
Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de Mação.

• **ÁGUEDA**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia plenária das organizações concelhias de Águeda e Sever do Vouga.

• **ALANDROAL**
Sexta-feira, assembleia da célula da Câmara Municipal - às 17.30, com Raimundo Cabral.

• **ALBERGARIA-A-VELHA**
Sábado, às 21.00, na Esc. Primária do Tribunal, assembleia plenária da organização concelhia.

• **ALCACER DO SAL**
Sábado, às 16.00, na Coop. do Barrancão, assembleia plenária da organização de freguesia de Barrancão e Santa Susana.

• **ALFÂNDEGA DA FÉ**
Sexta-feira, às 21.00, no CT de Alfândega da Fé, assembleia plenária das organizações concelhias de Alfândega da Fé e Mogadouro, com Serafim Brás.

• **ALMADA**
Hoje, às 21.30, assembleia da organização de freguesia do Pragal - no CT; da

célula do Arsenal - às 18.00, no CT da Cova da Piedade; das comissões e camaradas ligados à Comissão Concelhia (Comissão de Centro, de Controle Financ., SIP, Vários) - às 21.00, no CT concelhio. Sexta-feira, às 21.00, no CT de Almada, assembleia da organização de freguesia de Cacilhas; da organização da freguesia de Caparica - no CT do Monte da Caparica, às 21.30. Sábado, às 15.00, assembleia da organização de freguesia de Almada - no CT; da freguesia do Feijó/Chegadinho - no CT do

Feijó; da freguesia de Cova da Piedade - no CT da Cova da Piedade, às 15.00; da freguesia de Trafaria - no CT da Trafaria, às 15.00; da célula da Saúde - no CT concelhio, às 18.00.

• **ALTER DO CHÃO**
Sábado, às 18.00, na Casa do Povo, assembleia plenária da organização concelhia.

• **AMADORA**
Sexta-feira, às 18.30, no CT da Amadora, assembleia plenária da célula dos Cabos de Ávila para debate dos documentos e eleição de delegados, com José Casanova. Sábado: às 15.00, na Junta de Freguesia da Reboleira, assembleia plenária da freguesia da Reboleira para discussão das Teses e eleição de delegados, com Aurélio Santos; da freguesia da Damaia, no CT da Damaia, às 15.00; da freguesia da Venteira, às 15.00, no CT da Amadora; da freguesia da Mina, às 15.00, no CT da Amadora, com Dias Lourenço; da célula da Heska, às 10.00, no CT da Amadora, com Júlio Filipe. Segunda-feira, plenário da Comissão Concelhia para análise dos trabalhos preparatórios do Congresso no concelho - no CT da Amadora, às 21.30.

• **AMARANTE**
Sábado, às 15.00, no CT, assembleia plenária da organização

• **ARRAIÓLOS**
Sexta-feira, às 20.00, assembleia de militantes de Serra; às 21.00, de S. Gregório.

• **BARCELOS**
Sábado, às 15.30, no CT, assembleia plenária da organização concelhia. Com Agostinho Lopes.

• **BARREIRO**
Hoje, às 17.30, no CT concelhio, assembleia da célula dos trabalhadores das Autarquias do concelho. Sábado, às 15.00, no CT concelhio, assembleia plenária da organização de freguesia de Alto do Seixalinho.

Agenda

congresso

PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



• **BENAVENTE**
Sexta-feira, às 21.00, assembleia plenária.

• **BORBA**
Sexta-feira, às 20, no ex-Ciclo, assembleia de militantes.

• **BOTICAS**
Sexta-feira, às 19.00, na sede da JF de Dornelas, assembleia plenária da organização concelhia, com Vasco Paiva.

• **BRAGA**
Sexta-feira, às 21.30, no CT distrital, assembleia plenária da organização concelhia, com Agostinho Lopes.

• **BRAGANÇA**
Segunda-feira, às 21.00, na Casa do Povo de Fontes Transbaceiro (Parâmio), assembleia plenária das organizações concelhias de Vinhais e das freguesias de Parâmio, Espinhosela e Carragosa, com Vítor Martins.

• **CASCAIS**
Hoje, às 15.00, no CT da Parede, reunião da célula dos Reformados, com Romeu do Rosário. No final, agosto. Sexta-

-feira, às 21.00, plenário conjunto dos militantes da freguesia de Cascais e ex-Standard Eléctrica, com Joaquim Judas. Sábado: plenário de militantes da freguesia de Estoril - no CT de Cascais, às 15.30, com Carlos Grilo; da freguesia de Alcabideche - no CT de Alcabideche, às 16.00, com Vidal Pinto; de Linda-a-Velha - CT de Algés, 15.00. Domingo: plenário de militantes de S. Domingos de Rana - no CT de Tires, às 15.30, com José Soeiro; da freguesia de Carcavelos e célula da Legrand (ex-SIPE) - no CT de Carcavelos, às 15.00, com Miguel Urbano Rodrigues (às 13.00, almoço-conívio). Segunda-feira: da Comissão Concelhia de Cascais, às 21.00, no CT de Cascais.

• **CARTAXO**
Sábado, às 21.00, assembleia plenária

• **CASTELO BRANCO**
Sábado, às 15.00, no CT de

do XIV Congresso

Castelo Branco, assembleia plenária conjunta dos concelhos de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova e Sertã.

• **CASTELO DE VIDE**
Sexta-feira, às 21.00, na Casa do Povo de Póvoa e Meadas, assembleia plenária da organização concelhia.

• **COIMBRA**
Hoje, às 19.00, no Centro de Trabalho, reunião do Sector Operário. Sábado, às 21.00, Assembleia plenária das organizações das Freguesias do Norte e Sector Camponês de Coimbra

• **CONSTÂNCIA**
Sexta-feira, às 20.00, assembleia plenária de Santa Margarida.

• **CORUCHE**
Sexta-feira, às 17.30, assembleia plenária da célula dos trabalhadores da Câmara. Sábado, às 21.00, assembleia da organização de freguesia do Couço

• **ELVAS**
Sábado, às 15.00, na Casa do Povo de Barbacena, assembleia plenária da organização concelhia; assembleia de militantes de Ougueta - às 15.00.

• **ENTRONCAMENTO**
Sábado, às 21.00, assembleia plenária.

• **ESTARREJA**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária das organizações concelhias de Estarreja e Murtosa, com Sérgio Teixeira.

• **ESTREMOZ**
Domingo, às 16.00, assembleia

de militantes - no CT.

• **ÉVORA**
Segunda-feira, no CT, às 21.30, assembleia plenária do Sector Intelectual.

• **FAFE**
Domingo, a partir das 9.30, no CT, assembleia da organização concelhia, com Jorge Matos.

• **FARO**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados. Sábado, às 18.00, assembleia plenária dos sectores Serviços, Quadros Técnicos e Mulheres de Faro.

• **FELGUEIRAS**
Sexta-feira, às 21.30, no refeitório dos trabalhadores da CM, assembleia plenária.

• **GONDOMAR**
Assembleias das organizações de freguesia: sexta-feira, às 21.30, Fânzeres (CT local), S. Pedro da Cova (CT), Melres/Lomba, Foz do Sousa. Sábado: Rio Tinto (CT de Rio Tinto - 15.00), S. Cosme (CT de S. Cosme, 21.30). Domingo: Baguim (Junta de Freguesia - 10.00), Melres/Covelo (10.00), Jovim (9.30).

• **GOUEIA**
Domingo, às 15.00, no CT, assembleia plenária das organizações concelhias de Gouveia e Fornos de Algodres. Com Carlos Brito.

• **LISBOA**
Hoje, às 21.30, assembleia do sector da Comunicação Social - no CT Vitória.

Sexta-feira, assembleias das freguesias de

Charneca (CT do Lumiar, 21.30), Ameixoeira e Lumiar (às 15.00, com Clarinda Nogueira); da freguesia de Marvila - às 21.00, na Comissão de Moradores da Zona I de Chelas, com Romeu do Rosário; da célula da CM e EPUL - às 19.00, no CT Vitória; das freguesias de Arroios, Penha de França e S. João - às 21.30, no salão da JF de S. João.

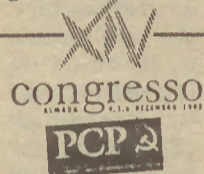
Sábado, plenário das organizações de Alfama, Mouraria/Castelo, Colina da Graça e célula da Voz do Operário - na Voz do Operário - a partir das 14.30, com Euclides Pereira (13.00, almoço-conívio); assembleia das freguesias dos Olivais - às 15.00, na SFUOCO, com Alexandre Teixeira -, de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebast. Pedreira (CT António Serpa, às 15.00, com Júlio Filipe); do Sector Oriental de Empresas - no CT Vitória, às 15.30; da célula Hosp. Santa Maria - CT Vitória, 15.00; I Assembleia da Organização dos Serviços; das freguesias de Sto. Condestável e Campolide - às 15.00, na Esc. Preparat. Manuel da Maia; da freguesia de Alto do Pina - na sede da UPPSS, na Alameda, às 15.00; das células da Autocoop e Táxis - às 15.00, no CT António Serpa.

Segunda-feira, às 18.00, assembleia das células MAC, IPO, Egas Moniz, IHMT, S. Francisco Xavier (Sector Saúde) - às 18.00, no CT Vitória. ➔

Solidariedade com o povo angolano e o MPLA

Amanhã, às 19h
Sessão no Hotel Plaza
(junto ao Parque Mayer)

com
Domingos Lopes
José Casanova



O XIV Congresso no Rossio

Pavilhão de divulgação com exposição e debates

de 23 a 27 de Novembro das 9 às 23h

Inauguração

dia 23, às 17h30, com a presença de Carlos Carvalhas

Debates

dia 24

A Juventude e os problemas da actualidade

Convidada: Sandra Benfica

dia 25

As grandes questões sociais do distrito de Lisboa

Convidado: Jerónimo de Sousa
Moderadora: Paula Henriques

dia 26

A componente cultural da democracia

Convidados: António Durão e José M. Vargas

Moderador: António Modesto Navarro

dia 27

A integração europeia e a independência nacional

Convidado: Joaquim Miranda da Silva
Moderador: José Tavares

Agenda

Terça-feira, às 21.00, assembleia das células Hosp. Júlio de Matos e Miguel Bombarda - no CT Vitória.

Quarta-feira, às 17.00, assembleias das células de Hosp. Capuchos, Curry Cabral, Desterro, Estefânia, Sta. Marta, S. José - no CT Vitória.

• LOURES
Sexta-feira, às 21.00, no CT de S. Julião do Tojal, assembleia de militantes das freguesias de S. Julião, Santo Antão do Tojal e Bucelas, com Carlos Grilo; em Sacavém, debate com Independentes - às 21.30, no CT, com António Abreu; em Moscovide, assembleia de militantes de Moscovide/Portela para eleição de delegados - na Casa da Cultura, às 21.30; em Bobadela, às 21.30, no Clube Bobadense, debate com Jorge Gouveia Monteiro; em Olival Basto, no Centro de Dia da 3ª Idade, às 21.30, I Assembleia da Organização da freguesia, com Abílio Martins. - Sábado, às 14.30, na sede da Assoc. de Moradores, II

Assembleia da Organização de Santo António dos Cavaleiros, que inclui também a eleição da nova Comissão de Freguesia. Participa Jerónimo de Sousa; em Camarate, às 15.00, no CT, assembleia de militantes para eleição de delegados; em Apelação, às 21.00, no CT, assembleia de militantes, com Abílio Martins; assembleia de militantes de Unhos - às 16.00 no Catujal; assembleia plenária de militantes residentes em Sta. Iria da Azóia - no CT.

• LOUSADA
Domingo, às 9.30, assembleia da organização concelhia.

• MANGUALDE
Sexta-feira, às 21.00, na Casa do Povo, assembleia plenária conjunta das organizações concelhias de Mangualde e Penalva do Castelo.

• MARINHA GRANDE
Hoje, às 21.30, assembleia das células Metal, Moldes, Plásticos - no CT

• MATOSINHOS
Sexta-feira, às 21.30, assembleia

plenária de Matosinhos/Guifões (no CT de Matosinhos). Sábado, assembleias plenárias de Custóias (CT Custóias, 15.00) e Leça do Balio (Esc. Primária Monte da Mina, 15.00).

• MÉRTOLA
Domingo, às 10.00, na sala da JF, assembleia plenária da organização concelhia, com José Soeiro.

• MINA DE S. DOMINGOS
Sábado, às 15.00, no Centro Cultural, assembleia plenária da organização. Com José Soeiro.

• MIRANDA DO DOURO
Terça-feira, às 21.00, em Duas Igrejas (casa do camarada José Bernardo), assembleia plenária das organizações concelhias de Miranda do Douro e Vimioso, com Vítor Martins.

• MIRANDELA
Sábado, às 15.00, na sede da Associação Desportiva, Cultural e Social de Carvalhais, assembleia plenária das organizações das freguesias de Carvalhais e Zona Norte do concelho de

salários
impostos
emprego
saúde
segurança social
direitos
segurança pública
educação
ASSIM NÃO!

NOV 18.30
ROSSIO - S. BENTO
MANIFESTAÇÃO
USL CGTP-CIL

Mirandela. Domingo, às 15.00, no CT de Mirandela, assembleia plenária da organização concelhia de Mirandela, com Serafim Brás.

• MOITA
Sábado, às 15, assembleia plenária da organização de freguesia da Baixa da Banheira - no CT; da freguesia da Moita - no CT da Moita às 15.00.

• MONCHIQUE
Sábado, às 19.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• MONTEMOR-O-NOVO
Sábado, às 14.30, na Biblioteca Municipal, assembleia plenária de militantes da cidade, com a participação de Domingos Abrantes.

• MONTEMOR-O-VELHO
Hoje, reunião da organização de Carapinheira - às 21.00, em casa do cam. Mário Galvão. Sábado, assembleia plenária do concelho de

Montemor-o-Velho - no salão nobre da Câmara Municipal, às 21.00, com Edgar Correia.

• MONTIJO
Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de freguesia do Afonsoeiro.

• MOURA
Sexta-feira, assembleia plenária da organização da cidade - com José Soeiro, no CT, às 21.00. Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de Amareleja - no CT local, com José Soeiro.

• NELAS
Sábado, às 15.00, na Granja das Flores (Nelas), assembleia plenária conjunta das organizações concelhias de Carregal do Sal e Nelas.

• PALMELA
Sexta-feira, às 21.30, assembleia da organização de freguesia do Póvoeiro; às 18.30, no CT de Palmela, das células de

empresa do concelho de Palmela.

• PAREDES / Domingo, às 9.30, assembleia plenária conjunta de Vandosa, Gandra, Rebornosa, Baltar, Lordelo e Astromil, em casa do cam. Gaspar.

• PENAFIEL
Sábado, às 15.00, assembleia de militantes.

• PONTE DE SOR
Sábado, no CT, às 20.30, assembleia plenária da organização da cidade.

• PORTALEGRE
Domingo, às 16.00, assembleias de militantes de Ervideira (no salão da Associação de Moradores) e de Tramaga (no Centro de Dia).

• PORTO
Sexta-feira, às 21.30, plenário da célula dos Seguros - CT da Boavista, 21.30. Sábado: assembleia da organização de Campanhã - no CT Barão de S.

Cosme, 15.00; de Cedofeita - CT da Boavista, 15.30; de Paranhos - CT de Paranhos, 21.00; de Ramalde - CT da Boavista, 15.30; do Secor Empresas - CT Boavista. Segunda-feira: do sector Saúde - Ct Boavista, 21.30; dos sectores Quadros Técnicos, Juristas, Comunicação Social, Economistas, Arquitectos e Cultural - CT Boavista, 21.30. • PÓVOA DE VARZIM
Sexta-feira, às 21.45, plenário da organização concelhia. No CT.

• REDONDO
Sexta-feira, às 19.00, no Centro de Convívio de Montoito, assembleia de militantes.

• S. BRÁS DE ALPORTEL
Quarta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
Sábado, às 15.00, na Esc. Primária de Cumeeira, assembleia plenária da organização concelhia, com Fernando Teixeira.

• SANTARÉM
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária de Vale de Santarém. Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização concelhia de Santarém.

• SANTIAGO DO CACÉM
Segunda-feira, às 20.00, assembleia plenária da organização de freguesia de S.

Bartolomeu - no CT, com Conceição Morais.

• SANTO TIRSO
Sexta-feira, às 21.30, assembleia de militantes da Trofa - na Escola de Paranho, 21.30. Sábado: assembleias das organizações de Santo Tirso (15.00, CT de Santo. Tirso) e Aves 21.30).

• SEIA
Sábado, às 15.00, no CT, assembleia plenária da organização concelhia. Com Carlos Brito:

• SEIXAL

Sábado, às 15.00, no CT de Arrentela, assembleia da organização de freguesia de Arrentela e dos trabalhadores da JF; no CT de Corroios, assembleia da organização de freguesia de Corroios e das células dos eleitos e dos trabalhadores da JF - às 15.00. Segunda-feira, às 21.30, no CT de Amora, assembleia das organizações dos Professores, Saúde, Serviços e da célula da Vereação da CM do Seixal.

• SESIMBRA
Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de freguesia de Quinta do Conde - no CT, com Augusto Flor.

• SETÚBAL
Sábado, às 15.00, no CT concelhio, assembleia da célula da Solisnor; no mesmo local, assembleias plenárias das organizações de freguesia de S. Julião

(às 15.00) e de Anunciada (às 16.00).

Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia do sector Vidreiro. Sábado, às 21.30, assembleia da organização de Mulheres - no CT. Terça-feira, no CT, assembleias plenárias dos sectores Reformados e Deficientes (às 17.00), Ordem, Camarnal e Guarda-Nova (às 21.30), Garcia, Escoura e Pilado (às 21.30). Quarta-feira, às 21.30, no CT, assembleia de lugares diversos.

• SINES

Hoje, às 20.30, assembleia da organização local do Casoto - no salão da Comissão de Moradores do Campo; da organização local de Morgavel - às 20.00, na Comissão de Moradores. Sexta-feira, às 17.30, no CT, assembleia da célula dos trabalhadores das Autarquias de Sines. Sábado, às 20.30, assembleia da organização local de Fonte Moura - no Pav. da Comissão de Moradores. Segunda-feira, às 15.30, assembleia da célula dos Pescadores - no CT de Sines.

• SINTRA
Sexta-feira, às 21.30, no CT de Queluz, assembleia de militantes da freguesia, com Rogério de Brito; assembleia de militantes da freguesia de Aqualva-Cacém - no salão da JF, às 21.30, com Jorge Cordeiro; assem-



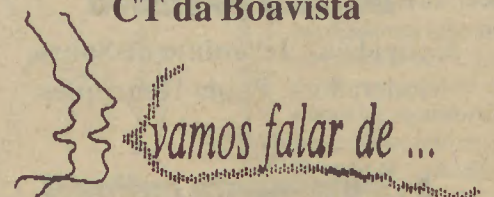
CDU Plenário Regional em Faro

Para fazer um balanço da situação e funcionamento dos diversos órgãos autárquicos da região, apreciar aspectos da política governamental em relação ao Poder Local e definir objectivos para as próximas autárquicas, a Coordenadora Regional da CDU promove no domingo, a partir das 10.00, no Auditório do Instituto da Juventude, um plenário que contará com a presença de Luís Catarino, da ID, e dos camaradas Carlos Luís Figueira e Luís Sá.

Convívio em Famalicão

Enquadrado na Campanha dos 5 Mil Contos para a compra do novo Centro de Trabalho, a Comissão Concelhia de Famalicão organiza um convívio-magusto no próximo sábado, com início às 15.00, no local do novo CT.

Porto CT da Boavista



«Romanceiro do Povo Miúdo»

— crónicas e confissões

Livro de Lino Lima (sob o pseudónimo de José Ricardo) com a participação do autor e de Emílio Peres

5.ª-feira, 19 de Novembro, 21.30 h

Televisão

bleia de militantes da freguesia de Pero Pinheiro - às 21.30, com António Cordeiro e Jaime da Mata. - Sábado, às 15.00, no CT de Rio de Mouro, assembleia de militantes da freguesia, com José Casanova; às 15.30, assembleia de militantes da freguesia de Algueirão-Mem Martins - no CT, com Joaquim Judas; assembleia de militantes das freguesias de S. João das Lampas e Terrugem - às 21.30, no CT de Terrugem, com António Cordeiro; assembleia de militantes da freguesia de Belas - às 15.00, no Centro de Convívio dos Reformados, com Henrique de Sousa.

• SOUSEL
Sábado, às 20.30, assembleia de militantes de Casa Branca - na Casa do Povo.

• TAVIRA
Sexta-feira, às 21.00, assembleia plenária para eleição de delegados.

TORRE DE MONCORVO
Sábado, às 20.00, na Esc. Prim. do Carvalhal, assembleia plenária das organizações concelhias de Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, com Serafim Brás.

• VALONGO
Sexta-feira, às 21.30, assembleia da organização de Alfena/Ermesinde - CT de Ermesinde, 21.30. Sábado: da organização de Campo/Sobrado - CT de Campo, 21.30.

• VENDAS NOVAS
Sexta-feira, às 21.00, no CT, assembleia con-

junta dos sectores Afeiteira, Bombel, Juventude; às 21.00, no salão da JF de Landeira, assembleia de militantes da freguesia.

• VIEIRA DO MINHO
Sábado, assembleia plenária conjunta das organizações concelhias de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto - às 21.30, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Vieira do Minho, com António Lopes.

• VILA DO CONDE
Sábado, às 15.00, assembleia da organização concelhia - no CT.

• VILA FRANCA DE XIRA
Sexta-feira, às 17.15, assembleia da célula da Mague; às 21.30, assembleia da organização de freguesia de Vila Franca de Xira - no CT de Vila Franca, com Vítor Dias; às 21.30, assembleia da organização de freguesia de Vialonga - no CT de Vialonga, com Francisco Lopes; às 14.30, no CT de Póvoa de Santa Iria, assembleia da organização da freguesia, com Marília Vilaverde Cabral; da freguesia de S. João dos Montes - no CT de A-dos-Loucos, às 21.30, com Alexandre Teixeira. Quarta-feira: assembleia plenária da célula da OGMA, às 18, no CT de Alverca.

• VILA NOVA DE FOZ CÔA
Sábado, às 15.00, no salão da Junta de Freguesia, assembleia plenária da organização concelhia. Com Armando Morais.

• VILA NOVA DE GAIA
Sexta-feira, às 21.30: assembleias das organizações de Madalena (no CT de Madalena), Mafamude/Vilar Andorinho (CT de Gaia), Vilar Paraíso (na Esc. Prim. nº 1 do Monte), Canidelo (na R. Bélgica, 114 - casa da cam. Alice), Grijó/Seixezelo (CT de Grijó - Vendas de Grijó) - Sábado: assembleias de Pedroso (Armazens da Junta de Freguesia, às 21.30) e de Canelas/Perosinho.

• VILA NOVA DE POIARES
Domingo, às 14.30, na Casa do Povo, assembleia plenária das organizações concelhias da Zona da Serra do distrito de Coimbra, com a participação de Carlos Fraião.

• VILA POUCA DE AGUIAR
Sábado, às 15.30, assembleia plenária da organização concelhia - na sede da JF, com Vasco Paiva.

• VILA REAL Sto. ANTÓNIO
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• VILA VELHA DE RÓDÃO
Hoje, às 21.00, no Centro Desportivo do Porto do Tejo, plenário conjunto das freguesias do concelho.

• VILA VERDE
Domingo, assembleia plenária conjunta das organizações concelhias de Vila Verde, Amares e Terras do Bouro - às 9.30, no CT de Vila Verde, com Jorge Antunes.

• VILA NOVA DE GAIA
Sexta-feira, às 21.30: assembleias das organizações de Madalena (no CT de Madalena), Mafamude/Vilar Andorinho (CT de Gaia), Vilar Paraíso (na Esc. Prim. nº 1 do Monte), Canidelo (na R. Bélgica, 114 - casa da cam. Alice), Grijó/Seixezelo (CT de Grijó - Vendas de Grijó) - Sábado: assembleias de Pedroso (Armazens da Junta de Freguesia, às 21.30) e de Canelas/Perosinho.

• VILA NOVA DE POIARES
Domingo, às 14.30, na Casa do Povo, assembleia plenária das organizações concelhias da Zona da Serra do distrito de Coimbra, com a participação de Carlos Fraião.

• VILA POUCA DE AGUIAR
Sábado, às 15.30, assembleia plenária da organização concelhia - na sede da JF, com Vasco Paiva.

• VILA REAL Sto. ANTÓNIO
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• VILA VELHA DE RÓDÃO
Hoje, às 21.00, no Centro Desportivo do Porto do Tejo, plenário conjunto das freguesias do concelho.

• VILA VERDE
Domingo, assembleia plenária conjunta das organizações concelhias de Vila Verde, Amares e Terras do Bouro - às 9.30, no CT de Vila Verde, com Jorge Antunes.

• VILA NOVA DE GAIA
Sexta-feira, às 21.30: assembleias das organizações de Madalena (no CT de Madalena), Mafamude/Vilar Andorinho (CT de Gaia), Vilar Paraíso (na Esc. Prim. nº 1 do Monte), Canidelo (na R. Bélgica, 114 - casa da cam. Alice), Grijó/Seixezelo (CT de Grijó - Vendas de Grijó) - Sábado: assembleias de Pedroso (Armazens da Junta de Freguesia, às 21.30) e de Canelas/Perosinho.

• VILA NOVA DE GAIA
Sexta-feira, às 21.30: assembleias das organizações de Madalena (no CT de Madalena), Mafamude/Vilar Andorinho (CT de Gaia), Vilar Paraíso (na Esc. Prim. nº 1 do Monte), Canidelo (na R. Bélgica, 114 - casa da cam. Alice), Grijó/Seixezelo (CT de Grijó - Vendas de Grijó) - Sábado: assembleias de Pedroso (Armazens da Junta de Freguesia, às 21.30) e de Canelas/Perosinho.

Quinta, 19



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 A Segunda Viagem
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Um Homem de Joelhos (ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Caderno Diário
18.45 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.35 Desenhos Animados
21.45 Simpsons
22.15 O Fogo de Gabriel
23.15 Sexualidades
00.05 24 Horas
00.50 Remate



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
10.55 Infantil
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.10 TV2 Informação
14.15 Agora, Escolha! (Jerry Lewis Show/O Chefe Ironside)
15.30 TV2 Informação
15.35 Euroritmias
16.30 Os Anos da Guerra
17.25 TV2 Informação
17.30 Chá das Cinco
18.35 Carrocel
18.55 TV2 Informação
19.00 Miami Vice
19.45 Magazine Literatura
20.25 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.45 Buggy Malone (ver «Filmes na TV»)
00.55 Teatro: «Oresteia» (2ª parte)



16.00 De Corpo e Alma (1º epis./repetição)
17.00 MTV
18.10 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 Repórter da Meia-Noite
22.45 Conta Corrente
23.45 Deixem Correr o Sangue
00.15 Último Jornal

Sexta, 20



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Flecha Negra
11.30 Agora é que São Elas
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Ártico
14.25 Ponto por Ponto
15.15 Querida, Está à Vontade (ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Caderno Diário
18.00 Emilie - As Filhas de Caleb
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.35 Desenhos Animados
21.50 Marina, Marina
22.20 Academia de Polícia (ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.45 Remate
01.05 A Loba Solitária (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Que Família!
10.55 Infantil
12.00 Uma Vida dos Diabos
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.10 TV2 Informação
14.15 Agora, Escolha! (A Bela e o Monstro/MacGyver)
15.35 Euroritmias
16.20 TV2 Informação
16.30 Odisseia Animal
17.30 Chá das 5

18.30 Carrocel
18.50 TV2 Informação
18.55 Rotações
20.00 Talhados no Céu
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Interiores
23.40 O Sol Nasce para Todos (ver «Filmes na TV»)
01.10 Outras Músicas



16.00 De Corpo e Alma (2º epis./repetição)
16.35 Elvis
17.00 MTV
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 O Vingador sem Piedade (ver «Filmes na TV»)
23.30 Cuidado com as Aparências
24.00 Os Amores de Lúcia
01.05 Último Jornal

Sábado, 21



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
14.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.15 Clube Disney
15.55 Decisão em Família (ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira de Música
18.05 Arca de Noé
18.45 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.10 Felicidade
22.20 Parabéns
23.30 Christianne F. (ver «Filmes na TV»)
01.40 Para Lá do Inferno (ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Ai dos Vencidos (ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
00.10 TV2 Informação
00.15 Força de Elite
01.00 Acerto de Contas



13.30 De Corpo e Alma (3º epis./repetição)
14.25 Aventuras dos T-Rex
14.55 Portugal Radical
15.25 Caçada Implacável (ver «Filmes na TV»)
16.55 MTV
17.50 Comando Relâmpago
18.10 Informação Internacional
18.30 Sic Notícias
18.35 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 Desporto Espectacular
22.05 Água na Boca
22.55 Apagar o Passado (ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal

Domingo, 22



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Olha que Dois
15.20 Beverly Hills 90210
16.05 A Ilha no Tecto do Mundo (ver «Filmes na TV»)
17.35 Sons do Sol
18.25 Chefe mas Pouco
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Felicidade
22.20 Casa Cheia
23.00 Grande Área
00.20 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados
08.30 Os Persuasores
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.30 Forum Musical
11.30 Gente da Frente
13.00 Lugares de Colombo
13.30 Realce
14.00 Marés Vivas

15.00 TV2 Desporto
21.15 Palavra Puxa Palavra
22.00 Jornal Nacional
22.30 O Rio (ver «Filmes na TV»)
00.30 O Grande Jogo



12.00 De Corpo e Alma (compacto)
14.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.35 Um Planeta, uma Família
15.05 Alegria, Rapazes (ver «Filmes na TV»)
16.25 MTV
17.30 Raven
18.30 Benny Hill
18.55 Encontros Imediatos
19.20 Giras e Pirosas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Cosby Show
21.10 Betty Blue (ver «Filmes na TV»)
23.20 Segredos
00.20 Último Jornal

Segunda, 23



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Chicos Espertos
11.30 Mulher
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 América Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
14.55 Que Ganhe o Melhor (ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
18.00 As Filhas de Caleb
18.45 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.40 Apanhados
22.00 Entre Famílias
23.20 Outras Guerras
00.10 24 Horas
00.55 Remate
01.20 Ilusão Fatal (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.00 Documentário: «O Nascimento da Europa»
17.00 Chá das Cinco
18.30 Carrocel
18.55 Miami Vice
19.45 Cinemagazine
20.15 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Teatro - «A Castro»
01.30 Últimas notas



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Tracey Hulman Show
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 De Corpo e Alma
21.35 Justiça Negra
22.30 Jogo da Verdade
23.30 A Família do Senador
24.00 Último Jornal

Torça, 24



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 A Verdadeira História de Spit McPhee
11.30 Mulher
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Futuro
14.25 Ponto por Ponto
15.10 O Ladrão (ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
18.00 Emilie - As Filhas de Caleb
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal

20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto S6 Vídeo
22.00 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.00 De Caras
00.10 24 Horas
00.45 Remate
01.20 Eternos Novatos



09.00 Videotexto
10.30 Que Família!
11.30 Fred Astaire Song Book
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.15 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.30 Extra Dimensões
17.30 Chá das 5
18.30 Carrocel
19.00 Miami Vice
19.50 Aventura do Conhecimento
20.25 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.45 Capitão Kidd (ver «Filmes na TV»)
00.30 Arsenio Hall Show



16.30 Sic Notícias
16.35 Repórter XPO
17.30 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.35 Negócio Arriscado (ver «Filmes na TV»)
23.30 Placard Electrónico
24.00 Último Jornal

Quarta, 25



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Mulher
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Paragem no Tempo
14.25 Ponto por Ponto
15.30 Matinée: «Férias em Ischia» (ver «Filmes na TV»)
17.00 Rua Sésamo
17.35 Brinca Brincando
18.00 Emilie - As Filhas de Caleb
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Desenhos Animados
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.45 A Casa da Rússia (ver «Filmes na TV»)
23.30 Golo Europa
00.30 24 Horas
01.15 Remate
01.30 Sarilhos com Elas



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
17.00 Chá das Cinco
18.00 Carrocel
19.00 Miami Vice
19.30 TV Artes
20.15 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.30 Artes e Letras
00.30 O Idiota (ver «Filmes na TV»)
02.00 Pop-Off



16.30 Sic Notícias
16.35 Prime
17.30 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.35 Crimes
22.00 O Príncipe de Bel Air
22.35 Batalhas Conjugais
23.30 O Passageiro Imprevisto
24.00 Último Jornal

Banca de Natal no CT da Av. António Serpa



A célula da Festa do "Avante!" tem desde ontem à disposição de todos nós uma Banca de Natal onde, como é tradicional, avulta o artesanato de qualidade - loiças, xailes e objectos de jade da ex-URSS, bonecas e artesanato vário de Cuba, da China e do Peru - e também o famoso rum cubano. A banca funcionará de 2.ª a 6.ª feira das 10 às 19 horas.

Filmes na TV

Um Homem de Joelhos

«Um Uomo In Ginocchio», (It./1979). Realização de Damiano Damiani. Interpretação de Giuliano Gemma, Eleanora Giorgi, Michele Placido, Tano Cimarosa, Ettore Manni, Fabrizio Forte. Cor, 105 minutos.

autêntico combate de tartes e bolos. Enfim, por vezes divertido, nem sempre os resultados se adequam ao esquema escolhido, já que o filme é para adultos e não para crianças, o que constitui uma substancial diferença.

Quinta, 22.45, TV 2

Querida, Está à Vontade

«Relaxe-toi Chérie», (Fr./It./1964). Realização de Jean Boyer. Interpretação de Fernandel, Sandra Milo, Yvonne Clech, Pascale Roberts, Jacqueline Jefford, Hélène Dieudonné. Cor, 82 minutos.

Típico produto de «sessão da tarde», este filme de co-produção franco-italiana é uma sátira à vida atribulada de um casal. E tem Fernandel, em um dos seus últimos papéis.

Quinta, 14.55, Canal 1

Bugsy Malone

«Bugsy Malone», (Gr.Br./1976). Realização de Alan Parker. Interpretação de Scott Baio, Florence Dugger, Jodie Foster, John Cassisi, Martin Lev, Humpty Jenkins. Cor, 89 minutos.

Julgamos que não é a primeira vez que a televisão o apresenta: trata-se do filme de estreia de Alan Parker na realização cinematográfica e, no caso, uma comédia musical gizada à volta de uma história de *gangsters* interpretada por actores ainda crianças ou adolescentes. Em vez de pistolas e metralhadoras a cuspirem fogo, elas simplesmente atiram creme de natas; em vez de batalhas com grandes tiroteios, vemos um

de terem raptado e violado a sua mulher. Mas no fim de contas, com Gregory Peck a transformar-se num ser tão perverso quanto os alegados assassinos, as coisas acabam por dar uma volta... Confira.

Sexta, 21.40, SIC

Academia de Polícia

«Police Academy», (EUA/1984). Realização de Hugh Wilson. Interpretação de Steve Guttenberg, Kin Cattrall, G. W. Bailey, Bubba Smith, Donovan Scott, George Gaynes, Andrew Rubin. Cor, 92 minutos.

Pelas nossas contas, já vão em 6 (seis!) os episódios da série interminável em que, à média de um por ano, se transformou a operação comercial deste primeiro filme, de qualquer modo o menos lamentável de todos e que constitui uma sofrível sátira ao modelo dos filmes policiais. Aconselhamos-lhe, assim, uma pausa no serão televisivo e que volte a ligar o televisor daqui a uma hora, para o filme de Ford.

Sexta, 23.40, TV 2

A Loba Solitária

«La Louve Solitaire», (Fr./1967). Realização de Édouard Logereau. Interpretação de Danièle Gaubert, Michel Duchaussoy, Julien Guiomar, Maurice Tenyac, Sacha Pitoeff. Cor, 86 minutos.

Pretensamente inspirado pela estética da banda desenhada, o filme conta as aventuras criminosas de uma mulher-gato que, mercê das suas capacidades atléticas, é capaz do melhor e do pior, conforme os gostos e as iniciativas. Para esquecer.

Sexta, 01.05, Canal 1

O Sol Nasce Para Todos

«The Sun Shines Bright», (EUA/1953). Realização de John Ford. Interpretação de Charles Winninger, Arleen Whelan, John Russell, Stepin Fetchit, Milburn Stone. P/B, 90 minutos.

Sexta, 22.20, Canal 1

Uma das suas grandes obras e, diz-se, a favorita do próprio John Ford, *O Sol Nasce Para Todos* é, tal como indicia a adequada tradução portuguesa do seu título

Ai dos Vencidos

«Guai ai Vinti», (It./1954). Realização de Raffaello Matarazzo. Interpretação de Lea Padovani, Anna Maria Ferrero, Pierre Cressoy, Maria Del Monaco, Clelia Matanica. P/B, 94 minutos.

Acabada a II Grande Guerra na Itália, duas protagonistas de uma tragédia comum a tantas outras tendo por base as relações com o ocupante ou com o libertador, têm de enfrentar a sua condição de mulheres grávidas e abandonadas ou desprezadas. Um melodrama em que, embora optando por soluções opostas, nenhuma das duas mulheres consegue vir a refazer a sua vida.

Sábado, 12.00, TV 2

Caçada Implacável

«Death Hunt», (EUA/1981). Realização de Peter R. Hunt. Interpretação de Charles Bronson, Lee Marvin, Andrew Stevens, Angie Dickinson. Cor, 97 minutos.

Com Charles Bronson e Lee Marvin, estamos, como seria de esperar, perante um vibrante filme de acção passado por entre as neves canadianas em que o primeiro, na pele de um homem falsamente acusado de um crime, trata de se escapar à perseguição que lhe é movida pelo segundo, um implacável polícia montado. Mas o filme perde-se no ritmo desigual e Angie Dickinson não chega a aquecer o lugar.

Sábado, 15.25, SIC

Decisão em Família

«Once Again», (EUA/1986). Realização de Amin Q. Chaudhri. Interpretação de Martin Balsam, Frances Sternhagen, Richard Cox, Jessica Harper, Harley Cross. Cor, 90 minutos.

Como o título indica, um filme «de família» em estilo de melodrama, onde um homem é surpreendido, de regresso a casa para as

Sábado, 23.30, Canal 1



Uma obra de Ford que salva a semana: «O Sol Nasce para Todos»



Sissy Spacek e Mel Gibson em «O Rio»

segundas núpcias do seu pai, pela existência de um filho menor nascido do seu casamento com uma mulher que abandonara.

Sábado, 15.55, Canal 1

Apagar o Passado

«Turn Back The Clock», (EUA/1989). Realização de Larry Elikann. Interpretação de Connie Sellecca, Wendy Kilbourne, Jere Burns, David Dukes, Dina Merrill, Gene Barry. Cor, 100 minutos.

Este telefilme é uma segunda versão, razoável, de um *thriller* dos anos 40. O argumento conta-nos a história de uma mulher que anseia que o ano que acaba de passar possa voltar ao princípio, por uma simples razão: nele se deu a tragédia em que ela própria matou o seu marido, uma tragédia que ela agora dramaticamente revive.

Sábado, 22.55, SIC

Christiane F.

«Christiane F., Kinder vom Bahnhof Zoo», (RFA/1981). Realização de Ulrich Edel. Interpretação de Natja Brunckhorst, Thomas Haustein, Jens Kuphal, Rainer Wolk, Jan Georg Effner, Christiane Reichelt, Daniela Jaeger. Cor, 126 minutos.

Foi, primeiro, um *best-seller* editado por dois jornalistas a partir de um artigo da revista alemã «Stern», já que se tratava da história verídica da progressiva degradação de uma jovem de 13 anos apanhada pelo mundo da droga, marginalidade e prostituição em plena Berlim Ocidental. Daí ao filme foi um passo, que também deve ter rendido bom dinheiro. O realizador vem da curta-metragem e da televisão, o que pode ser uma boa indicação, mas o filme é desconhecido entre nós.

Sábado, 23.30, Canal 1

Para Lá do Inferno

«Beyond Evil», (EUA/1980). Realização de Herb Freed. Interpretação de John Saxon, Lynda Day George, Michael Dante, Mario Milano, Janice Lynde. Cor, 96 minutos.

Um filme cheio de pesadelos e sobrenatural, num espaço habitualmente entregue ao terror e à bicharada! Desta vez, antigas mansões habitadas por espíritos estragam a vida a um pacífico e simpático casal, como de costume.

Sábado, 01.40, Canal 1

Alegria Rapazes

«Something For The Boys», (EUA/1944). Realização de Lewis Seiler. Interpretação de Carmen Miranda, Michael O' Shea, Vivian Blaine, Phil Silvers, Sheila Ryan, Perry Como. Cor, 85 minutos.

Ei-la de novo, Carmen Miranda, num musical da 20th Century Fox, agora saracoteando por entre as plantações do Sul dos EUA, com partitura de mestre Cole Porter. Simpático, mas não mais do que isso.

Domingo, 15.05, SIC

Uma Ilha no Tecto do Mundo

«The Island at the Top of the World», (EUA/1973). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Donald Sinden, David Hartman, Jacques Marin, Mako Gunnar, Lasse Kolstad. Cor, 90 minutos.

Produção dos Estúdios Disney, este filme está mesmo a matar nesta tarde, provavelmente chuvosa, de Domingo. Tanto mais que nos é possível recordar aventuras ao jeito de Júlio Verne, saídas da pena de um seu discípulo - Ian Cameron. A aventura leva-nos ao início do século e a acompa-

Destaque na TV



As duas últimas peças, («As Coéforas» e «As Euménides») da «Oresteia», de Ésquilo



«Miles Davis and Friends» — um dos últimos concertos de um génio do Jazz. Já esteve previsto para as 01.30 (!) da passada 3.ª-feira e, agora, espera-se que seja às 11.30 (!) de hoje, 5.ª-feira (TV2), mas nunca fiando

Cinema

Table with 4 columns: Title, M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Rows include Sombras e Nevoeiro, Imperdoável, O Festim Nu, Jogos de Poder, Saltos Altos.

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Clint Eastwood — Alfa/5 (13.45, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), São Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
C — Real. David Gronenberg — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
D — Real. Phillip Noyce — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
E — Real. Pedro Almodóvar — Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/2 — (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.



Tom Cruise, enquanto ainda mais jovem, arrisca um «negócio»

O Ladrão

«Le Voleur de Crime», (Fr./1969). Realização de Nadrine Trintignant. Interpretação de Jean Louis Trintignant, Florinda Bolkan. Cor, 87 minutos.

Um filme do inefável Trintignant, realizado pela esposa. É de reacar o pior.

Terça, 15.10, Canal 1

A Casa da Rússia

«The Russia House», (EUA./1990). Realização de Fred Shepisi. Interpretação de Sean Connery, Michelle Pfeiffer. Cor, 120 minutos.

Com o toque «exótico» de seqüências filmadas em Moscovo e em Lisboa, este filme de espionagem, saído da pena original de John Le Carré, acompanha as aventuras de um espião britânico (na verdade, um excêntrico editor) que, inicialmente contra vontade, acaba por ser enviado pelos serviços secretos à URSS para se apoderar de bem guardados segredos militares. E, para além do sucesso ou insucesso da missão, das melhores coisas que pessoalmente lhe acontecem é encontrar, intervindo no meio disto tudo, uma bela soviética -

nada menos do que Michele Pfeiffer. E esta?

Quarta, 21.45, Canal 1

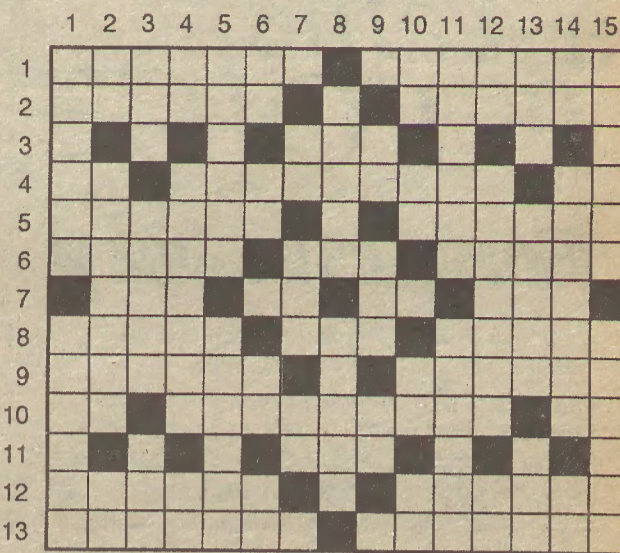
O Idiota

«Hakuchi», (Jap./1951). Realização de Akira Kurosawa.

Mais um filme do ciclo dedicado ao mestre do cinema japonês.

Quarta, 00.30, TV 2

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTALIS: 1 - Santo padroeiro de Lisboa; lendário fundador da mesma cidade; 2 - Tiveram por costume; refinara (o açúcar); 3 - Caminhavam; 4 - Gálio (simb.); acções criminosas; começo e final dos fogos; 5 - entusiasavam; nozes de uma palmeira de que se extrai o catechu; 6 - Domingo anterior ao da Páscoa; regressa; fico de cama; 7 - Igual; nota musical; art. árabe; para barlavento; 8 - defeito; lareira; lábia (fam.); 9 - mergulhado; deram suspiros; 10 - cruel; aquele que mata; de saúde; 11 - Filha mais velha de Labão, mulher de Jacob; 12 - Azelha; ávido de lucro; 13 - Atasçara; graduação militar.

VERTICAIS: 1 - Trivial; finge; 2 - Vogal no pl.; maldição; Astatino (simb.); 3 - cabelos brancos; desmedido; arma branca (poet.); 4 - Érbio (simb.); afiara; outra coisa; 5 - Navegadores; esqueleto; 6 - Túlio (simb.); prep.; Ósmio (simb.); viração; 7 - pref. neg.; miserável; Alumínio (simb.); 8 - Cama pobre; pátria de S. Francisco em Itália; 9 - Cànhamo da Índia; oceano; apelido do fundador da cidade do Rio de Janeiro; 10 - Acolá; oferece; nesse lugar; letra grega; 11 - Orvalha; colorir; 12 - Catedral; murcharão; rio de Itália; 13 - Graça; alta temperatura; ilha do mar da Irlanda; 14 - meio erro; ilustres; Cério (simb.); 15 - Relativo a osso (inv.); delicado.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

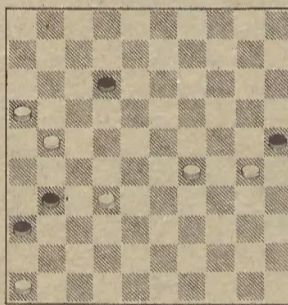
HORIZONTALIS: 1 - Urano; Marte; 2 - Ró; agastaria; pá; 3 - És; usara; ló; 4 - Agi; uso; iró; vem; 5 - Noras; sua; usava; 6 - Orarei; aturar; 7 - mira; vira; 8 - selara; sovais; 9 - Atiro; Aar; rande; 10 - Cäs; sar; uma; dor; 11 - Os; Romeu; só; 12 - Dó; acumulava; in; 13 - Flama; areia.

VERTICAIS: 1 - Urbano; sacada; 2 - Gorjeta; 3 - Eira; liso; 4 - räs; armar; sal; 5 - Ag.; useiros; cá; 6 - Naus; ira; arum; 7 - Ossos; aroma; 8 - Tá; Ur; Ca.; mu; 9 - Maria; ruela; 10 - Arar; ais; muar; 11 - ri; outrora; vê; 12 - Tal; suava; sai; 13 - Ovar; ando; 4 - Evadido; 15 - Palmar; sereno.

DAMAS

CCCLXXXII 19 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992D093

Por: Isidore Weiss Pr: [4]: 12-25-31-36 Br: [6]: 16-21-29-30-32-46

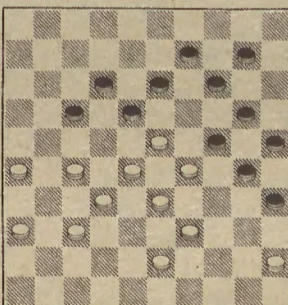


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D094

Por: Georges Post - 1963

Pr: [12]: 9-10-12-13-14-17-18-20-24-25-30-35 Br: [12]: 23-26-27-28-29-32-33-36-37-39-43-45



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXII

N.º 1992D093 [I.W.]: 1. 46-411, (25x23); 2. 41-37, (31x42); 3. 32-28, (23x32); 4. 21-17, (12x21); 5. 16x47+

N.º 1992D094 [G.P.]: 1. 39-341, (30x48-D); 2. 25-21, (48x22); 3. 23-19, (14x34); 4. 36-311, (17x37); 5. 28x39, (37x28); 6. 33x24, (25-30); 7. 39-33, (30x19); 8. 33-29+

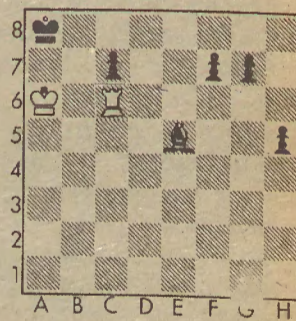
A. de M. M.

XADREZ

CCCLXXXII 19 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992X093

Por: SIEGFRIED BREHMER Die Schwalbe, 1950

Pr.: [6]: Ps.Ç7, f7, g7, h5-Bé5-Ra8 Br.: [3]: Tsb4, ç6-Ra6

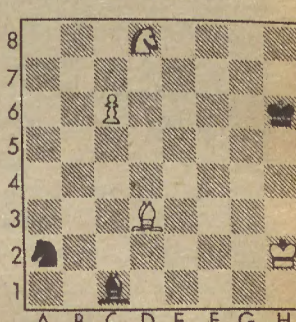


Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X094

Por: Jindrich Fritz 3.º Prémio Gros, 1938

Pr.: [3]: Ca2-Bç1-Rh6 Br.: [4]: Pç6-Cd8-Bd3-Rh2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXII

N.º 1992X093 [S.B.]: 1. Tç3!, f6; 2. Tçb3, ç5; 3. Tb7, ~; 4. Ta7/Tb8+

N.º 1992X094 [J.F.]: 1. Rg3, Cb4; 2. ç7, Bf4+; 3. R: f4, Cd5+; 4. R65, C:ç7; 5. Rd6, Cè8+; 6. R67, Cg7; 7. Rf8!, Ch5; 8. Cf7++

A. de M. M.

nar uma expedição ao Pólo Norte que vai tentar localizar o paradeiro de um explorador perdido nas imensidões geladas. Mas eis que o grupo depara com um vale verdejante, aquecido pelos vulcões, onde ainda permanece com os seus ancestrais costumes uma comunidade de vikings. O resto não é difícil de adivinhar.

Domingo, 16.05, Canal 1

Betty Blue

«37°, 2 Le Matin», (Fr./1986). Realização de Jean-Jacques Beinix. Interpretação de Jean-Hugues Anglade, Beatrice Dale. Cor, 120 minutos.

Uma jovem à deriva e um candidato a escritor, amores despedaçados e forté erotismo, são os condimentos de um filme francês que provocou a polémica da crítica na altura da estreia. As referências não são nada entusiasmantes.

Domingo, 21.10, SIC

O Rio

«The River», (EUA/1984). Realização de Mark Rydell. Interpretação de Mel Gibson, Sissy Spacek, Shane Bailey, Becky Jo Lynch, Deott Glenn, Don Hood. Cor, 120 minutos.

A espantosa fotografia de Vilmos Zsigmond não chega para que este filme, em que Sissy Spacek tem uma bela interpretação, atinja o que inicialmente prometera. Um casal e seus dois filhos vivem felizes numa propriedade agrícola que é assolada pela cheia de um rio, destruindo os seus haveres. Paralelamente, um grande proprietário, aproveitando-se da crise que atingiu a região, procura comprar as terras do casal abrangidas pelo seu projecto de construção de uma barragem. Um melodrama em que o amor pela terra e a luta pela sua posse está no centro do enredo.

Domingo, 22.30, TV 2

Que Ganhe o Melhor

«May The Best Man Win», (EUA).

Segunda, 14.55, Canal 1

Ilusão Fatal

«Deadly Illusion» / «Love You To Death», (EUA/1987). Realização de William Tannen. Interpretação de Larry Cohen, Billy Dee Williams, Vanity, Morgan Fairchild. Cor, 87 minutos.

Um filme mediano em que um detective é apanhado nas malhas da armadilha de um crime. Muita acção e algum humor, com uma boa interpretação de Billy Dee Williams.

Segunda, 01.20, Canal 1

Negócio Arriscado

«Risky Business», (EUA/1983). Realização de Paul Brickman. Interpretação de Tom Cruise, Rebecca De Mornay, Curtis Armstrong, Bronson Pinchot, Raphael Sbarge, Joe Pantoliano. Cor, 96 minutos.

Humor negro em grandes doses é a marca do argumento do próprio realizador Brickman para um filme à medida de Tom Cruise, em que este faz o papel de um estudante adolescente que, aproveitando um fim-de-semana sem a tutela dos pais, se mete em aventuras amorosas com uma prostituta, acabando por transformar a sua própria casa num bordel, para arrecadar os proventos do «negócio».

A encenação da história é engenhosa e as referências são simpáticas. A confirmar.

Terça, 21.35, SIC

Capitão Kidd

«Captain Kidd», (EUA/1945). Realização de Rowland V. Lee. Interpretação de Charles Laughton, Randolph Scott, Barbara Britton, Reginald Owen, John Carradine, Gilbert Roland. P/B, 89 minutos.

A presença de Charles Laughton não é suficiente para conseguir salvar este filme, que aliás se ressent de uma produção com baixíssimo orçamento. O capitão Kidd, conseguindo o lugar de guarda de um tesouro transportado da Índia a bordo de um barco, a pretexto da defesa contra os ataques dos piratas, acaba ele próprio por se apoderar do tesouro, sendo mais tarde denunciado. Filme de piratas, mais próprio para uma sessão da tarde, estranha-se a sua programação para este espaço da TV 2, para o qual, aliás, já esteve previsto há duas semanas. Continuum as incongruências nesta matéria.

Terça, 22.45, TV 2

Férias em Ischia

«Vacanze ad Ischia», (It./1957). Realização de Mario Camerini. Interpretação de Vittorio De Sica, Nadia Gray. Cor, 105 minutos.

Quarta, 15.30, Canal 1

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

CASA DA JUVENTUDE DE CACILHAS

Rua Trindade Coelho, 3, Cacilhas, tel. 2740757. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00 (até fins de Nov.): O DIA EM QUE TODAS AS PUTAS FORAM JOGAR TÊNIS, de Arthur Kopit, enc. de Luzia Paramés.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Sextas e sábados, às 21.30: O CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, pelo grupo de teatro Intervalo (até 21 de Nov.).

PALCO ORIENTAL

Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às

21.30, dom. também às 16.00: ONDE ESTÁ A MÚSICA?, de Costa Ferreira, enc. de Rui Mendes.

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 8497017. Sáb. às 16.30, dom. às 11.00: PIQUENIQUE NA FLORESTA, texto e enc. de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00: DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO O BANDO

Rua de Stº António à Estrela, 60. Tel. 3953289/90. Diariamente às 21.45: KI FAIXIAMU NOI KUI, pelo Teatro Meridional (até 20 de Nov.).

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª e 4ª a 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produção da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Riaza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

Tempo



Nos próximos dias a temperatura do ar não deve sofrer alterações significativas. O céu estará pouco nublado. No litoral Norte poderão registar-se chuvosos, enquanto por todo o Continente as madrugadas serão de neblina e nevoeiro.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Morna cavaqueira

É certo que não estamos em época eleitoral, embora a largo passo se aproximem as autárquicas. No entanto, para os partidos que (uns mais, outros assim-assim) representam os interesses da burguesia, a época é de folga e o momento não é de cerrar fileiras, nem de demonstrar com larga cópia de bandeirame para coro e orquestra, que um cimento mais forte do que aquele que cola cientistas ao tecto liga os activistas aos dirigentes, os eleitos aos apoiantes e todos uns aos outros dentro das formações partidárias à direita do PCP.

O triste espectáculo oferecido pelo congresso do PSD, no Porto — bem na esteira do circo de Faro do Verão findo — mostrou que vai longe a eufórica vitória de 91. Bancadas desertas, alegrias laranjas a meia haste, e nem sequer um cheirinho de histeria populista a brindar os delegados à entrada e à saída do Palácio que foi grande de mais para tão pouco congresso. No seguimento de uma mini-remodelação onde se ajustaram pequenas contas, com gente recém-chegada a bater log com a porta e a mostrar um Governo mal cosido, sofrendo a impopularidade de uma política social injusta, a agravar não apenas impostos e a reduzir salários mas atacando-se os direitos dos trabalhadores e de largas camadas de população laboriosa, com o espectro da recessão e da crise a avolumarem-se, Europa abaixo, acercando-se das desprotegidas fronteiras, com Maastricht a desprestigiar-se entre os portugueses à medida que o esclarecimento avança e o exemplo estrangeiro lhe desdoura a fachada, o congresso do partido de Cavaco não podia acabar em festa, nem decorrer em alegre exuberância.

Tratou-se apenas de morna cavaqueira. Atenta e veneradora, a comunicação social do regime não deixa de ter as antenas sensíveis aos jogos de força que perpassam no ar pesado da época.

Foi assim — por não haver eleições à vista imediata; por sentir que os jogos não estão jogados todos dentro do PSD; por cheirar que as dissensões são muitas e que a popularidade é pouca — que nos foi dado ler sobre as divisões internas e sobre os crescentes protestos que o PSD, encarnado o Governo, suscita.

Seria, há meses, possível, assistirmos ao protesto massivo de milhares de jovens praticantes de desporto, manifestando-se às portas de um congresso cavaquista? Seria possível vermos nos ecrãs a desolada paisagem de um congresso meio vazio? Ser-nos-ia dada a oportunidade de ouvirmos comentários de repórteres sobre o espectáculo situacionista da chegada dos espadas «do Estado» e das limusinas milionárias num congresso de «ricos»?

Este jornalismo, que continua certamente atento e obrigado, mostra-se menos venerador. Sabe das divisões internas dos barões e dos clientes, presente a crise. Sobretudo, conclui que, apesar de tudo, a paz do regime é de rigor e não prevê uma alternativa a curto prazo, com o Partido Socialista a amparar as vacilações «social-democratas», e o CDS a apanhar as migalhas que caem à direita do PSD.

Por isso mostra as fraquezas do partido que comanda a instalação de um regime de cariz autoritário — dividido na política externa, expectante no caminho de Maastricht, suscitando críticas internas no processo travado da regionalização e exigências do Poder Local que controla.

Ciente também do terreno escorregadio que pisa e das brumas que o futuro próximo encerra, Cavaco não propõe ao PSD e ao País se não um meio de combater a crise — apontar para fora do partido e criticar... o Presidente da República.

■ LM

Moção contra Maastricht entregue no Parlamento

Um conjunto de personalidades entregou terça-feira na Assembleia da República um documento de apelo para a não ratificação do Tratado de Maastricht, ao mesmo tempo que decorria a discussão no Parlamento para efectuar uma Revisão Constitucional que adaptasse a Lei Fundamental ao conteúdo do tratado comunitário.

Entre os subscritores do documento encontram-se Rui Godinho, Salvo Sampaio, Natália Correia, José Saramago e Florival Lança. Na moção entregue ao presidente da Assembleia da República os signatários manifestam «a sua viva indignação» por a Assembleia pretender subordinar a Constituição portuguesa «aos ditames e imposições de Maastricht» sem que se tenha feito um verdadeiro debate nacional e um referendo «que permitisse ao povo português exprimir a sua vontade soberana sobre

importantes opções e decisões que condicionarão gravemente o futuro de Portugal».

Apelando aos seus concidadãos para que até 27 de Novembro subscrevem o abaixo-assinado pelo «Não» a Maastricht que será entregue na Assembleia da República a 9 de Dezembro, data anunciada para o início do debate parlamentar para a ratificação daquele Tratado, a moção protesta contra a precipitação e a pressa com que se pretende proceder a esta ratificação, «ignorando de forma insensata e irres-

pónsável quer a evidência das profundas divisões e da assinalável contestação que o Tratado suscita nos cidadãos dos países da Comunidade, quer as consequências políticas e jurídicas do «Não» da Dinamarca, quer a circunstância de a Grã-Bretanha ter adiado o seu processo de ratificação para o segundo semestre de 1993».

Os signatários qualificam o Tratado de «instrumento de avanço de um projecto federalista de constituição de uma União Europeia concebido como um super-Estado europeu (que ficará dotado dos principais atributos de soberania: cidadania, moeda, política externa, política de defesa) com grave lesão e mutilação da soberania, designadamente dos países menos desenvolvidos; com a extrema subordinação das suas economias

e da sua política social à ditadura dos critérios de convergência nominal e das decisões do Banco Central Europeu; com o crescente afastamento dos cidadãos dos centros de decisão; com a redução da cultura e da criação artística a objectos de comércio e indústria como os outros; com a ampliação da prevalência da lógica do mercantilismo e da especulação financeira sobre os interesses e a dignidade dos cidadãos».

Os autores da moção rejeitam «vigorosamente» as acusações que pretendem apresentá-los com «anti-europeus», reafirmando a sua oposição a Maastricht fundada simultaneamente em razões de interesse nacional «e na defesa de uma Europa de nações livres e soberanas, de cooperação, paz, liberdade, democracia e justiça social».

Congresso europeu anti-racista

O «Congresso Europeu Anti-Racista», onde esteve em representação do PCP o deputado europeu Joaquim Miranda, terminou domingo passado, em Berlim, os seus três dias de trabalho para os 500 participantes discutirem o ascenso do racismo e da xenofobia e das forças de extrema-direita na Europa.

Este congresso, realizado por iniciativa do Partido do Socialismo Democrático (PDS) da Alemanha teve a presença de 100 representantes estrangeiros e discutiu ainda a situação particular da Alemanha, nomeadamente a intenção de revisão da Constituição, pretendendo-se dificultar o direito

de asilo naquele país. O tratado de Maastricht e o Acordo de Shengen, a criação de uma autêntica «fortaleza europeia» (com implicações económicas para os países do Terceiro Mundo e para os imigrantes dessas regiões no mundo), a crise nos países europeus e os graves problemas económicos que enfrentam os países do sul como causas profundas do ascenso racista e xenófobo e a necessidade de reforçar a cooperação das forças progressistas e anti-racistas no combate a estes fenómenos, foram outros temas abordados nesta reunião em cuja sessão de abertura usou da palavra Gregor Gysi, presidente do PDS.

Manif contra as propinas Estudantes de todo o país apelam aos deputados

«O Ensino Superior está doente», «propinas não» e «o Estado tem de investir» eram algumas das palavras de ordem previstas para a manifestação dos estudantes universitário ontem, junto à Assembleia da República. Uma manifestação que se agendou para o mesmo dia em que no Parlamento começaria a ser discutido o Orçamento Geral do Estado para 1993.

Uma petição nacional para a revogação da Lei das Propinas estava pronta para ser entregue ao presidente da Assembleia da República, com milhares de assinaturas de estudantes, familiares, docentes e cidadãos em geral, recolhidas desde nove de Novembro passado em todo o país por Associações de Estudantes do Ensino Superior.

Entretanto a Academia de Coimbra decidiu na madrugada de terça-feira, propor o encerramento das universidades em 10 e 11 de Dezembro caso a Assembleia da República não contemple os objectivos da manifestação de ontem, entre eles estando a clarificação do papel do Estado no financiamento ao Ensino Superior e decidiu avançar com a ideia da realização de de um



O movimento contra as propinas cresce